

Miriam Piber Campos

CORPO E SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA INTERNET



Miriam Piber Campos

**CORPO E SEXUALIDADE
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NA INTERNET**

1ª Edição

Porto Alegre
INDEPIIn
2013

Copyright @ 2013 Miriam Piber Campos

Autora:

Miriam Piber Campos

Projeto Editorial:

INDEPIN - Miriam Piber Campos
Processo C3 - coletivo de várias coisas - Wagner Ferraz

Capa:

Anderson Luiz de Souza

Arte da capa e edição de imagem:

Anderson Luiz de Souza

Layout e diagramação:

Diego Mateus, Miriam Piber Campos e Wagner Ferraz

Revisão de Texto:

Lisiane Amon

Revisão Geral:

Lisiane Amon

INDEPIN Editora - Coordenação Editorial
Miriam Piber Campos e Wagner Ferraz

2013

INDEPIN Editora
www.indepin-edu.com.br

INDEPIN INSTITUTO

O Instituto de Desenvolvimento Educacional e Profissional Integrado – INDEPin – oferece cursos livres em diferentes áreas e atua como Editora, através de publicações colaborativas em formato impresso sob demanda e em formato digital para download gratuito. O Instituto não visa lucro com essas propostas de publicação, apenas busca contribuir para que produções de diferentes áreas sejam disponibilizadas facilitando o acesso.

Editora:



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198c Campos, Miriam Piber
Corpo e sexualidade de pessoas com deficiência
na internet. / Miriam Piber Campos. - Porto Alegre:
INDEPIn, 2012.
170 p.: il.

ISBN 978-85-66402-00-1

1.Educação - Estudos Culturais. 2.Corporeidade.
3.Sexualidade. 4. Pessoas com deficiência. 5.Internet
I. Título

CDU 376.031

Bibliotecário responsável: Ana Lígia Trindade CRB/10-1235

Registrado em 2012 e lançado em 2013.

2013
INDEPIn Editora
www.indepin-edu.com.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a DEUS, pela oportunidade de ter conseguido, com muito esforço e dedicação, chegar até aqui, com saúde (apesar de todas as dificuldades enfrentadas) e, principalmente, por ter todos aqueles a quem tanto amo a meu lado.

Amamos muitas pessoas neste mundo e vocês, ANTONIO EDGAR e PAOLA, são algumas dessas pessoas a quem amo incondicionalmente. De forma egoísta, muitas vezes, lhes furtei a companhia, a compreensão, o carinho, o divertimento. Apesar disso, principalmente você, meu companheiro e amigo, me respondeu com apoio, compreensão, amor e carinho. Obrigada! Amo muito Vocês.

Não poderia jamais esquecer também aqueles que me deram a vida e que me ensinaram a ser ética e prudente, meus pais queridos, JOÃO e MARIA, meus irmãos adorados, ROSI e PAULO RICARDO, pela força nos momentos difíceis, minha cunhada e cunhado MÁRCIA CRISTINA e LUIZ e meus adorados sobrinhos ÂNDREAS e LÍVIA CRISTINA, que também fazem parte dessa história.

Agradeço à CAPES que, através da concessão da bolsa de Mestrado, tornou possível a realização desta pesquisa.

Um sincero agradecimento ao meu orientador, Luís Henrique Sacchi dos Santos, por seu incentivo, apoio e competência. Também às Professoras Dagmar E. Estermann Meyer, Lodenir Becker Karnopp e Maria Lúcia Castagna Wortmann, por terem aceitado o convite para participarem de minha banca, colaborando, com suas sugestões, de maneira importante na elaboração dessa pesquisa.

Enfim, a todos que, direta ou diretamente, colaboraram para que eu atingisse este objetivo. Que agora se torna realidade na forma de um livro.

Porto alegre, novembro de 2012
Miriam Piber Campos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
MUITO MAIS QUE UMA “SIMPLES” APRESENTAÇÃO	25
CAPÍTULO I: CAMINHOS PERCORRIDOS	37
- (Re)lembrando algumas histórias	39
- Era preciso fazer algumas escolhas	42
- A busca dos materiais	49
- Tentando organizar as peças do quebra-cabeças	52
- As entrevistas vistas como “texto”	57
- Alguns entendimentos sobre discurso	65
- A representação em uma perspectiva cultural	71
CAPÍTULO II: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES EM TEMPOS DE INCLUSÃO, MAS NÃO SÓ ISSO	75
- Falar de/sobre inclusão, mas não só isso	83
- Discursos que capturam os sujeitos	87

CAPÍTULO III: NEM ANJOS, NEM DEMÔNIOS	93
- As pessoas com deficiência não são nem anjos, nem demônios	95
- Outros olhares para os corpos e as sexualidades	106
CAPÍTULO IV: A PÁGINA SENTIDOS COMO UMA INSTÂNCIA PEDAGÓGICA	121
- Superação e maternidade	123
- Um corpo que não pode ficar parado	130
- A sexualidade da pessoa com deficiência: algo a se pensar.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as imagens que dele se produz[em], as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limites de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas (GOELLNER, 2003, p. 29).

APRESENTAÇÃO

Apresentar esse livro, fruto da dissertação de mestrado de Miriam Piber Campos, é para mim além de uma honra, a oportunidade de expressar a admiração pelo excelente trabalho realizado. A iniciativa de trazer a tona um assunto tabu, como a sexualidade, ainda mais na perspectiva da existência de sexualidade em pessoas deficientes que para a maioria da população são vistos, como Miriam mesmo coloca, seres assexuados, produz uma reflexão que nos leva a vários questionamentos e revisão de conceitos.

“Discursos e representações de corpo e de sexualidade de pessoas com deficiência na Internet” é um material de pesquisa importantíssimo para conhecermos mais sobre pessoas com deficiência.

A autora nos faz revisar a nossa própria trajetória, nosso desenvolvimento e os momentos pelos quais passamos em nossas descobertas acerca de nosso próprio corpo. Sempre educados de forma a não falar sobre ele e, ao nos expressar através dele, deveríamos e devemos ser comedidos em nossos gestos e representações, em nossa sociedade, não é “educado” dar vazão a todas as nossas vontades. Se

essas representações corporais de nossas vontades e corporeidade são, de muitas formas, ensinadas a serem contidas na sociedade em geral, que dizer sobre essas mesmas sensações e expressões sendo manifestadas por pessoas com deficiência?

Ao ler o que Miriam escreve, nos sentimos trilhando os caminhos que ela percorreu para pesquisar esse tema, as angústias, as inseguranças, os avanços e retrocessos, os autores utilizados como apoio para suas considerações, as incertezas sobre que material buscar para suas análises, tudo nos é colocado com clareza e simplicidade, fazendo com que nossas próprias angústias sejam acalmadas.

A cada novo capítulo, descobre-se um pouco mais sobre essa temática, recebendo novos caminhos para aprofundar nossos conhecimentos, recebendo a oportunidade de ver e perceber as deficiências com um novo olhar, sem rotular e sem dar ênfase à deficiência em si. A busca pela visão dos próprios deficientes, realizada pela autora em sites da internet, proporciona um reconhecimento de que, de fato, pensamos no deficiente como uma pessoa que não pode falar de si, nem por si, tendo sempre alguém a quem se deu a permissão de manifestar os desejos e necessidades daquele que não é legitimado, pela sociedade, a fazê-lo e isso não acontece somente nos sites, é um fato comum na vida diária dessas pessoas e de seus familiares.

Os rótulos criados e utilizados culturalmente como, “deficiente” “homossexual” e outros, são tão impregnados que o rótulo toma a frente de qualquer capacidade que a pessoa tenha. O que aparece em primeiro plano é, aos olhos dos outros, o que torna o indivíduo designado como fora dos padrões “ditos” normais, essa condição tão naturalizada culturalmente, faz com que os próprios deficientes se vejam através da deficiência e não como pessoas que, conforme ressalta a autora, precisam conquistar seus espaços na sociedade.

Interessante à exposição que a autora faz sobre a representação a que estamos culturalmente acostumados a criar e recriar, onde as pessoas

passam a ser representadas pelas suas características físicas sendo, segundo ela, “nomeados e posicionados como sendo gordos, brancos, mulheres, atletas, deficientes, incapazes, como se essa fosse a “marca registrada” (a representação “única e verdadeira”) de cada sujeito”. Essas representações já são naturalizadas nas interrelações pessoais, existindo alguns estranhamentos quanto a sexualidade das pessoas que não estão dentro de um modelo de beleza e perfeição física aceita como a “natural”. Desta forma, a tendência a excluirmos a sexualidade entre pessoas que não estejam dentro de um padrão pré-determinado como sendo o “aceitável”, acontece quase que naturalmente. O que dizer da sexualidade específica dos deficientes?

Miriam nos alerta para o fato de que, naturalmente, entendemos o deficiente como um ser assexuado ou, ao contrário, hipersexualizado. Assusta dar-se conta de que nosso filho (a) está crescendo, vivendo, experimentando e conhecendo a sua sexualidade. Mas e quando nos damos conta de que isso acontece também com os deficientes, nosso filho (a), irmão, parente, amigo, conhecido? Como lidar com uma demonstração que se julgava inexistente, visto que a pessoa em questão é limitada, incapaz, diferente?

Esses questionamentos estão presentes nos relatos contidos nesse trabalho, onde a autora busca desenrolar essas teias que se formam em torno de certos tabus culturais sobre a deficiência e que invisibilizam uma realidade que deve ser vista, discutida, analisada, vivenciada por toda a sociedade. A sexualidade nos deficientes é tratada, nesse trabalho, com a seriedade, sensibilidade e fundamentação teórica adequadas transformando a leitura em um aliado para qualquer pesquisador interessado na temática. Ter a ideia de que o deficiente é um ser sem desejos, sem opinião e sem expressividade em sua vida pessoal ou social, é uma impressão desconstruída por Miriam que nos traz a nova visão sobre a vida e as atividades dessa parcela da sociedade que, cada vez mais ganha projeção e espaço em todos os níveis de interação.

O título desse trabalho que originalmente era, “NEM ANJOS,

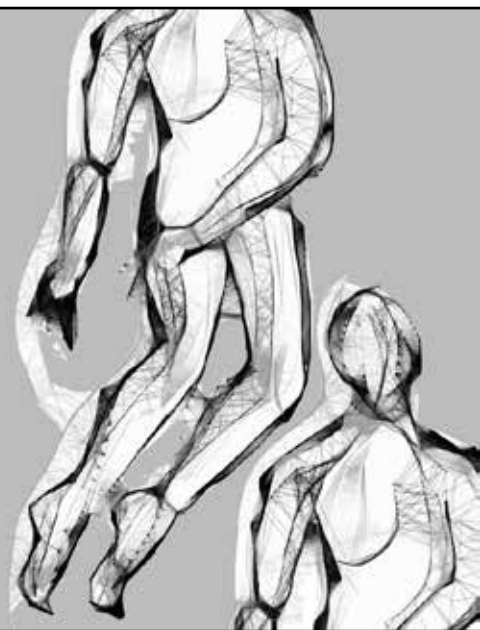
NEMDEMÔNIOS: Discursos e representações de corpo e de sexualidade de pessoas com deficiência na Internet” traduz bem a visão que a sociedade deve ter sobre as deficiências, “nem anjos, nem demônios”, pessoas como nós que têm sonhos, capacidades, ilusões, desilusões, incapacidades, revoltas e calmarias. Resumindo, pessoas comuns que, por um motivo ou outro apresentam limitações diferentes das nossas, mas que não são invisíveis, mas são criadas e representadas de acordo com a vontade de outros e não pela visão que têm de si mesmas.

Não poderia dizer outra coisa a não ser que recomendo essa leitura, sinalizando que tenho certeza de que muitos, como eu, terão vontade de reler mais vezes tendo a cada vez uma surpresa ao perceber algum detalhe que na leitura anterior havia passado despercebido. Volto a dizer que é uma honra apresentar essa obra, pois a segurança em participar da publicação de uma análise tão importante está embasada na lisura dos propósitos da autora e do alto grau de relevância do tema proposto.

Ursula Boeck

Profª Regente do Curso de Pedagogia EAD
Universidade Luterana do Brasil - Canoas/RS

**MUITO MAIS QUE
UMA “SIMPLES”
APRESENTAÇÃO**



Fazer uma apresentação, em um primeiro momento, pode até parecer algo fácil, principalmente se levarmos em conta que, para realizá-la, é necessário que tenhamos um conhecimento prévio daquilo que nos propomos a apresentar, ou seja, termos tido um primeiro contato com o objeto a ser apresentado. Este é o meu caso, pois foi ao escrever e reescrever por várias vezes esta dissertação que tive o meu primeiro contato com ela como objeto material e isso me ofereceu os elementos necessários para que, agora, possa apresentá-la aos membros desta banca.

Para muitas pessoas essa pode até ser uma situação despreziosa, despreocupada, tranquila. Não é o meu caso, pois, ao fazê-la, também me apresento, posiciono e me exponho. Ao realizar tal feito, também passo a ser avaliada e questionada sobre aquilo que venho apresentar. E passo por esse ritual não por acaso, já que ele é uma exigência da Academia para a obtenção do título de Mestre em Educação. Para explicar-me melhor, preciso falar como ele começou, o que significa falar de meus encontros e desencontros ao ingressar no Mestrado.

Mesmo reconhecendo que poderia citar muitas passagens de minha vida, tanto particulares como acadêmicas (como fiz no projeto de dissertação), optei, neste momento, por contar minha caminhada (como já referido anteriormente) somente após o meu ingresso no Mestrado em Educação da ULBRA. Foi no segundo semestre de 2004 que algo modificou (e muito) a minha trajetória acadêmica. Mesmo cursando a especialização, resolvi concorrer a uma vaga no Mestrado em Educação da ULBRA. Imaginem a surpresa que senti ao saber que havia sido selecionada! Isso porque havia me formado em Pedagogia em janeiro de 2004 e começado a especialização em março do mesmo ano e já em agosto começaria a frequentar as aulas do Mestrado. Tudo aconteceu muito rápido!

Já nas primeiras disciplinas, percebi que ser pesquisadora não seria tão fácil assim, como pensara em um primeiro momento. Fui, aos poucos, me (des)construindo como pesquisadora e sendo reconstruída com outros conhecimentos e saberes que, até aquele momento, não haviam feito parte de meu “saber”, o qual fui, mesmo que provisoriamente, “obrigada” a pôr à prova. Parecia que todas as certezas com relação aos saberes que possuía haviam “ido por água abaixo”. Eu ainda acreditava que existia uma verdade absoluta e, agora, como mestranda e pesquisadora, deveria procurá-la. Ao ler uma passagem de um artigo da professora Marisa Costa (2002) que, referindo-se a Foucault, ela diz que, “segundo ele, não existe verdade no sentido absoluto do termo e como resultado de uma operação pura do *intelecto*. A verdade ou ‘as verdades’ são deste mundo, produzidas num jogo de correlação de forças” (p. 100), foi que me dei conta de que o campo de estudos em que acabara de ingressar também não me forneceria as respostas (provavelmente definitivas) que buscava.

Nesse momento, percebi que, ao buscar a “dita verdade”, eu estava fazendo parte deste jogo – de que fala Foucault — e isso não aconteceu por acaso. Como a maioria dos seres humanos ocidentais, fui constituída dentro de uma lógica moderna que, dentre outras coisas, buscava a constituição de um sujeito autônomo, coerente, não

fragmentado, ou seja, um sujeito ideal/verdadeiro (que buscava a verdade em um mundo ideal/perfeito/transcendental). Talvez isso explicasse a dificuldade que eu encontrava, nesse momento, de compreender e me desvencilhar das postulações modernas. Eu não entendia o que era falado/apresentado nas aulas do Mestrado, por isso minha identidade como um sujeito moderno estava em crise.

Tal crise pode ser explicada por Stuart Hall (2003) que, em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade”, procura analisar justamente a crise atual da identidade e do sujeito constituídos na Modernidade. Para tanto, ele faz um “passeio” pelas sociedades, desde o Iluminismo até os dias atuais, delineando, assim, os três entendimentos sobre identidade compreendidos até hoje, quais sejam, o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

Para o autor, o sujeito do Iluminismo tinha como base um indivíduo centrado, constituído pela razão, cujo centro incidia em um núcleo interior que surgia no momento em que ele nascia e permanecia praticamente o mesmo ao longo de toda a sua existência. Já a noção de sujeito sociológico refletia, sob vários aspectos, a complexidade do mundo moderno e a concepção de que ele não possuía mais um núcleo interior autônomo e autossuficiente, mas sim, que se constituía no estabelecimento das relações com outros sujeitos. Nessa concepção sociológica, a identidade desse sujeito passa a ser estabelecida no contato entre o eu e a sociedade. Por sua vez, a noção de sujeito concebido como sendo pós-moderno, cuja identidade é construída e desconstruída constantemente, não possui mais uma identidade única, centrada no “eu”, uma vez que se “apropria” de diferentes possibilidades identitárias em diferentes momentos. Essas diferentes possibilidades provocariam, segundo o autor, uma crise de identidade no sujeito moderno, já que produziriam, dessa forma, uma fragmentação e uma mudança nas estruturas de diversas identidades culturais, como as de gênero, classe, nacionalidade, sexualidade, etnia, entre outras.

Gostaria de abrir um parêntese para salientar que reconheço que essas postulações apresentadas por Hall (2003) são apenas formas

diferentes de lidar, compreender e posicionar o “sujeito”, que até não desapareceram dos discursos circulantes e, muito menos, do discurso pedagógico. Talvez, por não terem desaparecido por completo, coexistindo no tempo e, como salientei, por me constituir em uma dita lógica moderna, é que fui, aos poucos, percebendo que os entendimentos construídos nas aulas faziam com que eu passasse a problematizar as certezas que antes acreditava serem verdadeiras – hoje, provisórias. Admitir os saberes e os conhecimentos produzidos como provisórios me possibilitou questioná-los e colocá-los à prova. Isso permitiu que meus pontos de vista fossem questionados/revistos.

O sentimento de estar deslocada e a necessidade de (re) significar meus pontos de vista foram reforçados, ainda, pelas novas leituras e entendimentos que passei a ter a partir do contato mais sistemático nas aulas e, posteriormente, no grupo de orientação. O assunto que eu queria pesquisar, num primeiro momento (a família da *pessoa com deficiência*¹), começava a me deixar desanimada e desmotivada. Isso porque o meu grupo era constituído por mestrandos que queriam pesquisar algum assunto que envolvesse corpo, gênero ou sexualidade.

Mesmo recebendo todo o incentivo do orientador e de meu grupo de pesquisa, percebi que não era mais isso que eu queria pesquisar. Mas o que fazer? O que pesquisar? Qual seria o meu foco?

Um dia, ao chegar em casa, minha filha me surpreendeu com a seguinte pergunta: “Mãe, arruma um namorado para eu beijar na boca?”. Confesso que fiquei paralisada, chocada. Como que eu não percebi que minha filha tinha crescido? Ela agora era uma adolescente!

1 Ao longo deste texto, utilizo-me dessa terminologia, porque, em uma concepção inclusiva, ela enfatizaria, em primeiro lugar, a pessoa e, em segundo, caracterizaria a deficiência que ela possui. Sendo assim, sua utilização é considerada como adequada ao designar os sujeitos como sendo: pessoa com deficiência visual; pessoa com deficiência mental; pessoa com deficiência física; pessoa com deficiência auditiva ou pessoa com deficiências múltiplas (para nos referirmos àquelas que possuem duas ou mais deficiências associadas). Mesmo reconhecendo as várias terminologias existentes para designar/definir/falar dos/sobre as *pessoas com deficiência*, assumi a perspectiva apresentada por Sasaki (2005) - tal como será apresentado no final do capítulo 2 - optando, assim, pelo termo *pessoa com deficiência*.

Neguei a ela – como a maioria dos pais que têm filhos que são tidos/classificados como *peçoas com deficiência* (sim, minha filha é uma *peçoas com deficiência*) – ou melhor, a mim mesma o conhecimento de sua sexualidade, de seu corpo. O que fiz, tal como os discursos que circulam acerca da sexualidade de modo geral, foi transformar minha filha em um ser assexuado e sem corpo.

No meu caso, o que relatei poderia ser considerado como algo inconcebível para alguém com a minha formação — sou formada em Pedagogia com ênfase em Orientação Educacional — mas a leitura do texto “Corpo, Escola e Identidade”, de Guacira Lopes Louro (2000), me apresentou uma outra versão. Isso porque me fez lembrar as escolas pelas quais passei durante minha trajetória escolar e pude constatar, assim como a autora, que o corpo parecia não existir dentro delas. Compreender que esse sujeito escolar tem, além, ou melhor dizendo, junto com a “mente”, um corpo, é algo não muito familiar aos cursos de formação pedagógica, nas quais as teorias educacionais enfatizam os processos de desenvolvimento da mente sem considerar o corpo (o que parece se refletir fora dos muros da escola — como aconteceu comigo). Isso talvez aconteça porque nossa formação está intimamente ligada a uma representação ocidental binária, que insiste em separar o corpo e a mente. Louro (2000), ao se referir a esse tema, traz uma expoente teórica feminista – bell hooks – dizendo que, provavelmente, essa dicotomia opera na direção de que “nós, professores e professoras, entramos numa sala de aula como se apenas a mente estivesse presente, como se fôssemos, todas, ‘espíritos descorporificados’” (p. 60). A argumentação de bell hooks parece corresponder ao que acontece na academia durante a formação dos docentes. Isso porque as teorias utilizadas pouco ou nada expressam com relação ao conhecimento de nosso corpo ou do corpo de nossos alunos. “Aparentemente estamos, nas escolas e universidades, lidando exclusivamente com ideias e conceitos que de algum modo fluem de seres incorpóreos” (Id., *ibidem*).

Mesmo parecendo uma “verdade”, o exposto acima não corresponde àquilo que frequentemente acontece. Alguns estudos

no campo da história da educação nos apresentam uma outra versão, mostrando que o corpo sempre esteve no centro das atenções dos processos e das práticas pedagógicas. Os processos de formação da mente, aos quais as crianças e os jovens foram submetidos historicamente, também se fizeram presentes nos corpos. Com a premissa de que a escolarização devesse acontecer de uma forma academicamente satisfatória, a escola teve preocupação com os corpos no sentido de discipliná-los, vigiá-los, corrigi-los, com o intuito de conhecê-los melhor e, assim, poder escolarizá-los. Ao preocupar-se, principalmente, com posturas e gestos educados, a escola faz com que esse corpo pareça estar fora desse espaço tão “sagrado” do saber, não podendo ser nomeado/falado. “As formas de intervir nos corpos — ou de reconhecer a intervenção — irão variar conforme a perspectiva assumida. Ilusório será acreditar, contudo, que, em algum momento, as instâncias pedagógicas deixaram de se ocupar e se preocupar com eles” (Id., *ibidem.*).

E foi diante desses “motes”, dessas pistas, que atentei para a importância de refletir sobre a possibilidade de pesquisar algo que envolvesse o corpo ou a sexualidade das *pessoas com deficiência*. Nesse momento, já tinha feito, no decorrer das aulas, algumas incursões a vários textos e as discussões que neles encontrei, bem como em outros que recolhi em uma primeira busca de caráter exploratório em *sites* da Internet, fizeram com que inúmeros questionamentos começassem a aparecer em relação ao assunto. Além disso, também começava a inquietar-me o fato de eu não possuir um conhecimento mais específico acerca da área que iria pesquisar. Também não sabia qual poderia ser o meu material de análise. Apesar disso, algumas possibilidades começavam a se formar em relação a essa temática: analisar filmes que abordassem o assunto ou, quem sabe, revistas ou *sites* da Internet; entrevistar as *pessoas com deficiência*, seus pais etc. Depois de alguns encontros com meu orientador e meu grupo de pesquisa, no entanto, defini que pesquisaria os discursos e as representações de corpo e de sexualidade das *pessoas com deficiência* na Internet — não que as outras possibilidades não fossem frutíferas, mas precisava escolher um caminho. Essa foi a delimitação que precisei fazer para que a pesquisa

pudesse seguir, ou melhor, começar.

Julguei necessário fazer essas considerações introdutórias antes de começar a apresentar essa dissertação, intitulada *Nem anjos, nem demônios: discursos e representações de corpo e de sexualidade de pessoas com deficiência na Internet*. Esse título não foi escolhido ao acaso, mas com o intuito de tensionar os recorrentes discursos e representações existentes sobre o corpo e a sexualidade da *pessoa com deficiência*. Utilizei-me, para isso, de algumas reportagens e entrevistas (escolhidas por mim) produzidas/veiculadas em um *site* da Internet (<http://www.sentidos.com.br/canais>) e que discorrem, entre outras coisas, sobre o assunto que iria pesquisar. Empreendi as análises acerca desses materiais sob inspiração dos Estudos Culturais em Educação, dos Estudos de Gênero, Corpo e Sexualidade. Para que os leitores e leitoras possam melhor compreender a maneira como trabalhei com o tema proposto, dividi esta dissertação em quatro capítulos, os quais passo a apresentar a seguir.

No primeiro capítulo, que chamei de *Caminhos percorridos...*, busco apresentar os caminhos que percorri para a elaboração deste estudo, começando por lembrar algumas questões que foram apresentadas no projeto que constituiu esta pesquisa. A seguir, procuro justificar a escolha da Internet como um local importante para a busca dos materiais. Também apresento quais foram os motivos que me levaram a continuar problematizando a temática de estudo na linha dos Estudos Culturais e não naquela dos *Disability Studies* (mais diretamente associada ao estudo das questões ligadas às *pessoas com deficiência*) – mesmo que reconheça a importância e a abrangência desse campo de estudos no que se refere às pesquisas que envolvem as *pessoas com deficiência*. Além disso, apresento as dificuldades e os caminhos percorridos para a escolha dos materiais (as entrevistas da seção *Talento*), bem como os passos trilhados para a delimitação dos temas principais a serem apresentados nesta dissertação. Ao final desse capítulo, destaco alguns entendimentos que julguei fundamentais para essa empreitada, mostrando de que modo usei as entrevistas e como

essas foram apropriadas neste estudo, situando, para os fins deste trabalho, os conceitos de discurso e representação.

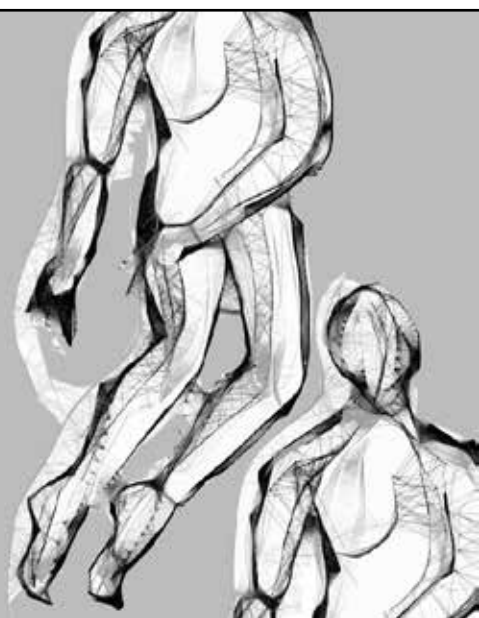
No segundo capítulo, *Algumas problematizações em tempos de inclusão, mas não só isso...*, mostro como as propostas de inclusão vêm constituindo as *peessoas com deficiência* na contemporaneidade. Com base em alguns momentos que marcaram o campo dos estudos referentes as *peessoas com deficiência*, também problematizo algumas das terminologias e conceitos que, tanto no âmbito nacional quanto internacional, buscaram lidar, de modos tidos como os mais apropriados, para se designar as *peessoas com deficiência*. Busco, assim, demonstrar o jogo de tensões (poder) presente na “simples” eleição e no uso de um termo ou outro para denominar uma *peessoa com deficiência*. Enfatizo, com tal discussão, que não se trata apenas de eleger um nome, mas sim de mostrar que tais nomes/designações produzem os sujeitos de que falam.

No penúltimo capítulo, intitulado *Nem anjos, nem demônios*, faço um breve relato sobre as representações existentes sobre anjos e demônios, juntamente com algumas breves considerações acerca da capa desta dissertação, para, só então, começar a falar do corpo e da sexualidade das *peessoas com deficiência*. Ao fazer isso, procuro abordar como esses corpos e sexualidades vêm sendo construídos através de discursos que se autorizam a falar deles, inclusive, construindo uma representação de que as *peessoas com deficiência* são assexuadas ou, ao contrário, hipersexualizadas. Para essa análise, busco os subsídios teóricos dos Estudos de Gênero, de Corpo e de Sexualidade, os quais não entendem o corpo e a sexualidade como “coisas” simplesmente dadas pela natureza, mas como construídos social e culturalmente. No final deste capítulo, busco mostrar como as práticas de bio-ascese, discutidas por Ortega (2002), juntamente com o avanço das bio-tecnologias, podem operar outras visibilidades para os corpos das *peessoas com deficiência*.

No capítulo final, *A página Sentidos como uma instância pedagógica*, mostro alguns temas que talvez passem despercebidos aos leitores e leitoras da seção *Talento*, mas que se transformaram em

pontos importantes na análise, justamente por se tratarem de questões conflitantes (a maternidade, a prática de esportes, a beleza e a prática do sexo) quando se fala sobre os corpos e as sexualidades das *pessoas com deficiência*. Ao fazer tais análises, busquei focalizar a discussão em temas que considero pouco discutidos e, portanto, vistos com certa resistência (ou reticência) por uma grande parcela da sociedade. Realizei tal operação mesmo reconhecendo a dificuldade em/para falar sobre tais assuntos, não deixando de problematizar como a *Página* apresenta e ensina para os seus leitores/as esses temas ao mesmo tempo em que se aproxima e se afasta de determinados discursos e representações acerca da deficiência.

**CAPÍTULO I:
CAMINHOS
PERCORRIDOS...**



(RE)LEMBRANDO ALGUMAS HISTÓRIAS

No momento da defesa de minha proposta, salientei que aquilo que havia apresentado para a apreciação da banca era apenas um mero ensaio sobre algumas das possibilidades que tinha (mesmo reconhecendo que poderiam existir outras) de pesquisar as representações e os discursos que falavam de/sobre o corpo e a sexualidade das *pessoas com deficiência*. Os materiais os quais havia analisado até aquele momento, e que continuei a analisar para essa dissertação, reiteraram o que salientei naquele projeto: as *pessoas com deficiência*, assim como outras “minorias” (homossexuais, lésbicas, idosos etc.), parecem estar começando a ter “vez e voz” através das transformações e reivindicações que eles travaram na sociedade contemporânea nos últimos anos. Acompanhando o pensamento de Louro (2004a)²:

[...] é inevitável fazer face a essa diversidade de

² Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/guacira1.htm>>. Acesso em: 5 dez 2004.

sujeitos e de práticas. É indispensável encará-la como constituinte do nosso tempo. Um tempo em que a diversidade não funciona mais com base na lógica da oposição e da exclusão binárias, mas, em vez disso, supõe uma lógica mais complexa. Um tempo em que a multiplicidade de sujeitos e de práticas sugere o abandono do discurso que posiciona, hierarquicamente, centro e margens, dominantes e dominados, em favor de outro discurso que assume a dispersão e a circulação do poder. Um tempo em que a diferença se multiplicou. Um tempo em que a verdade é plural.

Por concordar com as palavras de Louro, ao ressaltar que vivemos em “um tempo em que a diferença se multiplicou. Um tempo em que a verdade é plural”, mesmo reconhecendo que outras análises poderiam ser realizadas com os materiais que utilizo (tal como já salientei), procuro apresentar, nesta dissertação, apenas um dos olhares (o meu, como pesquisadora) sobre os discursos e as representações referentes aos corpos e às sexualidades das *peessoas com deficiência*. Penso que posso, até, causar algum desconforto em meus leitores/as e aos membros da banca por não querer, em nenhum momento, fazer um relato mais detalhado sobre a deficiência de cada um dos indivíduos que aparecem nas reportagens. Isto é, evitei, sistematicamente, destacar se nasceram ou adquiriram tal deficiência, como uma estratégia proposital que assumi para não dar destaque à deficiência, frequentemente apresentada como a primeira característica das *peessoas com deficiência*. Ao fazer isso, procurei criar uma estratégia narrativa, cuja ideia é narrar/analisar sem “ceder” à marca (física) “impressa”/visível ou não nesses corpos. Em outras palavras, o que pretendo com essa dissertação é contribuir para um outro olhar sobre como são representados/apresentados esses corpos e essas sexualidades nos dias atuais. Pretendo fazer isso por meio do tensionamento dos discursos e das representações que se apresentam na página *Sentidos* e, em especial, nas entrevistas da seção *Talento* que analiso, na qual as próprias *peessoas com deficiência*

falam, entre outras coisas, de seu corpo e de sua sexualidade.

Mesmo nos momentos da análise em que optei por fazer essas informações (marcas/rótulos) aparecerem, foi por querer salientiar algum ponto que julguei importante e não com a intenção de marcar/rotular os sujeitos nelas apresentados. Algumas dessas informações, de algum modo, são recorrentes para identificar as outras pessoas (ditas normais) em alguma reportagem ou entrevista, mas, para as *pessoas com deficiência*, se apresentam, muitas vezes, como um complicador. Isso porque elas passam a ser repetidamente representadas por suas deficiências, mais do que por suas capacidades profissionais, acadêmicas, esportivas etc. Muitas dessas representações posicionam negativamente os sujeitos que delas fazem parte, construindo e produzindo diferentes efeitos em cada um. Isso porque, ao circularem, elas produzem significados, valores, crenças, visões e modos particulares de agir e de pensar sobre o mundo e os sujeitos.

Apartir dos Estudos de Corpo, Gênero e Sexualidade (LOURO, 1997, 1999, 2003; MEYER, 1991, 1999; FRAGA, 1997, 2005), passamos a entender os corpos e as sexualidades como construídos/produzidos social e culturalmente e não mais apenas como “coisas” dadas pela natureza. “Nada é ‘natural’, nada está dado de antemão, toda verdade – mesmo aquela rotulada de científica – é parcial e provisória e resulta de disputas travadas em diversos âmbitos do social e da cultura e pode, por isso, ser questionada” (MEYER, 2003, p. 11).

A partir dessas perspectivas é que empreendi a análise dos materiais de pesquisa, mas, tal como acontece com uma grande parte dos trabalhos de pesquisa, trilhei vários caminhos, fiz várias tentativas, pois não tinha um único caminho a seguir. Essa talvez tenha sido uma das maiores dificuldades encontradas para a realização desta dissertação. Confesso que, muitas vezes, pensei em desistir. O cansaço insistia em me acompanhar, a solidão da escrita me rondava, a “folha em branco” do *Word* na tela do meu computador me assustava. Nesses momentos, descobri o quanto ainda sou moderna, pois queria de volta a segurança, a estabilidade das promessas desse tempo, nunca atingidas: ter tudo no

lugar, ter um só caminho a seguir, ter um único método a me guiar... Mas, ao contrário, o que encontrei foi a fragmentação de um tempo que insiste em não parar, que escorre e é líquido³. A provisoriade metodológica proporcionada por ele me instigou e permitiu compor esse grande quebra-cabeças no qual fui encaixando e desencaixando muitas peças, com o intuito de tentar registrar, ao longo desse caminho, a minha trajetória de pesquisa.

ERA PRECISO FAZER ALGUMAS ESCOLHAS

Muitos são os *sites*⁴, na Internet⁵, que “falam” sobre as *pessoas com deficiência*. Essas “falas”, em sua maioria, as posicionam e as representam como *alguém de quem se pode falar*. É como se elas mesmas não pudessem falar de seu corpo e de sua sexualidade, enfim, de si mesmas. É como se o corpo e a sexualidade da *pessoa com deficiência* não pertencessem a ela, mas sim aos profissionais tidos como os mais especializados/competentes (médicos, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, etc⁶.), aqueles que têm legitimidade e autoridade para falar em “seu lugar”.

Busquei a rede mundial de computadores, a Internet, pelas

3 Faço alusão, aqui, a algumas das idéias discutidas por Bauman, em *Modernidade líquida* (2001) e *Amor líquido* (2004), por exemplo.

4 Esses *sites* estão relacionados à Psiquiatria, Psicologia, Medicina, Educação Especial, Inclusão, dentre tantos outros campos do saber que encontrei (e que podem ser encontrados), como, por exemplo, em *sites* de busca, tal como o Google (www.google.com.br).

5 A palavra Internet, conforme o glossário da Internet (2006), escrito com inicial maiúscula, significa a “rede das redes”. Originalmente criada nos EUA, tornou-se uma associação mundial de redes interligadas em mais de 70 países. Os computadores utilizam a arquitetura de protocolos de comunicação TCP/IP. Originalmente desenvolvida para o exército americano, hoje é utilizada em grande parte para fins acadêmicos e comerciais. Provê transferência de arquivos, *login* remoto, correio eletrônico, *news* [notícias] e outros serviços; 2. Com inicial minúscula significa genericamente uma coleção de redes locais e/ou de longa distância, interligadas por pontes, roteadores e/ou *gateways* [dispositivo de tradução de protocolo em hardware ou software que permite que os usuários que trabalham em uma rede possam acessar outra]. Nessa dissertação utilizarei a palavra Internet com letra maiúscula.

6 Encontrei em *sites* mais “autorizados”, acadêmica e cientificamente (como Scielo e Bireme), nas várias áreas do saber, muitos trabalhos já realizados sobre o assunto, incluindo teses de doutorado e dissertações de mestrado, livros e artigos. Foi ao manusear alguns desses materiais que comecei a esboçar a elaboração desta dissertação.

inúmeras discussões acerca do corpo e da sexualidade da *pessoa com deficiência* (mas, ressalto que sei que não ocorrem apenas nela) presentes nesse veículo de comunicação. Nele, elas se proliferam e se expandem, cada vez mais, fazendo-se presentes em *sites*, desde os mais específicos até os mais comuns, os quais falam sobre o corpo ou a sexualidade das *pessoas com deficiência*, tais como fóruns de discussões, páginas pessoais, páginas médicas, páginas de psicologia, páginas educacionais, entre outras. Muitos deles são elaborados por profissionais tidos como os mais especializados e competentes para falar sobre o assunto e, em consequência, são endereçadas para públicos específicos, de acordo com algum tipo de identificação ou interesse que possa existir por parte de quem vai acessá-las.

Algumas características da Internet — a) a fluidez na circulação e a facilidade para o consumo de materiais; b) o estilo, na maioria das vezes, considerado provisório, passageiro e descartável, c) e a facilidade de demonstrações direta ou indiretamente de sujeitos tidos como “anônimos”, “sustentada[s] pela promessa de que ela nos possibilite em breve assumirmos ciberidentidades, substituindo a necessidade de algo tão complicado e fisicamente constrangedor como é a interação real” (HALL, 1997, p. 23) é o que a torna um meio importante de comunicação entre as *pessoas com deficiência*. A interatividade com as pessoas que a acessam, entre outras tantas possibilidades, e, pessoalmente, por gostar de interagir com essa mídia, foi o que me motivou a utilizar a Internet como o meu campo de pesquisa.

Os materiais analisados nesta dissertação foram pesquisados em páginas brasileiras da Internet, nas quais as próprias *pessoas com deficiência* “falavam” sobre suas vidas, seus corpos e sua sexualidade. Essas páginas foram encontradas através de sites de busca, tais como *Google*, *Yahoo* e *Alta Vista*, por meio das seguintes palavras-chaves: deficiência e sexualidade, *pessoa com deficiência* e sexualidade, corpo e sexualidade da *pessoa com deficiência*. Essa opção por páginas brasileiras não se deu ao acaso, mas, pelo fato de querer saber como as *pessoas com deficiência* eram apresentadas/representadas também aqui

no Brasil.

Nesse momento, cabe destacar que, em minhas incursões pelos sites da Internet, encontrei várias páginas de outros países (principalmente Inglaterra e Estados Unidos), as quais apresentavam discussões (estudos, definições, artigos etc.) inspiradas por um campo de estudos denominado *Disability Studies*. Esses estudos se configuram por levar em consideração os processos culturais, históricos, sociais e econômicos, por meio dos quais a “deficiência” tem sido produzida/construída, representada e narrada na contemporaneidade. Esse campo de estudos não se configura meramente como sendo o “estudo das discapacidades”, como poderíamos pensar em um primeiro momento, ao traduzirmos a palavra *Disability Studies*. É importante salientar que, nesse campo de estudos, o conhecimento da dimensão cultural da condição deficiente nos permite vislumbrar “que ser uma *pessoa com deficiência* não é necessariamente ruim, o ruim é ser discriminado, subjugado, barrado nas escolas, nos empregos, pela arquitetura” (LACERDA, 2005, p. 141). Tal entendimento da deficiência faz com que esse campo de estudos seja configurado como um campo que procura “desconstruir os saberes e poderes que têm constituído o outro deficiente como anormal, patológico, inferior e como um corpo colonizado” (THOMA, 2000, p. 80). Além disso, tal campo também se caracteriza como sendo produzido e sustentado por pessoas que se posicionam a partir da experiência da deficiência e não apesar dela.

Mesmo reconhecendo a importância de tais estudos — os *Disability Studies* — as contingências que me posicionaram, por exemplo, num programa de Estudos Culturais em Educação, levaram-me a uma análise nesta última perspectiva. Mesmo inspirando-me em alguns dos pressupostos dos *Disability Studies*⁷, fiz minha opção por buscar aproximar tais temas a partir de uma análise mais voltada aos Estudos Culturais (campo de estudos muito mais disseminado em

7 Isso por eles configurarem um campo que se aproxima dos Estudos Culturais e transitar por vários temas, tais como direitos das *pessoas com deficiência* associados às atividades políticas, processos culturais, históricos entre outros.

nosso país do que os *Disability Studies*), na medida em que esse campo estabelece várias interfaces possíveis com aquelas feitas nos *Disability Studies* (vide, por exemplo, DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001; VEIGANETO, 2001; FERRE, 2001).

Por tais razões, trilhei a linha dos Estudos Culturais, já que eles se configuram, tal como referem Nelson, Treichler e Grossberg (1995), como um campo de pesquisa cuja metodologia fornece uma marca desconfortável: “eles, na verdade, não têm nenhuma metodologia distinta, nenhuma análise estatística, etnometodológica ou textual singular que possam reivindicar como sua” (p. 9). Convém também destacar que suas temáticas se desenvolvem nos campos das práticas político-estéticas que perpassam as questões de gênero e sexualidade, etnia, discurso e textualidade, políticas de identidade, identidades nacionais, ecologia, pós-modernidade, multiculturalismo e globalização, dentre tantos outros. Esses assuntos se distinguem na contemporaneidade, propiciando que se lancem novos olhares sobre os referenciais teórico-metodológicos no que se refere à pesquisa sobre as culturas. Para esses autores, os Estudos Culturais se distinguem pela sua pluralidade metodológica e por sua interdisciplinaridade, possibilitando que o/a pesquisador/a lance mão de artifícios de análises exteriores à própria área de conhecimento, mas que possam contribuir com o tema/artefato estudado. Por um lado, foi isso que fiz, em parte, ao me inspirar em alguns dos pressupostos dos *Disability Studies* e, por outro, foi também um dos motivos pelos quais resolvi abandoná-los.

O outro motivo que devemos destacar para realizar uma análise em tal perspectiva é, por nos depararmos, atualmente, com uma “forte” centralidade da cultura. Autores como Stuart Hall (2003) nos direcionam para essa centralidade que a cultura está assumindo em nossas vidas, o que provoca uma virada radical nas relações que temos com os objetos e artefatos culturais. Neste sentido, ele entende que a cultura “não pode mais ser estudada como uma variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo mover-se; tem de ser vista como algo fundamental,

constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior” (HALL, 1997a, p. 23).

Hall (1997a) emprega a expressão centralidade da cultura para mostrar a sua ação constitutiva, hoje, em todos os cenários da vida social, sendo considerada um componente-chave que penetra e influencia cada recanto do ambiente doméstico e das tendências globais. Para ele, “os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação” (HALL, 1997a, p. 17), fazendo com que a sociedade, a escola, a família, entre outros, como muitos têm referido, não estejam isentas, de forma alguma, desse contexto cultural que se manifesta através da produção de tais artefatos. O autor salienta, ao mesmo tempo, que a opção a favor da centralidade da cultura não significa considerar que não exista mais nada além da cultura. Antes, significa reconhecer que toda prática social tem uma dimensão cultural, porque depende de significados e com eles está intimamente associada.

Por querer explorar a possibilidade de pensar o corpo e a sexualidade da *pessoa com deficiência* como uma questão cultural, que congrega pessoas numa *comunidade virtual imaginada*⁸, e por perceber que as análises que podem ser realizadas dessa página da Internet, “nada mais são do que o resultado da forma como as sociedades e os grupos culturais vêm construindo [as] noções acerca” (tal como sugere THOMA, 2000, p. 80) de corpo e de sexualidade das *pessoas com*

8 Estou pensando/propondo essa “comunidade virtual imaginada” a partir da ideia trabalhada por Benedict Anderson (1989), quando se refere às nações como “comunidades imaginadas”. Elas são “comunidades imaginadas”, porque seus membros estão ligados por anseios e características comuns, tais como religião, língua, cultura, hábitos, costumes, crenças, entre outras, fazendo com que os sujeitos passem a assumir esses pressupostos como intrínsecos à sua condição nacional, como se isso fizesse “parte deles”. Isso aproxima os sujeitos de tal modo que os mesmos passariam a se identificar com as peculiaridades de seu país, o que é muito próximo daquilo que acontece em relação às *pessoas com deficiência*, quando essas começam a se utilizar da Internet como um espaço no qual elas podem se expressar virtualmente, já que criam, por meio desse veículo, uma *comunidade virtual imaginada*, ligadas por um interesse comum. Por seus membros suporem que seus interesses e postulados se identificam com os de outros sujeitos, que imaginam se encontrarem na mesma situação que a sua ou por eles se identificarem com alguma causa comum, o que as uniria e fortaleceria, dando a ideia de pertencimento a essa causa ou mesmo pelo simples fato de estarem lutando por um motivo comum.

deficiência, é que reitero o meu interesse em analisar textos que circulam em uma página específica da Internet (página *Sentidos*⁹). Cabe, aqui, trazer as palavras de Fischer (1997), quando ela diz que mergulhar na materialidade discursiva da mídia significa buscar

as estratégias concretas que esse espaço fundamental da cultura constrói para atingir diferentes grupos sociais e cada indivíduo particularmente, através de objetos que os significam, criando-lhes identidades, mesmo que transitórias, produzindo, enfim, uma comunidade imaginária que os consola e representa (p. 67).

Essas estratégias de que a mídia se utiliza para capturar os sujeitos também estão presentes nessa página da Internet, da qual me utilizei para selecionar as reportagens. Isso porque os sujeitos que fazem parte da seção *Talento* passam a se constituir como exemplos para outras *pessoas com deficiência*, em qualquer lugar do mundo, desde que eles se sintam representados/identificados por aqueles que ali estão sendo entrevistados, criando, assim, essa *comunidade virtual imaginada*. Igualmente, por se sentirem atingidos/capturados pelos assuntos abordados nas reportagens e, principalmente, por serem representadas por uma “pessoa igual a elas”, ou seja, uma *pessoa com deficiência*, que as entende, que fala por elas, que tem possivelmente as mesmas necessidades que elas, entre outras.

Com essas colocações, e seguindo Giroux e McLaren (1995), comecei a entender a pedagogia como estando presente em qualquer lugar em que seja produzido o conhecimento, “em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum” (p. 144). Compreendendo-se, aqui, a expressão pedagogia como uma “pedagogia cultural”, conforme

9

Abordo mais aspectos sobre essa página na próxima seção.

entendida por Steinberg e Kincheloe (2001), como “áreas pedagógicas” que abrangem “aqueles lugares onde o poder é organizado e difundido, incluindo-se bibliotecas, TV, cinemas, jornais, revistas, brinquedos, propagandas, videogames, livros, esportes etc.” (p. 14).

Ao fazer essas considerações, espero alertar para a considerável penetração que a Internet tem entre os jovens, as crianças e a sociedade em geral (mesmo reconhecendo que não são todas as pessoas que têm acesso ou facilidade com esse artefato da mídia, em razão, muitas vezes, de suas condições sócio-econômicas). Assumindo a pedagogia tal como entendida por Giroux e McLaren (1995), torna-se possível entender que a Internet exerce uma pedagogia que ensina a esses aprendizes (e entre eles estão as *pessoas com deficiência*) coisas “interessantes”, já que usa como artifícios os apelos de produção gráfica que possibilitam uma “magia” muito diferente daquela geralmente apresentada na sala de aula. Silva (2004), por exemplo, nos alerta para a diferença existente entre a pedagogia e o currículo escolar e essas outras formas de pedagogias culturais. Segundo ele, pelos

[...] imensos recursos econômicos e tecnológicos que mobilizam, por seus objetivos — em geral — comerciais, elas se apresentam, ao contrário do currículo acadêmico e escolar, de uma forma sedutora e irresistível. Elas apelam para a emoção e a fantasia, para o sonho e a imaginação: elas mobilizam uma economia afetiva que é tanto mais eficaz quanto é mais inconsciente (p. 140).

Neste tempo que muitos estão chamando de pós-moderno, acredito ser urgente a necessidade de “ver” como essa pedagogia apresentada na Internet constrói e constitui identidades, discursos e representações de corpo e de sexualidade das *pessoas com deficiência* de maneira muito (mais) “atraente” do que outros meios, já que são os próprios sujeitos que (teoricamente) “escolhem” o que querem ver/ler. Hall (1997a) salienta que, para Du Gay, essa

nova mídia eletrônica não apenas possibilita a expansão das relações sociais pelo espaço e pelo tempo, como também aprofunda a interconexão global, anulando a distância entre as pessoas e os lugares, lançando-os em um contato intenso e imediato entre si, em um “presente” perpétuo, onde o que ocorre em um lugar pode estar ocorrendo em qualquer parte (p. 18).

Considerando a importância que a Internet vem assumindo na atualidade, como um espaço fronteiro não só entre o estar “presente/ausente”, mas também como uma forma de pedagogia cultural, é que procurei discutir como os corpos e as sexualidades das *pessoas com deficiência* vêm sendo concebidos na contemporaneidade. Se, hoje, com o advento dessa nova mídia, eles se tornaram “mais visíveis”, em outros tempos, nem sempre foi assim, tal como será comentado em algumas passagens desta dissertação.

A BUSCA DOS MATERIAIS

Inicialmente, estava habituada a procurar páginas sobre a deficiência na Internet e, frequentemente, encontrava os ditos “discursos autorizados” acerca dela (enunciados por médicos, psicólogos, psiquiatras etc). Assim, em virtude de tal experiência, pensava que conseguiria, sem dificuldades, páginas brasileiras em que as *pessoas com deficiência* falassem de seus corpos e de suas sexualidades.

Essas páginas mais biomédicas¹⁰ existiam (e existem) em abundância e falavam (falam) sobre esse assunto na Internet, portanto, imaginava que não teria dificuldades em encontrar páginas em que as próprias pessoas falassem de si.

Ledo engano! Após procurar em mais de 300 páginas, senti

10 Refiro como “mais biomédicas” as páginas em que os especialistas (dos ditos “discursos autorizados”) falam sobre o corpo e a sexualidade da *pessoa com deficiência* desde os seus campos de saber. Por exemplo, médicos, psicólogos ou sexólogos que diziam como a *pessoa com deficiência* deveria manter relações sexuais ou como deveriam cuidar de seu corpo, entre outros.

a dificuldade que teria em encontrar as páginas em que as próprias *peessoas com deficiência* falassem de si para a realização da pesquisa. Depois de insistir muito, encontrei uma página que julguei servir para o meu propósito. Era uma página destinada à divulgação de várias informações *para e sobre as pessoas com deficiência*. Ela também continha informações sobre outros assuntos de interesse geral, como culinária, saúde, notícias, novas tecnologias, genética, assuntos sobre a velhice etc.

Tratava-se, por conseguinte, de uma página de assuntos gerais, tal como muitas na Internet, mas que se destinava a apresentar, principalmente, aspectos relativos à vida de *peessoas com deficiência*. Nessa página (<http://www.sentidos.com.br/canais>), aparece, no canto superior esquerdo (figura - 1) o logotipo com duas mãos abertas, desenhadas por uma espécie de linha/fio e logo abaixo das mãos encontra-se escrita a palavra *Sentidos*. Ao visualizar a apresentação desse símbolo, tive a sensação de que a página me recebera de braços abertos e, através da palavra *Sentidos*, teria, então, a possibilidade de estimular todos os meus sentidos/olhares em direção ao assunto que me instigava pesquisar¹¹.

Neste *site*, uma seção, em especial, me chamou a atenção: *Talento*. Ela era composta por reportagens com mais de 200 *peessoas com deficiência* (auditiva, visual, física e mental). Em algumas delas, as *peessoas com deficiência* falavam das próprias deficiências, de suas vidas profissionais, amorosas, familiares, bem como de seus corpos e de suas sexualidades. A seguir, apresento a página sobre a qual tenho falado.

11 Cabe destacar, tal como faço mais detidamente a seguir, que as análises que empreendi para essa dissertação estão pautadas nos documentos/materiais que “capturei” da referida página *Sentidos* entre os meses de dezembro de 2004 e fevereiro de 2005. Apesar disso, devo também salientar que, frequentemente, volto a “visitar” a página, a fim de acompanhar as suas modificações, bem como as discussões que têm sido levadas a cabo na mesma.



Figura 1: Página da revista *Sentidos* on-line

Diante de tantas reportagens interessantes, tive que adotar um critério para escolher quais delas iria utilizar. Optei por selecionar aquelas reportagens que possuísem, além da entrevista, fotos da *pessoa com deficiência*, ou seja, mais especialmente, aquelas entrevistas nas quais ela falasse sobre sua deficiência, seu corpo, sua sexualidade ou mesmo sobre sua vida pessoal. Numa primeira “garimpagem”, selecionei cerca de vinte e três (23) reportagens e dessas escolhi, ao final, dez (10) — das quais apresento três delas em anexo, a fim de ilustrar o tipo de texto nelas presente. Resolvi, também, escolher reportagens que se encontrassem dentro das quatro áreas de deficiência (mental, auditiva, visual e física¹²) que o *site* apresentava.

12 Pode parecer estranho, mas percebi que, nessa página, existia um número muito maior de reportagens com deficientes físicos, se comparadas a outras deficiências. Isso talvez possa ser tributado às Paraolimpíadas – que ocorreram em setembro de 2004, duas semanas após o término das Olimpíadas, em Atenas – já que muitas das reportagens apresentadas no site eram de atletas paraolímpicos que, em sua maioria, são deficientes físicos.

Nesse processo de escolha, encontrei muitas reportagens cujos títulos, chamadas e fotografias apresentavam/introduziam, antes mesmo da leitura dos textos, as *peessoas com deficiência* (e.g., um advogado cadeirante e uma modelo surda). Elas eram, por um lado, apresentadas como “deficientes” (como se essa fosse a marca registrada de sua existência, já que se relatava, em quase todas as matérias, qual era a deficiência de cada um dos entrevistados, bem como se ele/a havia nascido ou adquirido tal deficiência) e, por outro lado, como pessoas capazes de superar as adversidades (“a peça que a vida lhes pregou”) ao conseguirem, “mesmo” sendo *peessoas com deficiência*, e com muito esforço, tornarem-se pessoas “talentosas” (tal como sugere o próprio título atribuído à seção).

Sendo assim, meus sentidos/olhares procuraram ser o mais perspicaz possível para que não caísse no lugar comum que, frequentemente, nomeiam e posicionam as *peessoas com deficiência*. Isso porque elas passam a ser representadas muito mais por sua deficiência do que por aquilo que pode aproximá-las do “padrão”, ou seja, de uma pessoa que, independentemente de ter ou não uma deficiência, precisa conquistar o seu espaço profissional, social etc. Para elas, a deficiência aparece como uma maneira de reafirmar e, assim, marcar sua incapacidade, o que demarca suas diferenças com o propósito de mostrar aquilo que as faz/torna diferentes/“ineficientes”, reforçando, assim, a diferença como inferioridade.

TENTANDO ORGANIZAR AS PEÇAS DO QUEBRACABEÇAS

Não pretendo, com essa seção, apresentar uma metodologia pronta, definitiva, a partir da qual meus/minhas leitores/as possam guiar-se para futuras pesquisas. Mesmo porque, eu não tinha nada delineado ao iniciar essa pesquisa, nem mesmo sabia qual seria a metodologia ou os caminhos pelos quais iria me aventurar. Confesso que esse procedimento foi se delineando ao longo de todo o processo de construção da dissertação, processo esse que só foi possível diante

da perspectiva teórica a qual me filiei (como colocado anteriormente). Muitas foram as idas e vindas de assuntos para a escolha dos temas que julgava ser importante trabalhar em distintos momentos.

A cada reunião com o grupo de pesquisa ou reunião individual com o orientador, surgiam mais e mais ideias e possibilidades de análise. Algumas foram abandonadas no próprio processo de construção do projeto, outras na construção da dissertação. Houve as que retornaram e, ainda, outras que foram definitivamente abandonadas. Isso só foi possível por não possuir nenhuma metodologia fechada a me orientar, o que propiciou um inesperado espaço de liberdade, fazendo com que eu pudesse optar por quais seriam os instrumentos a serem utilizados para a construção dos andaimes, das trilhas, do fazer e refazer dos caminhos da pesquisa. Como colocado no título dessa seção, a intenção era de poder organizar as peças desse imenso quebra-cabeças, que foi se formando e transformando ao longo desse processo de análise do material de investigação.

Mesmo que, em um primeiro momento, eu tenha sido capturada como uma “simples” leitora em visita a essa página, não podia esquecer que o que me fez chegar até ela foi a minha busca incessante por materiais os quais pudessem se transformar em meu objeto de análise. Esses materiais precisavam, no entanto, ser materiais nos quais as próprias *pessoas com deficiência* falassem de sua deficiência, de seu corpo e de sua sexualidade, já que esse foi o recorte que fiz, como uma maneira de delimitar, de antemão, alguns assuntos que poderia analisar posteriormente.

Depois de “navegar” pelas mais de duzentas entrevistas apresentadas na seção *Talento*, procurando “passar os olhos” pela tela do computador na intenção de capturar aquelas entrevistas que (mesmo em uma busca aleatória nesse momento) pudessem me interessar, foi que consegui selecionar as primeiras vinte e três entrevistas, que seriam, em um segundo momento, lidas mais detalhadamente. Essas entrevistas que, como coloquei em outros momentos, se encontravam dentro das quatro áreas de deficiência que a página apresentava (cabe salientar que

hoje a página também apresenta entrevistas de *pessoas com deficiência múltipla*, o que não acontecia na época em que fiz essa seleção).

Acredito ser importante destacar que, nesse processo de escolha — fora o fato de todas as entrevistas terem que estar necessariamente dentro do assunto o qual queria pesquisar — não me preocupei em selecionar nenhuma entrevista levando em consideração a idade (posteriormente percebi que se encontravam entre 20 e 46 anos), o *status* social ou profissional dos entrevistados. Um exemplo disso é que as mesmas tinham como seus protagonistas as mais variadas “personagens”, tais como, estudantes de Pedagogia e Psicologia, esportistas (como surfistas, ciclista e competidor de braço de ferro), modelos, dona de casa, desempregados, advogados, bibliotecária, humorista, enfim, uma variedade de pessoas que eram apresentadas pela página como sendo “talentosas”.

Após uma leitura mais detalhada de cada uma das vinte e três entrevistas selecionadas da seção *Talento*, resolvi ficar apenas com dez delas. Isso aconteceu em virtude da recorrência dos temas apresentados por elas e que julguei ser importante analisar. Não que as outras não fossem interessantes, mas precisava fazer algumas escolhas em virtude da variedade de assuntos abordados pelos entrevistados.

Os materiais selecionados para a dissertação (as dez entrevistas da seção *Talento*) serviram como “espinha dorsal” desta pesquisa. Mas, mesmo detendo-me nelas, à medida que imergia nos textos ali contidos, percebi que outros materiais começavam a se mesclar com essas entrevistas. A própria página *Sentidos* em sua seção *Serviços*, que continha os itens de busca, canais e deficiência, foi, muitas vezes visitada, e revisitada por mim, para que eu pudesse complementar muitas das informações de que necessitava. Isso acabou acontecendo porque as próprias entrevistas as quais selecionei continham, muitas vezes, indicações de outros *links* (da própria página *Sentidos*) direcionando-me para alguma coisa que o entrevistado queria dizer ou apresentar.

Ao buscar essas entrevistas — e agora detendo-me nas dez analisadas — percebi que, mesmo que elas tivessem como marcadores

assuntos envolvendo a deficiência, o corpo e a sexualidade (foi exatamente esse o recorte que fiz para selecioná-las), eles estavam lá como marcadores desses assuntos. E, embora eu tenha buscado por eles na seção *Talento*, não era exatamente da mesma deficiência, sexualidade ou corpo que eu estava querendo falar. Em outras palavras, apesar de tratar de deficiência, corpo e sexualidade, minha perspectiva de entendimento buscava se afastar daquela dos editores, entrevistados, entrevistadores etc. Assim, busquei selecionar os assuntos/materiais apresentados de tal maneira que pudesse olhá-los com as lentes dos Estudos Culturais (e, posteriormente, com dos Estudos de Corpo, Gênero e Sexualidade). Isso porque pretendia ver o que era apresentado, relacionando-o com outros assuntos, mostrando, dessa forma, que esses assuntos/materiais estão/estavam ali e como eu passei a olhar para eles, já que foi o olhar que lancei sobre esses materiais que constituiu essa sexualidade, esse corpo, essa deficiência de um outro modo (como procurarei apresentar ao longo desta dissertação).

Para que eu pudesse lançar esse olhar, foram muitas as tentativas de eleger quais seriam os melhores temas e assuntos a serem trabalhados na pesquisa. Fazia isso no intuito de tentar encontrar a melhor maneira de operacionalizar as análises. Em um primeiro momento (na busca de tentar encontrar qual seria o melhor procedimento a seguir), lia entrevista por entrevista, pintando cada recorrência (e.g., assuntos que se repetiam nas entrevistas) que aparecia com lápis de cor (cada recorrência tinha sua cor). Após, comecei a criar, para cada entrevista, uma tabela contendo as recorrências encontradas de acordo com sua cor. O terceiro passo, nesse processo, foi cruzar essas informações, criando uma tabela contendo os excertos de todas as entrevistas, de tal forma que eu soubesse como cada entrevista se relacionava com as demais. Tal processo mostrou-se, contudo, cansativo e pouco produtivo.

Depois desse processo, resolvi ler cada uma das entrevistas mais uma vez, mas agora, na tela do computador, colocando, ao lado de cada frase ou parágrafo que lia, uma palavra-chave (por exemplo, corpo, sexualidade, deficiência, inclusão, terminologias, maternidade,

superação, entre outras). Isso teve como objetivo identificar mais facilmente os assuntos que abordavam. O próximo passo foi reunir essas frases ou parágrafos em um único arquivo (criado no Word) da seguinte maneira: escrevia a palavra chave no Word e, logo abaixo dela, colocava a frase ou parágrafo de cada entrevista que se referisse a ela. Isso resultou na construção de um grande mapa sobre cada um dos assuntos abordados nas entrevistas, no qual se destacavam as suas recorrências (no todo). Após ter feito esse mapeamento com todas as entrevistas, percebi que tinha indícios suficientes para a escolha do conjunto de temas principais e dos assuntos que se articulariam com eles na análise. Escolhi, como resultado desse processo, os seguintes temas principais desta pesquisa: sexualidade, deficiência e corpo. Mesmo porque, esse foi o recorte que fiz de antemão no momento da escolha das entrevistas, como referido anteriormente.

Escolhi, também, um conjunto de assuntos que poderiam ser trabalhados em articulação com os temas principais, como família, educação, relacionamento amoroso, maternidade, preconceito/discriminação/vergonha, vida social, formação e atuação profissional, busca dos/por direitos, ser exemplo para outras *pessoas com deficiência*, fé/religião/espiritualidade, sentir-se ou querer ser “normal”, inclusão, terminologia, fragmentos (item em que agrupei os assuntos que apareciam esporadicamente).

Mesmo com a escolha dos assuntos, continuava em dúvida quanto à maneira de trabalhar com eles, por saber que não conseguiria dar conta e igual destaque a todos, como gostaria. Esse processo de escolha e dúvidas pelo qual estava passando acontecia por ser essa uma das várias possibilidades que encontrava, dentre tantas outras, para operacionalizar os materiais que possuía. Penso que a dificuldade em decidir quais os assuntos que permaneceriam e quais deveriam ser abandonados para uma posterior análise, poderia ser atribuída ao fato dos temas principais se articularem constantemente com todos os outros assuntos que havia elegido, parecendo praticamente impossível trabalhar com um deles sem que os outros estivessem presentes nas

análises.

Como precisava fazer algumas escolhas e já sabia quais eram os temas principais, resolvi utilizá-los em articulação com o conjunto de assuntos que possuía, mesmo sabendo que correria o risco de ter que abandonar definitivamente alguns deles. Apesar dessas difíceis escolhas, dessas idas e vindas na busca dos temas e assuntos a serem analisados, a escolha da melhor maneira de trabalhar com eles, não deixaram de ser para mim as peças que estavam soltas nesse quebra-cabeças “imaginário” que criei e fui montando ao longo desses dois anos de Mestrado, para compor as análises presentes nas páginas desta dissertação.

AS ENTREVISTAS VISTAS COMO “TEXTO”

Acredito ser importante reafirmar, mais uma vez, que os materiais da página *Sentidos* que analiso se configuram como entrevistas realizadas para serem incorporadas e apresentadas na seção *Talento*. Penso que devo marcar, desde já, que embora eu analise os textos das entrevistas publicadas na seção *Talento*, não procederei uma análise teórico-metodológica a partir dos aportes da técnica de entrevistas, tal como preconizado pelos textos de pesquisa qualitativa (mesmo por que não as realizei e não passei por todos os processos usualmente necessários para um investimento dessa natureza). O importante, aqui, é mostrar como elas podem ser analisadas como texto. Nesse sentido, a entrevista em si é o meu material de análise, porém, a partir de uma análise textual. Assim, o que me interessa nessas entrevistas é seu “produto final”, qual seja, o “texto” que é apresentado aos leitores/as na tela do computador, com suas imagens, *links*, textos escritos etc. Faço isso inspirando-me nas palavras de Silveira (2002), já que pretendo olhar para essas “entrevistas como eventos discursivos complexos, forjados não só pela dupla entrevistador/entrevistado, mas também pelas imagens, representações, expectativas que circulam” (p. 120). Mesmo considerando essa dimensão importante nas entrevistas, uma vez que não as realizei não tenho como discutir o “parte a parte” as

mesmas, que é algo também destacado pela autora¹³. Isto é, por não saber como se desenvolveu o processo de preparação e execução dessas entrevistas, é que as leio como uma leitora/pesquisadora do lado de cá do texto/da tela.

Partindo do que foi dito, acredito ser importante apresentar alguns aspectos relevantes desse gênero discursivo – a entrevista. O entendimento acerca de tipo e gênero de discurso baseia-se na suposição de que seria possível utilizar alguns critérios de aproximações e diferenças para classificar o grande número de textos e práticas discursivas existentes na sociedade. Mesmo que as entrevistas tenham alguns pontos comuns, como é o caso de conter sempre a presença da dupla entrevistador/entrevistado, nem sempre, todas seguem as mesmas vinculações como gênero discursivo. Temos, como exemplo disso, as entrevistas realizadas para a televisão, para a imprensa escrita de uma maneira geral, para a Internet, entre outras, as quais “implicam outra ‘encarnação’, [isto é] uma exibição mais explícita de sua situação de interlocução e têm, como Arfuch (1995) observa, imbricada em sua própria arquitetura, a presença desse terceiro – o público, interlocutor ambigualmente ausente e presente” (SILVEIRA, 2002, p. 121). E é assumindo o papel desse público, ausente e presente, que utilizarei essas entrevistas, sem perder de vista que o meu papel desse outro lado da tela do computador não é o de uma mera leitora, mas sim o de uma pesquisadora buscando apreender dessas entrevistas/textos os discursos e as representações de corpo e de sexualidade das *pessoas com deficiência*.

A entrevista tem um caráter muito peculiar de interação verbal, porque possui algumas características que a distanciam de um uso oral típico da língua, como acontece em uma conversa informal/espontânea. Isso porque, na maioria das vezes, ao realizar-se uma entrevista, é

13 Para a autora, o importante é ver esse “parte a parte – no momento e situação de realização das mesmas [das entrevistas] e, posteriormente, de sua escuta e análise” (SILVEIRA, 2002, p. 120). No meu caso, não tinha como analisar algumas dessas dimensões das entrevistas realizadas para a seção *Talento* (por exemplo, os bastidores de sua realização ou mesmo os processos de sua edição).

necessário ter um planejamento prévio (que, como salientei, não foi o meu caso). A entrevista situa-se na fronteira entre a língua falada e a língua escrita, pois, em alguns momentos, se aproxima da língua falada (caso das entrevistas televisivas ou radiofônicas) e, em outros, da língua escrita (caso das entrevistas que são apresentadas nas revistas ou nos jornais). Em ambos os casos pode haver interferência por parte de quem vai editar essas entrevistas, já que elas podem ser arrumadas e ajustadas inúmeras vezes, até que o resultado, ou seja, seu produto final esteja adequado aos critérios e regras de quem vai utilizá-las/apresentá-las. Acredito que isso também deve acontecer com as entrevistas apresentadas na seção *Talento*, uma vez que elas se configuram, especificamente, por apresentarem aos seus leitores/as entrevistas, que, ao enfocarem um determinado tema (destacado pelo assunto escolhido, especificidade do entrevistado/a, edição etc.), buscam apresentar as várias maneiras que as *pessoas com deficiência* utilizaram/utilizam para superar a deficiência, o preconceito, a exclusão, entre outros.

Ao pensarmos em uma entrevista ou mesmo nessa palavra surge, corriqueiramente, a representação de algum cenário caracteristicamente jornalístico, talvez como daqueles apresentados nos canais abertos de TV. Nesses programas, sempre há um repórter entrevistando algum “personagem” vinculado ao assunto a ser abordado ou enfatizado. Tal vinculação dita características e é algo que, nas palavras de Fávero (2000), não passaria, única e exclusivamente, de um engano. Para essa autora, “a entrevista é uma atividade em que, não somente pessoas ligadas à área de comunicação, como os jornalistas, mas todos nós, de uma forma ou de outra, estamos envolvidos, quer como entrevistadores, quer como entrevistados” (p. 79). Um caso típico é o daquela representação acerca da pesquisa de campo, na qual o pesquisador se encontra frente-a-frente com a pessoa ou o grupo a ser pesquisado com um questionário contendo um conjunto de perguntas estruturadas ou semi-estruturadas a serem feitas no momento da realização da entrevista. Sua finalidade, em ambos os casos (entrevista jornalística, pesquisa de campo etc.), seria “o inter-relacionamento humano, mas [nessas situações] os direitos dos

participantes não são os mesmos, pois o entrevistador faz as perguntas e oferece, em seguida, o turno ao entrevistado. Na verdade, as relações de poder entre eles deixam-nos em diferentes condições de participação no diálogo” (p. 80). Mais uma vez, se configura aqui, minha condição de leitora/pesquisadora — de uma terceira posição, como enfatizado por Silveira (2000) — em relação às entrevistas que analiso.

Essas diferentes posições no diálogo, como nos coloca a autora, estão presentes em todas as entrevistas da seção *Talento*. Nelas, é possível perceber quem tem o poder de direcionar a entrevista: o/a entrevistador/a. Isso é evidenciado pelas várias perguntas que são feitas às/aos entrevistadas/os, uma vez que, na maioria das entrevistas, parece haver uma “ordem” a seguir: qual é a deficiência do/a entrevistado/a? a pessoa nasceu ou adquiriu a deficiência? qual é a formação profissional do/a entrevistado/a? como ele/a fez/faz para superar a deficiência? entre outras.

Como nos coloca Fávero (2000, p. 79), participamos, querendo ou não, de alguma forma de entrevista, mesmo que não seja como um de seus “atores” principais. Fazemos isso como seu público-alvo — nas palavras de Silveira (2002) como “encarnação” — para o qual são endereçadas informações que têm o potencial para interferir em discursos, tanto de quem os publica quanto de quem os lê (caso de todos aqueles que acessam a seção *Talento*). Isso se dá “num jogo de funções em que o entrevistador por vezes se traveste de porta-voz do público e o entrevistado se preocupa com o que costumeiramente se denomina de ‘imagem pública’” (SILVEIRA, 2002, p. 121). Isso também aparece nas entrevistas que analiso, porque o entrevistador direciona a entrevista de tal maneira que muitas das perguntas feitas ao entrevistado, certamente, poderiam ser feitas por qualquer um que tivesse a oportunidade de estar ali em seu lugar. Por outro lado, o/a entrevistado/a responde com a intenção de passar uma imagem pública o mais próximo possível da realidade vivida pelas *peçoas com deficiência*, no sentido de apresentá-las como pessoas que podem viver a partir da experiência da deficiência e não apesar dela. Mesmo que as

entrevistas estejam distante dos holofotes, das luzes, das câmeras e dos microfones, podem ser entendidas, nas palavras de Fávero e Andrade (1998), como “uma técnica de interação social. Por meio dela, busca-se uma interpenetração informativa que visa a quebrar isolamentos sociais, grupais, individuais; pode ainda servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação” (p. 154).

Nas palavras de Fávero (2000), “a entrevista, porém, constitui um tipo especial de texto falado porque o planejamento existe da parte do entrevistador e pode existir, também, em certos casos, da parte do entrevistado, diminuindo, dessa forma, marcas da oralidade” (p. 83). Mesmo assim, ela se constitui de um conjunto de códigos e marcas que “todo gênero de discurso exige daqueles que dele participam que aceitem um certo número de regras mutuamente conhecidas e as sanções previstas para quem as transgredir” (MAINGUENEAU, 2001, p. 69). Essas combinações não precisariam, necessariamente, ser feitas por meio de um acordo formal ou explícito. Isso porque esses códigos ou regras resultariam da junção de “coerções” que seriam exercidas sobre os falantes, fixando, para os múltiplos contextos ou circunstâncias sociais, regras rígidas ou não sobre o como e o que dizer a partir de alguns lugares específicos, no sentido de obter determinado resultado. Esse resultado poderia ser atribuído ao papel preponderante que passa a ter o público (no meu caso, o/a leitor/a, da página *Sentidos*, em especial o da seção *Talento*) como um “elemento propulsor de modificações na interação entre os participantes, já que a interação se desenvolve exatamente em função da terceira-parte e é em razão de não se perder esse aliado que se procede às reformulações ou reorientações temáticas” (FÁVERO e ANDRADE, 1998, p. 167).

Essa preocupação com o público, ou melhor, a preocupação em tê-lo como um “aliado” – como o/a leitor/a – também aparece na seção *Talento*, mesmo que de modo sutil, o que talvez faça com que o/a leitor/a nem perceba que está sendo capturado pela rede de significação eleita (pelos editores da *Página*) como aquela que faz sentido apresentar aos leitores. Isso pode ser atribuído ao fato de os assuntos e os tipos de

perguntas que são elaborados para as entrevistas/textos abrangerem uma variedade muito grande de temas relacionados, direta ou indiretamente, às *peessoas com deficiência* ou não (como é o caso das dez entrevistas/textos que analiso), no sentido de atingir uma variedade de leitores/as interessados/as pelos temas ali presentes. É possível dizer que isso acontece mesmo que, algumas vezes (como já referi), as perguntas e assuntos permaneçam sempre os mesmos, como que servindo de marcadores para essas entrevistas/textos, demonstrando a preocupação em relatar como o/a entrevistado/a fez ou faz para se superar no seu dia-a-dia, se sofreu ou sofre alguma discriminação, entre outros.

Isso provavelmente é feito para mostrar ao/à leitor/a que a pessoa que está sendo entrevistada é alguém “comum”, que tem as mesmas dificuldades ou problemas, que é, em suma, possivelmente igual a outras *peessoas com deficiência* que se encontram do outro lado da tela do computador e que estão acessando à página *Sentidos* ou a seção *Talento*. Ou, ainda, mesmo para que outras pessoas (como foi o meu caso, tanto como mãe, como pesquisadora) que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, com as questões apresentadas possam buscar algumas informações ou esclarecimentos. Mas acredito ser importante salientar que, embora os entrevistados/as ali apresentados/as sejam posicionados/as como pessoas ditas “comuns” — pelo fato de representarem outras *peessoas com deficiência* — elas não o são. Isso porque elas deixaram de ser “comuns” no momento em que saíram do anonimato e se transformaram em pessoas “talentosas”, tal como as apresenta a seção *Talento*. E, ao serem “talentosas”, por si só, deixam de ser “iguais” às outras *peessoas com deficiência* as quais elas pretendem representar, já que elas estão ali exatamente por serem diferentes, pessoas que conseguiram se superar na vida, no esporte, no trabalho, entre outros.

Em alguns aspectos, o que apresentei anteriormente está próximo do entendimento de “modo de endereçamento” proposto por Ellsworth (2001) em seu texto “Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também”. Isso por ela trazer

e contextualizar esse conceito de “modo de endereçamento”, que é próprio dos estudos de cinema, buscando aproximá-lo dos estudos que compreendem o campo da pedagogia e do currículo. Essa aproximação realizada pela autora pode ser propícia para o que estou tentando abordar nesse momento, em que acredito ser importante ver a quem essas entrevistas/textos, apresentadas na seção *Talento* e na página *Sentidos*, desejam se dirigir. Nesse sentido, diz Ellsworth (2001), “os produtores de filmes [página/seção] fazem muitas suposições e têm muitos desejos conscientes e inconscientes sobre o tipo de pessoa para a qual seu filme [página/seção] é endereçado e sobre as posições e identidades sociais que seu público deve ocupar” (p. 16).

Isso pode ser exemplificado por uma reportagem publicada na página *Sentido*, em abril de 2006. Nessa reportagem, o diretor executivo e editorial da revista e do site *Sentidos* (Dirceu Pereira Jr) falava da sua satisfação com relação ao número de leitores e leitoras atingidos no mês anterior (março de 2006), dizendo que os

[...] números são bastante significativos para nós, pois além de mostrar que o nosso projeto alcançou uma excelente visibilidade no setor, ratifica a aprovação dos leitores e internautas. Os méritos desses resultados são da equipe que semanalmente produz e disponibiliza as informações e serviços sobre os mais variados assuntos ligados às pessoas com deficiência e também a todos os usuários do site que através de sugestões, divulgação espontânea, comentários e perguntas, nos ajudam a aprimorar o nosso trabalho. [...] Isso tudo aumenta ainda mais a nossa responsabilidade e nos faz pensar sempre em como podemos melhorar os nossos produtos e serviços, inovar em formas de disponibilizar o conteúdo e surpreender com matérias e reportagens ainda mais relevantes e impactantes¹⁴.

Esse excerto nos dá a entender que o modo de endereçamento tem a ver também “com o desejo de controlar, tanto quanto possível, como e a partir de onde o espectador ou a espectadora lê” (ELLSWORTH, 2001, p. 24) as reportagens e entrevistas apresentadas. Cabe aqui destacar que o modo de endereçamento “não é um momento visual ou falado, mas uma estruturação — que se desenvolve ao longo do tempo — das relações entre o filme [página/seção] e seus espectadores [leitores/as]” (ELLSWORTH, 2001, p.17). Isso pode ser atribuído ao fato de que o que está sendo apresentado aos leitores/as que interagem com a seção *Talento* ou com a página *Sentidos* precisar ser “complementado”, uma vez que o modo de endereçamento, segundo Ellsworth (2001), é sempre relacional.

Tal complementação se concretiza somente no momento em que os leitores/as ou internautas, tal como sugerido no excerto, ajudam, através de sugestões, divulgação espontânea, comentários e perguntas, a melhorar a página. Assim, através dessa participação, eles começam a ocupar as posições de sujeitos que são destinadas/apresentadas a eles/as pelos editores da página. Isso porque é a partir desses dados que os editores tentam tecer determinadas informações no sentido de tentar pensar que leitor/a você é para essa página e, ao mesmo tempo, quem eles (os editores) gostariam que esses/as leitores/as fossem.

Se observarmos mais detalhadamente o que foi dito pelo diretor executivo da página *Sentidos*, percebemos os inúmeros elementos interpeladores da mesma. O importante para os editores é mostrar exatamente essas marcas (e.g., como um projeto que tem visibilidade e que foi aprovado pelos/as leitores/as) que passam a dar legitimidade a ela — a *Página* — e, conseqüentemente, aos assuntos ali apresentados. Assim, é através da apresentação dessas marcas que é possível vislumbrar determinadas posições de sujeitos a serem assumidos ou não pelos/as leitores/as da *Página*. Isso pelo fato dos discursos circulantes na sociedade, de uma maneira geral, ou em situações muito particulares,

poderem fazer com que estejamos ou não nessa posição de sujeito em relação a um ou outro discurso.

Nas palavras de Fischer (2001), “as estratégias de interpelação e chamamento são fundamentais. É como se na TV [página/seção], através daquele conjunto de imagens e narrativas, alguém nos dissesse: ‘Venha, venha ser sujeito disto que estamos lhe dizendo!’” (p. 80). Nessa direção, a variedade de apelos que a página *Sentidos* e, em especial, a seção *Talento* nos apresenta, como, por exemplo, a busca de superação, de outras visibilidades corporais ou com relação à sexualidade, de uma maneira geral, são “conhecidos” pelas *pessoas com deficiência* e pelas instâncias envolvidas direta ou indiretamente com elas, mas que se tornariam mais “atrativos” para seus leitores e leitoras por meio das estratégias e chamamentos utilizados pelos editores da *Página*.

Foram em parte esses “chamamentos” que, em um primeiro momento, também me capturaram na direção de escolher a página *Sentidos* e, em especial, as entrevistas que se encontravam na seção *Talento*, por ela apresentar uma diagramação que incluía uma disposição de textos e imagens muito bem feitos e pelos assuntos ali abordados serem interessantes, relevantes e impactantes (tal como salientado pelo próprio redator da página). Porém, mesmo capturada por todas essas formas de “chamamentos” de que a *Página* se utilizava, não podia esquecer que, além de leitora/internauta, o meu objetivo principal era o de uma pesquisadora tentando encontrar o seu material de pesquisa.

ALGUNS ENTENDIMENTOS SOBRE DISCURSO

Ao utilizar os textos (mais exatamente as entrevistas selecionadas da seção *Talento*) contidos na página *Sentidos* como material de análise da pesquisa, penso ser necessário fazer uma problematização sobre o tipo de gênero discursivo ali apresentado. Isso porque o entendo como uma prática discursiva, isto é, capaz de articular alguns aspectos linguísticos, histórico-culturais e sociais. Em tal análise, utilizo-me de alguns exemplos recorrentes ou casos particulares contidos nessas

entrevistas.

Na organização dos textos apresentados tanto na página *Sentidos* quanto nas entrevistas selecionadas, podemos observar uma preocupação dos elaboradores (da *Página*), dos repórteres que fazem as entrevistas e dos próprios entrevistados com a utilização de uma linguagem “simples”, compreensível. Isso também fica evidenciado por uma diagramação elaborada e que articula as imagens aos textos escritos (como já relatei anteriormente).

Além dessas articulações, a utilização de termos técnicos (próprios da área médica, psicológica, entre outros), de um discurso um tanto coloquial (em algumas situações), bem como alguns eufemismos são exemplos dos recursos de linguagem muito utilizados nessa *Página* e nas entrevistas. Fora desse contexto tais termos poderiam perder seu significado, principalmente quando se referem a questões que envolvem as *pessoas com deficiência*. Esses recursos de linguagem e de estilo se fazem presentes como convenções semânticas que dirigem, então, os significados que podemos dar à *Página* e às entrevistas, bem como, adquirem tais sentidos, precisamente, porque estão naquela *Página*.

Isso acontece porque esses recursos de linguagem utilizados (na *Página* e nas entrevistas), possivelmente, buscam interpelar os leitores, tanto pelas chamadas das reportagens quanto pelos textos, imagens e *links* que as compõem, formando um hipertexto. Dessa maneira, as sequências e disposições dessas chamadas são tão bem articuladas que, muitas vezes, passam a ideia de que nem precisaríamos ler todo o texto para saber do que ele trata. Ao mesmo tempo, ele deixa um “ar de suspense”, instigando a curiosidade do/a leitor/a, fazendo com que ele/a queira saber mais sobre o assunto em questão. Tal informação é, frequentemente, destacada por meio de um *link*, que se constitui em mais um dos recursos utilizados por essa página com o objetivo de capturar um número muito maior de leitores/as, fazendo com que esse gênero digital seja tão instigante. Isso talvez se deva ao fato de o surgimento da Internet ter possibilitado a existência de uma “explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na

oralidade quanto na escrita” (MARCUSCHI, 2002, p. 19). Apesar disso, é importante explicar, tal como refere Freire (2003) que, “mesmo na sociedade digital, o que se vê é uma boa dose de inovação com muitas reformulações advindas de vários outros gêneros” (p. 70) discursivos já existentes, o que possibilita uma maior familiaridade do leitor/a com esse veículo (a Internet), tal como se pode sugerir em relação à página *Sentidos* e à seção *Talento*.

Os entendimentos em relação ao discurso têm se ampliado nos últimos anos, ocupando um papel preponderante nos trabalhos de Ciências Sociais, Ciências Políticas, Antropologia, entre outras. A apropriação do conceito que, inicialmente, se constituiu no interior da Linguística, não acontece de uma maneira tranquila. Isso se deve ao fato de acontecerem, muitas vezes, algumas banalizações conceituais e, em outros casos, devido à “própria complexidade que envolve a interdisciplinaridade e a recusa de modelos teóricos rígidos” (PINTO, 1989, p.15). A interdisciplinaridade e a renúncia dos modelos teóricos rígidos poderiam, de acordo com Pinto (Id., *ibidem.*), colaborar para uma melhor capacidade de compreensão por parte de outras áreas do saber que se utilizem do campo teórico proposto pela análise de discurso.

Para os linguistas, a falta de entendimento referente ao conceito e à teoria da análise de discurso tem gerado uma variedade de enganos que surgem, os quais vão, desde a simples identificação de discurso com oratória, passam pela conceituação de ideologia enquanto uma disposição contrária do real e atingem as Ciências Sociais de tal maneira que a identificação da análise de discurso se dá como um mero método de estudo de textos. Por ter se constituído no interior da Linguística, a apropriação do conceito de discurso por outras áreas do saber, “deve considerar esta particularidade e tomar em consideração que a assimilação do conceito pressupõe uma desorganização de modelos teóricos estabelecidos” (PINTO, 1989, p. 16).

Talvez tenha sido a tentativa de romper com esses modelos teóricos cristalizados que fez com que os vários pressupostos os

quais envolvem o discurso criados por Foucault fossem importantes para aqueles estudiosos da área da Linguística que se preocuparam em analisar o discurso. Mesmo que Foucault não tenha trabalhado exclusivamente com os conceitos criados por esses estudiosos em suas pesquisas, é possível vislumbrar algumas aproximações já realizadas de seu trabalho com este campo de estudo. Um bom exemplo pode ser encontrado no trabalho de Fairclough (2001), quando identifica alguns pressupostos importantes no trabalho de Foucault, os quais poderiam ser incorporados e operacionalizados em uma análise do discurso textualmente orientada. Elas são:

1. a natureza constitutiva do discurso — o discurso constitui o social, como também os objetos e os sujeitos sociais;
2. a primazia da interdiscursividade e da intertextualidade — qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa;
3. a natureza discursiva do poder — as práticas e as técnicas do biopoder moderno (por exemplo, o exame e a confissão) são em grau significativo discursivas;
4. a natureza política do discurso — a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele;
5. a natureza discursiva da mudança social — as práticas discursivas em mutação são um elemento importante na mudança social.

As contribuições de Foucault passam, então, a ser relevantes, na medida em que indicam alguns caminhos para uma análise de discurso, já que ele entende os discursos como algo disperso, isto é, algo que passa a ser constituído por elementos que não estão organizados

por nenhuma noção de unidade. Ao mesmo tempo em que se vale de Foucault, Fairclough (2001) faz uma ressalva com relação à utilização do trabalho do autor, dizendo que “não se pode simplesmente aplicar o trabalho de Foucault em análise de discurso [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 62). Ele também complementa que “Foucault estava preocupado, em algumas fases de seu trabalho, com um tipo de discurso bastante específico — o discurso das ciências humanas, como a medicina, a psiquiatria [sic], [...]” (Id., *ibidem.*).

É também por isso que Foucault passa a ser importante em vários momentos deste trabalho, pois os discursos das ciências humanas, assim como das biomédicas, permeiam toda esta dissertação. Em outras palavras, ao falar sobre o corpo e a sexualidade das *pessoas com deficiência*, esses discursos da medicina, da psiquiatria, entre outros, instituem o que passa a valer como “verdade”. Isso acontece porque, ao criarem e colocarem em circulação dadas representações desse corpo e dessa sexualidade, que servirão, inclusive, para que as várias instâncias envolvidas direta ou indiretamente com as *pessoas com deficiência* se sintam também, legitimadas para falar sobre eles (do corpo e sexualidade e das *pessoas com deficiência* de uma maneira geral).

Para Foucault (2004a), toda sociedade tem o poder de controlar e selecionar o que deve ou não ser dito em determinada época, quem deve dizer e em que condições, como uma forma de filtrar ou separar os perigos e possíveis conflitos que daí possam acontecer. O conceito de poder em Foucault não pode ser compreendido como sendo unilateral, ou seja, um poder opressor, que conduz ao mal, pelo contrário, ele deve ser entendido como produtivo. O poder, segundo o autor, não é aquele que somente interdita, proíbe. Isso porque, para ele, o poder produz corpos, institui comportamentos, constitui e regula condutas.

Isso faz com que os discursos possam ser entendidos como práticas constituidoras de significados que se sustentam em circunstâncias históricas para instituir o que pode ser dito, em determinado campo discursivo e num determinado momento histórico. Essa prática

discursiva aceitável resulta de uma disputa de poder travada com outras práticas discursivas e sociais. O discurso, entretanto, relaciona-se, ao mesmo tempo, por meio de seus códigos de formação, com outros discursos e com as instâncias sociais e o poder que elas representam.

Todo discurso possui formas de seleção e exclusão que constituem os limites do aceitável e do rejeitável, do que é permitido e negado, do que é acatado como verdadeiro ou falso numa certa arquitetura histórica-cultural. Sendo assim, a maneira como falamos e pensamos interfere intimamente na vida social, disciplinando nosso comportamento e conhecimento, nossa forma de olhar o mundo e o próprio mundo.

Foucault, em suas análises arqueológicas, preocupou-se com a formação e variação das relações de significados (produção de saber) contidas nos discursos. Já nas análises genealógicas, ele ressalta as relações de poder contidas nesses discursos, fazendo com que entendamos que saber e poder não existem apartados um do outro. Não há saber que não suponha e não estabeleça, ao mesmo tempo, relações de poder, nem relações de poder sem a construção correspondente de um campo de saber.

A partir de tal entendimento de discursos, a verdade não existe como um saber irrefutável e inquestionável, escondido no âmago das coisas. É importante que ela seja compreendida como uma invenção histórica e construída socialmente. Uma verdade, dentre tantas outras, que passa a circular e se instaura sobre o “real”, legitimando-a como a “verdade” hegemônica em uma determinada época ou mesmo em um campo discursivo específico faz com que o saber e a verdade que circulam nos discursos estejam fundidos no domínio do poder.

Na perspectiva foucaultiana, o discurso nunca será neutro ou desinteressado, ou seja, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2004, p. 10). Isso porque ele entende que toda a linguagem e todo o

discurso exprimem uma vontade de poder e de dominação. Para ser legitimado, o poder de que se investem os discursos se une ao saber, principalmente àquele saber que circula e é reconhecido como único e “verdadeiro”. Isso configuraria o discurso como sendo a instância em que se estabeleceriam os conflitos e os embates peculiares das sociedades.

A REPRESENTAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA CULTURAL

Existem alguns campos de estudos, como é o caso da Psicologia e da Filosofia, que se utilizam/pensam a representação como um de seus temas centrais, mas cada qual a utiliza e a entende de uma maneira própria/distinta. Mais recentemente, esse conceito começou a ser empregado, em análises culturais, como um conceito utilizado para descrever, por meio de artefatos visuais e textuais, uma diversidade de características culturais de distintos grupos. Na perspectiva a qual estou inserida, qual seja, a dos Estudos Culturais, “a análise da representação centra-se em sua expressão material como ‘significante’: um texto, uma pintura, um filme, uma fotografia. Pesquisam-se aqui, sobretudo, as conexões entre identidade cultural e representação, com base no pressuposto de que não existe identidade fora da representação” (SILVA, 2000, p. 97).

Para Hall (1997), a representação é uma das práticas centrais na produção da cultura, por ser o resultado da produção e das trocas de significados pelos membros de um determinado grupo ou comunidade. Mais especificamente, o autor afirma que a representação seria:

[...] o processo pelo qual os membros de uma cultura utilizam a língua (amplamente definida como qualquer sistema que empregue signos, qualquer sistema significante) para produzirem significados. Esta definição já carrega a importante premissa de que as coisas — objetos, pessoas,

eventos do mundo — não têm em si qualquer significado estabelecido, final ou verdadeiro. Somos nós — na sociedade, nas culturas humanas — que fazemos as coisas significarem, que significamos. Os significados, conseqüentemente, mudam sempre de uma cultura ou época para outra (p. 61).

Em outras palavras, significa dizer que a linguagem assumiria um papel importante como um sistema de representação, por compartilhar significados, ou seja, seus símbolos e signos representam nossos conceitos, valores, modos de ser e agir, entre outros. A circulação dessas representações, por intermédio dessas diferentes linguagens, sejam elas imagens eletrônicas, artes, música, entre outras, é o que constitui os significados sociais. Esses significados regulam e orientam nossas ações e o modo como passamos a compreender o mundo, por influenciarem diretamente na maneira como sentimos, fazemos, dizemos e pensamos os significados das coisas. Para Hall (1997), é o modo como passamos a representar as coisas que constituem/cunham os significados que elas passam a ter. Tais significados passam, então, a se constituir de tal forma que servem, inclusive, para designar lugares ou demarcar as posições que os sujeitos podem ou não ocupar nesta rede de significação. Essa demarcação é o que, nas palavras de Silva (2001), poderia ser entendido como sendo uma “política de identidade” que

reúne duas dimensões centrais do conceito de “representação”: representação como “delegação” e representação como “descrição” [...] No primeiro caso, trata-se da pergunta sobre quem tem o direito de representar quem, em instâncias nas quais se considera necessário delegar a um número reduzido de representantes a voz e o poder de decisão de um grupo inteiro. Essa idéia de representação constitui justamente a base dos regimes políticos caracterizados como “democracia representativa”. No segundo caso,

pergunta-se sobre como os diferentes grupos culturais e sociais são apresentados nas diferentes formas de inscrição cultural: nos discursos e nas imagens pelos quais a cultura representa o mundo social. As duas dimensões da representação estão, é claro, indissolavelmente ligadas (p. 33).

Como menciona o autor, a delegação “pertence” àqueles sujeitos que se sentem autorizados a falar e a agir em nome do “outro”, fazendo com que esse processo de exposição e definição do “outro” seja regulado por aqueles que possuem essa atribuição, já que “quem fala pelo outro controla as formas de falar do outro” (SILVA, 2001, p. 34). Essas são, em outras palavras, representações que tanto nos idealizam, moldam, padronizam (passando a nos construir como sujeitos “normais/dentro dos padrões” e, como tal, submetidos a essa variedade de discursos e representações a que somos “expostos” cotidianamente) quanto àqueles ditos “anormais/ fora do padrão”.

Costa (2000) salienta, por exemplo, que “essa disputa por narrar o outro, tomando a si próprio como referência, como padrão de correção e normalidade é a forma ou o regime em que são constituídos os saberes que fomos ensinados a acolher como ‘verdadeiros’, como ‘universais’” (p. 77-78).

Esse processo é muito parecido com as representações que nos acessam diariamente, uma vez que são construídas cultural e socialmente. A partir delas, os sujeitos passam a ser nomeados e posicionados como sendo gordos, brancos, mulheres, atletas, deficientes, incapazes, como se essa fosse a “marca registrada” (a representação “única e verdadeira”) de cada sujeito. Para Silva (2001), compreender a representação nessa perspectiva é compreendê-la “sempre, como marca material, como inscrição, como traço. [...] como processo e como produto – [que] não é nunca fixa, estável, determinada. [...] A representação só adquire sentido por sua inserção numa cadeia diferencial de significantes” (p. 41).

**CAPÍTULO II:
ALGUMAS
PROBLEMATIZAÇÕES
EM TEMPOS DE
INCLUSÃO, MAS
NÃO SÓ ISSO...**



Embora o tema que tratarei neste capítulo seja importante — e vários autores se dediquem a ele (e.g., Romeu Sasaki, Peter Mittler, Marcos Mazzotta etc.) — devo marcar, desde já, que não constitui um de meus principais objetivos trilhar este caminho. Pretendo, com este capítulo, situar os/as leitores/as em relação à “luta” que se trava quando se trata de “escolher” qual é a “melhor” designação para nos referirmos às *pessoas com deficiência*. Espero demonstrar o jogo de tensões (poder) que está presente na “simples” eleição de um termo ou de outro. Isto é, não se trata apenas de eleger um nome, mas sim de mostrar que tais nomes/designações produzem os sujeitos de que falam.

Fiz essas colocações porque, ao começar a esboçar essa dissertação, surgiram dúvidas quanto à terminologia que deveria ser “apropriadamente” utilizada para me referir às *pessoas com deficiência*. Isso porque, nos textos que analisava, apareciam, algumas vezes, divergências quanto às formas de chamar/denominar as *pessoas com deficiência*. Trago como exemplo o caso daquelas pessoas que preferem ser chamadas de *pessoa com deficiência auditiva ou visual*, por terem adquirido a deficiência depois do nascimento (e, muitas vezes,

possuírem algum resquício auditivo ou visual), diferentemente das que preferem ser chamadas “simplesmente” de *surdos* ou *cegos*, por terem nascido com a deficiência (e não possuírem muitas vezes, nenhum resíduo auditivo ou visual).

Por não querer me “filiar” a nenhum termo sem antes problematizá-los, em relação às suas vinculações teóricas, acadêmicas, legislativas, entre outras; para não cair, enfim, no lugar comum das representações que frequentemente “afligem” as pessoas com algum tipo de deficiência (seja ela qual for) foi que resolvi problematizar tais terminologias e conceitos, tal como referido no título do capítulo — *em tempos de inclusão, mas não só isso...*

Outro problema que surgiu naquela ocasião foi a dificuldade quanto à escolha dos documentos a serem utilizados (para esta análise em particular), especialmente em decorrência da variedade de materiais que encontrei. Esses materiais, na forma de leis, pareceres, declarações, entre outros, falam/designam quem são ou deveriam ser as *pessoas com deficiência*, utilizando diferentes terminologias para classificá-las/enquadrá-las. Essas designações também estão presentes na página *Sentidos* e na seção *Talento*, já que todos ali apresentados passam a ser classificados de acordo com a sua deficiência e, em razão disso, são divididos, separados e classificados por áreas de deficiência.

Mesmo com toda a variedade de documentos que encontrei numa busca realizada na Internet (*site Google*¹⁵), resolvi utilizar, para compor os materiais de análise desse capítulo, como complemento aos textos que já possuía, mais quatro documentos¹⁶: dois são internacionais

15 Disponível em : <<http://www.google.com.br>> Acesso em: 25 maio 2005.

16 Escolhi esses documentos porque eles têm uma projeção tanto internacional quanto nacional, bem como porque eles constituíram, e ainda constituem, determinados discursos e representações na direção de “abrigar/proteger” as *pessoas com deficiência* da discriminação e da exclusão social. Tal é o caso de um dos documentos que analisarei a seguir (a *Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência*). Reconheço que poderia utilizar-me de muitos outros documentos existentes, tão importantes quanto esses e que também contêm terminologias que poderiam ser analisadas, mas, para este trabalho, utilizarei os quatro documentos já referidos.

*Convenção Interamericana contra a discriminação*¹⁷ e *Declaração de Salamanca*¹⁸) e dois nacionais (*Constituição Federal*¹⁹ e *Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB*²⁰). Esses textos, embora em pequeno número, possibilitaram que eu problematizasse algumas posições de sujeito criadas/geradas nos referidos documentos. Tais documentos, ao instituírem certas terminologias (*pessoas portadoras de deficiência, educandos portadores de necessidades especiais, educandos com necessidades especiais, entre outros*) acabam criando determinadas posições de sujeitos para as *pessoas com deficiência*. É isso que acontece com as que aparecem nas reportagens que analiso, pois, ao serem categorizadas/escrutinadas, elas passam a ser vistas, faladas e posicionadas especificamente dentro de sua área de deficiência. Isso acontece talvez com a intenção de facilitar o acesso às reportagens e pode até passar despercebido pelos/as leitores/as da *Página*.

Em cada uma dessas posições criadas para as *pessoas com deficiência*, a representação da diferença se faz presente, como ocorre também em muitos outros discursos que começam a circular a partir de uma série de situações narradas, vistas, observadas, seja nas histórias contadas pelas pessoas, seja nas mídias, que vão afirmando/reaafirmando uma “dada realidade”. Como no caso da seção *Talento*, em que passa a ser “natural” a divisão das reportagens por áreas de deficiência. Essa naturalização das terminologias e a divisão de acordo com a deficiência de cada pessoa, que passa a circular no mundo e que ocorre na página *Sentidos*, não acontecem por acaso, mas em virtude daquele conjunto de opções que visam, ao fim e ao cabo, incluir aquelas pessoas tidas como excluídas da sociedade, já que essas terminologias e posições foram e são criadas, provavelmente, com a intenção de “amenizar” as denominações negativas que, quase invariavelmente, se apresentam ao

17 Disponível em: <<http://www.adeft.org.br/convencao.php>> Acesso em: 25 mai. 2005.

18 Disponível em: <http://www.adeft.org.br/decla_salamanca.php> Acesso em: 25 mai. 2005.

19 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 25 mai. 2005.

20 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: 25 mai. 2005.

falarmos ou pensarmos em uma *pessoa com deficiência*.

Talvez possamos dizer que todas essas terminologias e conceitos associam-se à produção da alteridade, que institui um interessante par – perfeito/imperfeito – em que a diferença é estabelecida por um modelo transcendente (ideal/perfeito) que está fora deste mundo, se comparado com o mundo real/imperfeito. A diferença, usando as palavras de Ferre (2001), pode ser assim compreendida:

[...] [ela] altera a serenidade ou a tranquilidade dos demais, nada há de tão perturbador como aquilo que a cada um lembra seus próprios defeitos, suas próprias limitações, suas próprias mortes; é por isso que as crianças e os jovens perturbam os adultos; as mulheres, os homens; os fracos, os fortes; os pobres, os ricos; os deficientes, os eficientes; os loucos, os cordatos; os estranhos, os nativos [...] e, talvez, vice-versa (p. 198).

Conseguimos romper com essa representação da diferença de que nos fala a autora, se pararmos e pensarmos nos padrões de normalidade como sendo construídos a partir da norma, uma vez que as representações acerca do “anormal” e do “deficiente ou incapaz” são indispensáveis para que nos identifiquemos como “eficientes ou capazes” ou como “normais”. Isso poderia ser entendido, nas palavras de Larrosa e Lara (1998), porque “a alteridade do outro permanece como que reabsorvida em nossa identidade e a reforça ainda mais; torna-se, se possível, mais arrogante, mais segura e mais satisfeita de si mesma” (p. 8).

Não é exagero dizer que cada um dos documentos legais com os quais estou lidando (mas também as reportagens e a página *Sentidos*) posiciona as *pessoas com deficiência* de diferentes maneiras. Isso acontece mesmo dentro de um único documento ou entrevista. Pode parecer contraditório, mas é preciso entender que esses documentos ou entrevistas produzem efeitos ao buscarem precisar/assegurar uma

variedade de direitos nos mais diferentes campos (saúde, escolarização, vida social, acessibilidade etc.). Em virtude disso, principalmente os documentos legais, buscam precisar e fixar um termo que compreenda os significados mais adequados, mais corretos, mais abrangentes para se falar desses sujeitos (ou seja, o aluno, o paciente, o cidadão etc.).

Ao nos referirmos a algo ou alguém, valendo-nos de determinados termos, estamos constituindo e construindo sobre ele/a determinadas representações. Isso também acontece com as entrevistas apresentadas na seção *Talento*, em que as *pessoas com deficiência* passam a ser representadas de acordo com a sua deficiência (e.g., na seção *Talento* podemos optar por qual a área de deficiência que desejamos visitar). Os/as leitores/as e as próprias *pessoas com deficiência* que venham a acessar essa página encontrarão representações específicas de cada uma dessas áreas de deficiência e, em consequência, como as pessoas ali apresentadas devem ser e agir em razão dessas representações.

Tendo explicitado como a representação opera na página *Sentidos*, retomo o conceito na direção de dizer que, aqui, ela deve ser entendida, nas palavras de Hall (1997) e Silva (2004), como o resultado de trocas e de produções de significados pelos membros de um determinado grupo ou sociedade. A representação como uma forma de expressão da linguagem nos “autoriza” a significar, nomear, classificar as coisas/objetos de que falamos, podendo, inclusive, definir quais serão os espaços e os lugares que esses/as deverão ocupar nesta sociedade.

As muitas maneiras de representar o “outro” como aquele que é diferente/“anormal” não são nem devem ser pensadas como algo que se expressa de uma forma tranquila, desinteressada ou, pelo contrário, com boas intenções. Isso poderia justificar a narrativa feita por uma das entrevistadas²¹, quando ela diz que os conceitos de inclusão social são errados, por ela acreditar que as mudanças referentes a essas

21 Emanuella Lopes Garrido Alkmin Leão. Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=3424&codtipo=2&subcat=54canal=talento>>. Acesso em: 2 dez. 2004.

representações que a sociedade tem da *pessoa com deficiência* deveriam começar primeiro na cabeça das pessoas. Nas suas palavras, “a forma de enxergar as coisas é que precisa mudar, tanto em relação à sociedade, como em relação ao deficiente que, normalmente, tem complexo de inferioridade”. Isso aconteceria pelo fato da “diferença” decorrer do olhar censurante da sociedade que captura o outro — o diferente — não o encaixando nos padrões de normalidade tidos como referência das sociedades e culturas de uma maneira geral. Cabe aqui trazer as contribuições de Santos (1997), quando ele se refere a Dyer, dizendo que, “nesse ‘jogo de poder’ de ver e ser visto/a, há aqueles/as que podem afetar os lugares e direitos de outros, posto que ‘as representações [...] têm consequências reais para as pessoas reais’; elas ‘delimitam e habilitam o que as pessoas podem ser em uma dada sociedade’” (p. 92).

Esse processo de ser marcado pela diferença faz com que as mais variadas representações de/sobre deficiência continuem a circular nas sociedades em tempos de inclusão (como é o caso brasileiro). Existem várias instâncias (família, escola, saúde etc.) envolvidas, direta ou indiretamente, neste processo e, de modo geral, podemos dizer que todas elas pretendem, mediante proposições de novos termos e conceitos, apresentar aqueles que poderiam ser, muito possivelmente, menos excludentes em relação às *pessoas com deficiência*.

Talvez seja a busca por uma significação/representação “única e verdadeira” das *pessoas com deficiência* que faça com que exista, até o presente momento, uma série de debates sobre o assunto entre familiares, deficientes, especialistas (por exemplo, da área da educação), políticos, médicos, entre outros, sem que eles consigam, mesmo dentro de determinadas categorias (e.g. a médica, a escolar) entrar em um consenso. Isso provavelmente se dá porque muitos acreditam na ideia de que uma terminologia única talvez só sirva para aprisionar ou controlar os sujeitos referidos ou quem sabe *abrigá-los* frente a novos olhares e formas de falar de seus direitos pessoais, legais, culturais e sociais.

Diante desses impasses (dos deficientes, familiares, escolares, políticos etc.) é que passei a questionar as terminologias e as posições

assumidas pelas *pessoas com deficiência*, como se o fato de nomear ou classificar de modo diferente resolvesse todos os problemas dos indivíduos por eles compreendidos, apontando, assim, cada vez mais, para os modos de controle e vigilância presentes nessas estratégias de tais instâncias. Elas constituem algumas das “verdades” que são atravessadas por uma infinidade de discursos que as ossificaram/transformaram ao longo dos tempos, os quais foram (e são) legitimados pela religião, mídia, psiquiatria, biologia, dentre outros que, unindo o olhar que os vigiou constantemente e o controle que passou a normalizá-los, deram a essas instâncias a autoridade para falar das *pessoas com deficiência*.

FALAR DE/SOBRE INCLUSÃO, MAS NÃO SÓ ISSO...

Falar de/sobre inclusão em pleno século XXI parece algo comum. Talvez isso seja resultado da sensação que temos de que ela sempre esteve presente em nossa sociedade. Isso, entretanto, não é verdadeiro, já que é possível dizer que a mesma é uma invenção do século XX. Embora tenha sido naturalizada, ela faz parte de uma construção social que se constituiu, a partir de determinados movimentos sociais (e.g., de pais, dos deficientes, ONGs, etc.), principalmente depois da segunda metade do século XX.

Apesar disso, não podemos nos esquecer de que esses movimentos pela inclusão podem ser entendidos, desde a perspectiva teórica dos Estudos Culturais, como discursos que buscam aproximar (i.e., buscam reunir sob uma mesma designação) as *pessoas com deficiência*, reunindo-as, por assim dizer, dentro de determinados padrões de conduta tidos como “mais aceitos” pela sociedade. Nessa direção, é oportuno citar Veiga-Neto (2001), quando diz que “a inclusão pode ser vista como o primeiro passo numa operação de ordenamento, pois, é preciso a aproximação com o outro, para que se dê um primeiro (re)conhecimento, para que se estabeleça algum saber, por menor que seja acerca desse outro” (p. 113). Em outras palavras, é nas relações que nos formamos e idealizamos o outro, aquele que é diferente de

mim, que passei a ver como sendo construído a partir dos discursos que produzimos sobre ele. Foi assim que foi se construindo o que hoje concebemos como sendo “o anormal”, aquele que não se encaixa “na norma/no padrão”. Segundo Larrosa e Lara (1998), fabricamos imagens do outro, que

[...] funcionam para classificar e excluir as pessoas que não são como nós e para enquadrá-las em aparatos pedagógicos, assistenciais ou terapêuticos. [...] Somos nós que definimos o Outro, especialmente quando essa nossa definição se supõe avalizada pelos aparatos que articulam uma função técnica ou perita dos distintos campos do saber: somos nós que decidimos como é o Outro, o que lhe falta, de que necessita e quais [são] as suas carências e aspirações (p. 8).

Isso configuraria a inclusão, a partir de seus legisladores e teóricos, como sendo um aparato pedagógico que busca, como uma de suas principais finalidades, ensinar como todas as *pessoas com deficiência* podem ter uma melhor qualidade de vida (seja ela social, escolar, familiar etc.), uma vez que procura “abrigá-las” em uma “sociedade inclusiva”. Apesar disso, cabe aqui destacar que, mesmo os documentos legais (como os que utilizo para esta análise) e as entrevistas selecionadas da seção *Talento*, mesmo buscando posicionar as *pessoas com deficiência* como “livres”, elas ainda são, frequentemente, vistas como pessoas que precisam de proteção ou do paternalismo da sociedade na qual estão inseridas. Na direção de exemplificar isso, apresento o excerto de uma das reportagens analisadas nesta dissertação. Nesse excerto, é, de certo modo, surpreendente a resposta de um dos entrevistados²² em relação àquilo que ele considera ser inclusão social:

O que eu considero como inclusão social? É a

22 Luiz Alberto: disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=1919&codtipo=2&subcat=54&canal=talento>>. Acesso em: 2 dez. 2004.

pessoa estar totalmente incluída na sociedade, com deveres, obrigações e direitos como qualquer um. Por exemplo, quando sai uma lei estadual como essa que garante transporte coletivo interurbano gratuito para cegos, acho um absurdo. As pessoas não estão no ônibus porque elas enxergam ou deixam de enxergar, mas porque o lugar pra onde elas vão é longe. Então, quando se aprova uma lei como essa você está promovendo, na verdade, a exclusão e não a inclusão. Você está cimentando a ideia de que o camarada é um incapaz. E você está sempre agindo como se o camarada fosse um incapaz: a pessoa anda de graça nos ônibus, não tem que ficar na fila do banco etc. Eu acho que a verdadeira inclusão tem que tirar da visão da sociedade que o camarada é um incapaz²³.

Esse posicionamento pode provocar surpresa em muitos de nós, precisamente por aceitarmos (como representação) que as *pessoas com deficiência* devem ser passivas e submissas. É como se elas não tivessem o “direito” de expressar sua indignação diante de algo que acreditam ser contrário ao que tem sido pronunciado em “alto e bom som” como o melhor para elas, isto é, que as *pessoas com deficiência* (precisam ser) incluídas na sociedade. É possível dizer que, “dentro” dessa perspectiva inclusiva, não se concebe que as *pessoas com deficiência*, seja ela qual for (e.g., um deficiente visual que tem assegurado sua entrada franca nas conduções públicas), tenham discordâncias quanto à garantia de seus direitos sociais, legais etc.

Ao analisarmos tal excerto a partir de uma perspectiva pós-crítica, tal como a dos Estudos Culturais pós-estruturalistas, torna-se possível, também, dizer que tais políticas inclusivas se mantêm precisamente porque criam determinadas posições para os sujeitos, pressupondo que tudo ou quase tudo que fazem é para o “bem” delas. Nessa perspectiva, é possível compreender a fala desse deficiente visual

como inserida numa luta pela representação. Não pretendo dizer que tais discursos em prol da inclusão não sejam importantes. Pretendo, antes, destacar o fato de que não podemos nos esquecer de que, enquanto sociedade, não fomos preparados para essa inclusão.

O que está em jogo aqui não é a existência real ou não da inclusão, mas, sobretudo, as propostas e estratégias de inclusão formuladas em diferentes momentos, visto que o entendimento sobre a inclusão como a conhecemos atualmente não foi sempre o mesmo ao longo do tempo, ou melhor, nem existia, pois esse movimento só se iniciou na segunda metade de 1980. Trata-se, assim, tal como se tem enfatizado para distintos processos (e.g., Philippe Áries; para a invenção da infância; Michel Foucault; para a história da loucura; entre outras), de uma invenção recente.

No Brasil, antes de começarmos a falar de inclusão no sentido mais amplo do termo, circulavam alguns discursos referentes à *prática da integração* que, nas décadas de 1960 e 1970, tinham como apoio o *modelo médico da deficiência*. Sasaki (2004) refere que, nesse modelo, “tínhamos que modificar (habilitar, reabilitar, educar) a *pessoa com deficiência* para torná-la apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social (familiar, escolar, profissional, recreativo, ambiental)” (p. 8-9). O segundo movimento, que se iniciou nos anos de 1980 e que só se consolidaria a partir de 1990, tem a ver com a *prática da inclusão*, a qual vem seguindo o *modelo social da deficiência*. Como explica Sasaki (2004), esse movimento, diferentemente do anterior, amparado no *modelo médico da deficiência*, tem como premissa modificar a sociedade (escolas, empresas, programas, serviços, ambientes físicos etc.) para torná-la capaz de acolher todas as pessoas que, uma vez incluídas nessa sociedade em modificação, poderão ter atendidas as suas necessidades comuns e especiais.

A partir desses movimentos, a sociedade brasileira se mobilizou na direção de elaborar documentos legais, tais como leis, diretrizes, declarações, entre outros, que procuraram assegurar/mostrar como as *pessoas com deficiência* devem ser tratadas. Ao que parece,

tais discursos procuraram (e procuram) proteger e garantir aqueles/as que, a princípio, se encontravam (e se encontram) excluídos/as do convívio da sociedade.

Considerando a amplitude que tais discursos adquiriram, em especial o da inclusão, nos últimos anos, penso que não cabe somente analisar as terminologias e conceitos em si, mas, sim, a forma como “determinado discurso liga-se ao poder, regula as condutas, forma ou constrói identidades e subjetividades, e define a forma como são representadas, refletidas, praticadas e estudadas certas coisas” (HALL, 1997, p. 6).

DISCURSOS QUE CAPTURAM OS SUJEITOS...

Em virtude do que foi mencionado até aqui, algo parece ser comum nos documentos que estou analisando: a criação de sujeitos da/para a inclusão, ou seja, daqueles que são designados como sendo *pessoas portadoras de deficiência, educandos portadores de necessidades especiais, educandos com necessidades especiais, pessoa com deficiência*, entre outros. Esse sujeito precisaria, através dos múltiplos discursos que passam a circular sobre “ele”, não só nos documentos legais (mas também em toda a sociedade, por meio dos artefatos midiáticos, escolas, ONGs, entre outros), ser protegido, cuidado, ensinado, respeitado etc. Isso pelo simples fato dele *agora* pertencer a uma sociedade que “se espera/diz inclusiva” (como vimos anteriormente). Tudo é dito como se, em outros momentos da história, isso não precisasse ter acontecido ou não tivesse sido necessário.

Mas quem é, afinal, esse sujeito que aparece na Constituição Federal, na LDB, na Declaração de Salamanca, na Convenção Interamericana Contra a Discriminação, nas entrevistas que analiso da seção *Talento* e em tantos outros documentos? “Ele” parece o mesmo sujeito “gestado” e “nomeado” pela Modernidade como “anormal” e que passa, hoje, a ser (re)apresentado com outros “nomes/termos”. Nas palavras de Veiga-Neto (2001), “sob essa denominação genérica

– *os anormais* – abrigam-se diferentes identidades flutuantes cujos significados se estabelecem discursivamente em processos que, no campo dos Estudos Culturais, se costuma denominar ‘*política de identidade*’” (p. 106). Desse modo, é possível inseri-lo nesta nova ordem social, aquela do “mundo da inclusão”, no qual ele assume sua nova posição, de “não-excluído”, de “não-discriminado”, “de não ser o outro” – aquele que ninguém “quer ter/ser”, mas em quem muitos falam e que alguns “fazem de conta” que não vêem.

Embora essas coisas estejam ditas nos textos dos documentos analisados, podemos dizer que tal presença não garante que atingiremos a principal preocupação desse movimento, que é de acabar com a exclusão/discriminação que, muitas vezes, acontece com as *peessoas com deficiência*. Isso pode ser exemplificado na entrevista de Luiz Alberto²⁴, por ele ser um “participante ativo dos debates acerca da inclusão social”, juntamente com seus irmãos, “que compartilham da sua polêmica opinião sobre o assunto. Polêmica porque, para eles, a inclusão social nada mais é que a garantia de cidadania para as minorias excluídas; em outras palavras, direitos e deveres idênticos àqueles possuídos pelo restante dos cidadãos”. E a entrevistadora complementa dizendo que “para o Luiz, Maria Regina e Pedro — os irmãos de Luiz Alberto — não devemos nunca confundir assistência com paternalismo. A concretização da inclusão é uma via de mão dupla: depende da conscientização da sociedade tanto quanto da iniciativa daqueles indivíduos que almejam conquistar o seu lugar no mundo”.

Como podemos observar, essa nova “posição/lugar” de sujeito, que é criada por esse discurso da inclusão, passa a funcionar como um movimento que atua em duas direções. Por um lado, cria as condições de acesso às *peessoas com deficiência*, ao mesmo tempo em que as inscreve num novo regime de controle e, por outro lado, inscreve também os ditos “normais” nesse mesmo regime. Isso porque podemos dizer que as *peessoas com deficiência* buscam fazer valer os seus direitos (escritos nas leis, declarações etc.) e as demais pessoas são, de algum

24

Os excertos que se encontram nesse parágrafo foram retirados da entrevista da nota 23.

modo, “cobradas” quanto ao cumprimento e entendimento das mesmas. Nesse sentido, entendemos que ambas vigiam e são vigiadas, falam e são faladas, enfim, controlam e são controladas com base naquilo que é dito em tais discursos.

Para Costa (2000), “quando alguém ou algo é descrito, explicado, em uma narrativa ou discurso, temos a linguagem produzindo uma ‘realidade’, instituindo algo como existente de tal ou qual forma” (p. 77). Assim, aquele que se sente autorizado a falar sobre o outro (que pode ser um grupo de *peessoas com deficiência*, de homens, de mulheres etc.), “dita as regras” de como esse/a outro/a deve ser apresentado/a por meio das práticas discursivas, as quais passam a assumir um efeito de “realidade”, que não pode ser compreendido como verdadeiro, por ser construído através de processos discursivos estabelecidos por relações de poder.

Desse modo, todos passam a ser controlados, deficientes ou não, e isso faz com que, dessa maneira, o que está proposto nas referidas leis, convenções e pareceres possa ser cumprido/respeitado, mesmo sem a presença física de uma autoridade para que se cumpra o que está dito em tais documentos legais. Nessa nova ordem social, torna-se importante saber se as *peessoas com deficiência* estão ou não incluídas socialmente.

Nos documentos apresentados pelas políticas de inclusão (mas, não só neles), não são apenas as garantias legais que são apresentadas. Neles passam a existir coisas que vão muito além do papel, do escrito, do que vemos, ali também são apresentados como esses sujeitos devem ser, como se deve falar deles. É nesse emaranhado discursivo, em que alguns aspectos se tornam mais destacados do que outros em razão das relações de poder, que a “sociedade inclusiva” lê e significa a *peessoa com deficiência*, instituindo seus sentidos, suas marcas, seus corpos. A *peessoa com deficiência* passa a ser classificada em função daquilo que dizemos sobre ela e é a partir disso, assumindo tal posição, que ela adquire visibilidade nos discursos inclusivos.

Cabe aqui relembrar que, ao iniciar esse capítulo, coloquei a

minha dúvida quanto à terminologia que deveria ser “apropriadamente” utilizada para fazer referência aos sujeitos com alguma deficiência. E fiz isso “amparada” pelas palavras de Sasaki (2005), um dos autores que se constitui em uma das referências no campo da Educação Especial, principalmente quando ele coloca em seu artigo, intitulado “Como chamar as pessoas que têm deficiência?”, que, em

[...] todas as épocas e localidades, a pergunta que não quer calar-se tem sido esta, com alguma variação: ‘Qual é o termo correto - portador de deficiência, pessoa portadora de deficiência ou portador de necessidades especiais?’ Responder esta pergunta tão simples é simplesmente trabalhoso, por incrível que possa parecer. [...] Começemos por deixar bem claro que jamais houve ou haverá um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente (p. 1).

Como nos salientou Sasaki, todas essas formas de narrar a *peessoa com deficiência* a posicionavam como alguém no limite, alguém que não podia aparecer aos “olhos” da sociedade. Mesmo sendo apartadas da sociedade, as *peessoas com deficiência* se fizeram presentes, através do modo como delas falamos e imputamos as mais variadas terminologias e, conseqüentemente, os respectivos conceitos com que as classificamos (como vimos até aqui). Isso deu margem, como afirma Sasaki (2005), para que as sociedades fossem modificando o “seu relacionamento com as pessoas que possui[am] este ou aquele tipo de deficiência” (Ibidem). Essa modificação se reflete nos dias atuais, tal como podemos observar nas seguintes palavras de Sasaki (2005):

Os movimentos mundiais de pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, estão debatendo o nome pelo qual elas desejam ser chamadas. Mundialmente, já fecharam a questão: querem ser chamadas de ‘pessoas com deficiência’

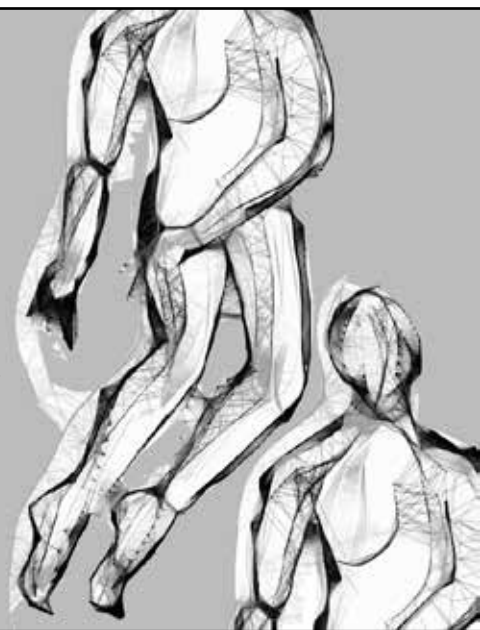
em todos os idiomas. E esse termo faz parte do texto da *Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência*, a ser aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2005 ou 2006 e a ser promulgada posteriormente através de lei nacional de todos os Países-Membros (p. 6, destaques do autor).

Em virtude do que foi relatado por Sasaki — apesar de reconhecer que é uma pretensão do autor pensar que todos, no mundo inteiro, aceitarão uma única denominação de forma tão cômoda — é que resolvi utilizar o termo *pessoas com deficiência* ao longo dessa dissertação. Mesmo não querendo filiar-me a nenhum dos termos que apresentei anteriormente, não tive muitas opções, principalmente em função da posição que ocupo neste momento como mestrandia em Educação. Nessa posição, a academia me “exige” determinadas formalizações que precisam ser seguidas. Uma delas é a de ter que “justificar” o porquê da utilização de determinada terminologia, mesmo acreditando que nenhum termo possa “satisfazer” todas as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, com as *pessoas com deficiência* e nem a elas próprias.

Se esta é uma época de mudança, visto que pretendemos uma sociedade inclusiva para que todos tenham respeitados seus direitos sociais e pessoais, independente de terem ou não alguma deficiência, penso que é importante colocar que não pretendo dar conta do assunto, mas apenas levantar algumas outras possibilidades de leitura acerca das terminologias e dos conceitos tidos como inclusivos (i.e., aqueles apresentados nos documentos que tratam de uma política de inclusão), mas, como coloquei, não só isso... Ao fazer tal discussão, procurei lançar um outro olhar sobre como tais documentos — os quais se valem de múltiplos discursos para nomear/designar/rotular as *pessoas com deficiência* — fazem com que elas sejam representadas e posicionadas de diferentes maneiras na maioria dos documentos, mesmo que eles empreguem diferentes terminologias. Isso porque cada termo ou

conceito, tal como já destaquei ao longo desse capítulo, remete a uma multiplicidade de representações que ainda persistem em acompanhar os sujeitos da inclusão. Isso se deve ao fato de que os significados não permanecem sempre os mesmos, mas mudam continuamente de uma cultura ou época para outra, como é o caso aqui apresentado.

**CAPÍTULO III:
NEM ANJOS,
NEM DEMÔNIOS...**



AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NÃO SÃO NEM ANJOS, NEM DEMÔNIOS

Meus/minhas leitores/as devem estar se perguntando qual foi o motivo que me levou a dizer que as *peessoas com deficiência não são nem anjos, nem demônios*²⁵. Para que vocês possam entender um pouco melhor, é necessário, primeiro, que eu teça alguns breves comentários com relação ao que se entenderia por anjo e por demônio, ou melhor, como seriam representados os anjos e os demônios historicamente²⁶.

25 Utilizo-me da metáfora do anjo e do demônio para sinalizar que, ao serem representadas dessa maneira (por algumas instâncias como a família, a escola, entre outras), as pessoas com deficiência estariam no primeiro caso desprovidas das representações “pecaminosas” e “impuras” atribuídas à sexualidade, diametralmente oposto ao segundo caso, em que seria exatamente o exercício dessas representações que as distanciariam da “pureza angelical e pueril” atribuídas aos anjos.

26 Faço tais considerações não a partir de uma religião específica, tampouco busquei textos de estudiosos acerca desse assunto, fossem eles do campo da mitologia, demonologia, angeologia, esoterismo etc., embora muitos dos textos que consultei se circunscreveram a uma ou outra dessas perspectivas. As considerações que faço, a seguir, foram construídas a partir da leitura desses diferentes textos, os quais não me preocupei em aferir com a apresentação de referenciais bibliográficos, uma vez que a ideia foi a de fazer um texto, portanto, de certo modo, das represen-

A palavra anjo tem origem grega — *angelo* derivado de *angellos* — e significa mensageiro ou emissário, o que nos levaria a dizer que os anjos são os mensageiros de Deus. Mas existem duas categorias de anjos: os anjos considerados maus, ou seja, os demônios, e os anjos bons ou simplesmente classificados como anjos de guarda. Isso nos leva, muitas vezes, a termos a sensação de que a palavra anjo está impregnada de uma representação de retidão moral, motivo esse que justificaria a sua frequente utilização para referendar todos esses seres, tanto bons quanto maus, que não pertenceriam à humanidade.

Os anjos bons seriam considerados seres puros e dotados da mais alta perfeição. Sendo assim não têm idade, nem possuem um corpo físico. Como detêm todo o saber, não precisam aprender nada neste mundo e não possuem nenhum tipo de desvio moral. Também é atribuído a eles a condição de não terem um sexo definido, ou seja, eles não são nem do sexo feminino, nem do masculino. Isso deve-se a condição de serem considerados criaturas superiores ao homem, ou seja, estão acima desse tipo de classificação. Isso nos levaria a representá-los como sendo seres assexuados.

Os anjos bons possuiriam as próprias virtudes e direitos, o que lhes conferiria o direito de agir em nome de Deus. Sendo assim, os anjos poderiam manifestar-se nos homens por meio de nossos pensamentos e ideias, isso por eles terem uma inteligência muito superior à atribuída aos homens. Esse Motivo os levaria a nos auxiliar por intermédio dessa inteligência, induzindo-nos a fazermos boas escolhas na hora de termos que praticar alguma coisa (podemos pensar, por exemplo, nas cenas de desenho animado, em que um anjo e um demônio ficam tentando induzir os personagens a realizarem o que eles querem), ou seja, nos auxiliam a termos boas ações (ou não, caso dos anjos maus), a sermos corretos, virtuosos, a praticar o bem a nós e ao próximo, entre outros.

Os anjos bons passariam, então, a representar a energia e a pureza do conhecimento de Deus. Isso porque, geralmente, quando

tações correntes que circulam acerca dos anjos e dos demônios.

falamos em anjos, os associamos às visões religiosas ou bíblicas, ou até mesmo às artes, nas quais passamos a conviver com representações de jovens de cabelos compridos de cor loura, avermelhada ou castanho-clara, de olhos geralmente azuis e com traços andróginos, providos de asas erguidas ou em repouso, algo que predomina até os dias atuais. Ou, ao contrário, como um ser com guampas, tridente, com uma fisionomia assustadora e, geralmente, com uma cor avermelhada, que vive em um lugar feio e sombrio. Muitas dessas telas de arte têm como representação seres que habitavam o mundo divino, o inferno e o terreno.

As representações dos anjos maus (ou gênios do mal: anjos caídos, belzebu, diabo, espírito maligno, satanás, demônio etc.), em sua grande maioria, estão atribuídas às pessoas feias, malvadas, ruins, mesquinhas e, outras vezes, até mesmo às crianças travessas, sapecas, birrentas etc. (quando são utilizadas as expressões: *essa criança parece que está com o diabo no couro, essa criança tem parte com o capeta etc.*).

Os anjos maus ou demônios, nas crenças da Antiguidade e no politeísmo, poderiam ser configurados como anjos que representam a ilusão, a cobiça, a avareza, o sexo exacerbado, o egoísmo, entre outros, podendo ser definido *como uma junção de forças que vibram de forma inferior ou negativa*. Eles não gostam de ambientes perfumados, limpos, agradáveis, bem como de lugares onde haja bebês, por acreditarem que, com essas presenças, podem perder suas forças. Nas religiões judaicas e cristãs, anjos maus ou demônios podem se configurar como sendo aqueles anjos que, tendo se rebelado contra uma vida de submissão a Deus, foram expulsos do céu e enviados ao inferno. Isso fez com que o universo passasse a ser dividido em dois reinos, o de Deus e o do Diabo. Dessa divisão resulta que tudo aquilo que se afastar de Deus (ainda que aparentemente) representará o mal. Os demônios passariam a representar essa “realidade”, a corporificação do mau que teria sua origem no comportamento perverso, dirigido para a satisfação do vício, dos atos brutais, das más ações, dos desejos carnis etc.

É possível dizer que, para algumas crenças religiosas, essas

representações de anjos bons e maus constituem modos de governo através da religião. Em muitas dessas religiões, descobriremos que eles (os anjos bons e maus) também estão registrando todas as nossas ações, boas ou más, mesmo as que são praticadas sem ter ninguém por perto. Constituindo assim, modos de nos auto-governarmos.

Entretanto, não são somente as religiões que proclamam a crença ou não nos anjos. Hoje existe uma quantidade imensa de produtos, livros e lojas associadas aos anjos bons ou maus. Tais produtos procuram fazer com que “guiemos” as nossas condutas por intermédio do que os anjos nos dizem/representam.



Figura 2: Capa usada na Dissertação

Um exemplo dessa variedade de produtos existentes sobre anjos pode ser encontrada na própria imagem acima que serviu de capa para minha dissertação. (retirada de <http://photos1.blogger.com/img/12/1814/640/anjos.jpg>). Confesso que essa capa foi encontrada por acaso em uma de minhas incursões pela Internet (mesmo tendo

encontrado uma variedade de *sites*, que apresentam imagens ou textos referentes aos anjos bons ou maus). Ela foi muito significativa para mim por se “encaixar”, muito bem, tanto com o título de minha dissertação quanto com a analogia que criei em relação à sexualidade das *pessoas com deficiência*.

Ao olharmos mais detidamente para essa imagem, veremos dois anjos, ou seja, um “anjo bom” que é representado por uma mulher e um “anjo mau ou demônio” que é representado por um homem. O anjo que é representado pela mulher possui um corpo bem delineado e asas mais arredondadas e delicadas, enquanto o anjo representado pelo homem possui um corpo atlético, forte e imponente, asas mais bicudas e com pouca delicadeza (algo como asas de morcegos). O anjo homem encontra-se nu, enquanto o anjo mulher está coberto até os pés por seus longos cabelos, ficando apenas com uma parte de seu braço e de sua perna à mostra. Também é possível observar que o anjo homem é mais alto que o anjo mulher e que ele segura o rosto do anjo mulher enquanto ela coloca suas mãos sobre os seus ombros, como se eles estivessem se preparando para se beijarem. Os dois são apresentados de perfil, basicamente com duas cores (o branco e o azul) e, ao olharmos toda a imagem, conseguiremos enxergar, ao fundo, na parte de cima, uma cor preta; e, na parte de baixo, aparece algo como um esfumaçado meio azulado, que se mistura com os longos cabelos do anjo mulher.

É possível ler a imagem representada pelo anjo mau ou demônio como permeada por uma sexualidade cheia de virilidade e energia, algo que geralmente seria atribuído ao homem. Talvez por isso o fato dele encontrar-se nu, como que exibindo o seu corpo, como sendo um conjunto composto única e exclusivamente por uma sexualidade inabalável. O mesmo não acontece com o anjo bom, representado pela mulher, já que ela carrega consigo uma representação que até bem pouco tempo atrás acompanhava as mulheres (ainda hoje, em certas culturas): não poderem expressar mais abertamente sua sexualidade. Isso poderia explicar o fato de o anjo mulher ter o seu corpo coberto com os seus longos cabelos, como uma maneira de encobrir a sua sensualidade e

beleza, para, assim, não ser desejada ou cobiçada — ou, pelo contrário, para ativá-la mais.

A imagem pode ainda nos dizer muitas outras coisas, dependendo do olhar que lançarmos sobre ela. Um outro modo de olhá-la poderia ser no sentido de tentar romper com as representações de que o anjo mau ou demônio não poderia se aproximar ou desejar o anjo bom ou, o contrário, que o anjo bom não poderia ceder aos apelos corporais e sexuais do anjo mau ou demônio. Sob essa perspectiva, podemos dizer que as cores azul e branco (essa com uma maior predominância, possivelmente indicando que ambos são anjos) que adornam tanto o anjo bom, quanto o anjo mau e o fundo da imagem geral, que é composto pela cor preta, que poderia ser atribuída às trevas e a cor azulada, como representando o céu; ao se mesclarem, essas cores representariam, provavelmente, os rompimentos que começam a ser apresentados na sociedade contemporânea (mesmo que vagarosamente) referentes às relações de/entre gêneros e, principalmente, sexuais. Se os anjos bons e maus, o céu e o inferno — da imagem/capa, começam a se amalgamarem como que apresentando outras maneiras para se olhar e falar de/sobre o homem e a mulher, sobre seus corpos e suas sexualidades nos dias atuais, isso poderia se constituir em um ponto muito interessante também, para se pensar esse mesmo assunto em relação às *peessoas com deficiência*.

Vocês devem ainda estar se perguntando: Mas e daí Miriam? O que isso tudo tem a ver com o corpo e a sexualidade das *peessoas com deficiência*? É exatamente isso que procurarei mostrar a partir de agora. Isto é, busco apresentar como as *peessoas com deficiência* vêm sendo inventadas na contemporaneidade, através de uma multiplicidade de identidades, discursos e representações que são construídas a partir dos padrões de normalidade vigentes. Discursos e representações que os inventam, disciplinam, normalizam, passando a construí-los como sujeitos, que parecem ser, algumas vezes “(in)visíveis” e, em outras vezes, sujeitos assexuados ou hipersexualizados e, como tais, assujeitados a esses padrões. Isso pode ser exemplificado pelo relato

de Fabiano Puhlmann²⁷ que, ao falar sobre sua sexualidade, diz: “sou transparente dentro do possível, não tenho nenhuma vergonha de dizer que senti em minha pele o que é ser visto como um ser assexuado, mas não me deixei abater pelas aparências”.

Partindo desse excerto, reporto-me neste momento, à analogia que criei com relação às *peessoas com deficiência*. Disse que elas não eram anjos, pensando no fato de serem representadas como pessoas que não possuem sexualidade (por exemplo, o caso de Fabiano), assim como os anjos bons a que me referi no início deste capítulo, por serem seres que só representariam a bondade, a qual não estaria ligada a uma opção sexual (seriam seres andrógenos), nem a uma relação sexual ou carnal. Ao contrário, os demônios, por serem possuidores de maus pensamentos, poderiam representar uma grande parcela das *peessoas com deficiência*, vista como possuidora de uma sexualidade exacerbada e fora do controle, pela ideia de que elas também incitariam as outras pessoas a terem maus pensamentos, afastando-as do caminho do bem.

É possível dizer que, apesar dos avanços nas sociedades — e falo, em particular, da ocidental — ainda existem assuntos que continuam sendo considerados tabus, como é o caso da sexualidade e da deficiência. Isso é ainda mais grave quando tais temas estão articulados, tal como faço aqui, falando de corpos e de sexualidades das *peessoas com deficiência*. O simples fato de pensarmos que uma *peessoa com deficiência* pode manter relações sexuais ou mesmo pensar que ela tenha um corpo bonito e desejável costuma ser algo incômodo, ou até mesmo abominável para uma grande parcela da sociedade. Isso é enfatizado por Fabiano Puhlmann²⁸ quando ele diz que as “questões como a sexualidade, ainda é [sic] consideradas um verdadeiro tabu entre a maioria das pessoas e, em especial, e com maior intensidade, entre os portadores de deficiências física, visual, auditiva, mental e múltipla”.

Tal posicionamento pode ser atribuído às representações

27 Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=1057&codtipo=2&subcat=54&canal=talento>>. Acesso em: 2 dez. 2004.

28 Vide nota 28.

criadas e postas em circulação com relação às *pessoas com deficiência*, as quais insistem em demarcar a deficiência (a doença, a síndrome, a deformidade, a falta) e não a pessoa em si. Em razão disso, atribuímos a elas representações que passam a posicioná-las como pessoas assexuadas²⁹ (i.e., vistas como despossuídas de sexualidade, como vimos anteriormente) ou mesmo como hipersexualizadas (portanto, perigosas para o convívio em sociedade). Podemos dizer que, em tais representações, aparecem o medo e a desinformação da sociedade ao falar sobre tal assunto.

No relato de Fabiano Puhlmann³⁰, por exemplo, é possível ver o quanto o corpo e a sexualidade da *pessoa com deficiência* tornam-se algo “proibido” — é como se a sexualidade não tivesse uma visibilidade, mesmo para alguém que antes era tido como “normal”. Ele mesmo foi um adolescente “normal” (tornou-se deficiente aos 18 anos de idade), “descobrimo”, como qualquer adolescente de sua idade, seu corpo e sua sexualidade. Ao tornar-se deficiente, no entanto, ele teve que (re) aprender/(re)aceitar as mudanças que ocorriam com o seu corpo. Tudo isso, destaca ele, foi agravado pela negação, rejeição e representação presentes na sociedade — como ele mesmo diz, a *pessoa com deficiência* passa a ser vista como “[...] uma espécie de dragão sem fogo”, ou seja, como alguém que pode assustar, mas que não representa perigo algum — já que ela passa a ver as *pessoas com deficiência* como assexuadas ou ingênuas.

Vemos, com esses relatos, que a sexualidade não é, como muitos podem pensar, uma justaposição de desejos provenientes de impulsos naturais. Ela tampouco é o conjunto de preceitos permitidos e proibidos que determinam o que se pode e o que não se pode fazer. Antes, ela é, aqui, entendida como uma ação discursiva que tem um efeito produtivo, não apenas no sentido de influenciar ou contribuir na construção de determinado significado (como no caso dos ditames de

29 Embora a própria noção de assexualidade se constitua em um tipo de sexualidade, em muitos casos, com relação às *pessoas com deficiência*, não seria uma opção ser assexuado, mas sim, uma imposição.

30 Vide nota 28.

como deve ser nossa sexualidade ou das *peessoas com deficiência*), mas no sentido mesmo de instituir essa sexualidade. Para Pinel (1993), por exemplo,

um dos mitos mais comuns é pensar que as pessoas deficientes são assexuadas. Esta ideia geralmente surge a partir de uma combinação entre a limitada definição de sexualidade e a noção de que o deficiente é neutro, não tem as mesmas necessidades, desejos e capacidades do não-deficiente. [...] O mito oposto, o do deficiente como alguém perigosamente hipersexuado, costuma a aparecer explicitamente quando se trata dos deficientes mentais. O medo de que a informação provoque uma conduta promíscua por parte do deficiente não permite que as pessoas percebam que a maioria das condutas inadequadas é, na verdade, produto do isolamento, da segregação dos sexos e da ignorância sobre a sexualidade (p. 310).

Como é possível perceber nesse excerto, as *peessoas com deficiência* não são “nem anjos, nem demônios”. Essas representações, construídas ao longo dos tempos em relação a elas, estão muito mais ligadas à falta de entendimento que temos sobre o corpo e a sexualidade propriamente dita do que com as *peessoas com deficiência*. Como salienta Weeks (1999), “embora se possa argumentar que as questões relativas aos corpos e ao comportamento sexual têm estado, por muito tempo, no centro das preocupações ocidentais, elas eram em geral, até o século XIX, preocupações da religião e da filosofia moral” (p. 39). Isso poderia justificar o fato de a sexualidade ser negada às *peessoas com deficiência*, não pelo fato dela não existir, mas pelo fato de ser “ocultada”, escondida, já que, como salientou Weeks (1999), elas eram questões da religião e da filosofia moral. Tal ocultamento/negação fez com que as *peessoas com deficiência* fossem consideradas, muitas vezes, como pessoas “possuídas pelo demônio”, sendo, em razão disso, condenadas

à morte ou enclausuradas. Tais práticas, bem como as representações a elas associadas, inviabilizaram o exercício da sexualidade das *peessoas com deficiência* por representarem um perigo às sociedades até o século XIX.

Mesmo que hoje os tempos sejam outros, é possível destacar o quanto a sociedade contemporânea gerencia os comportamentos tanto das pessoas ditas normais quanto das *peessoas com deficiência*, mesmo que elas não se dêem conta disso. Para as *peessoas com deficiência*, esse processo já se inicia no momento em que elas são rotuladas como sendo deficientes (às vezes, desde o momento do nascimento, ou após algum tipo de acidente); processo esse que se opera na direção de levar os sujeitos a assumirem diferentes lugares³¹. É isso que também acontece na seção *Talento*, em que cada entrevista está dividida por área de deficiência, apresentando representações que criam para elas uma “identidade deficiente”. Uma vez que as identidades são sempre produzidas, elas marcam e interpelam os sujeitos que se assumem ou não como sendo deficientes. Essa necessidade de classificação parece feita com “o propósito” de manter uma “almejada” ordem social. Uma ordem que, nas palavras de Bauman (1998), “significa um meio regular e estável para os nossos atos; um mundo em que as probabilidades dos acontecimentos não estejam distribuídas ao acaso, mas arrumadas numa hierarquia estrita” (p. 15).

Esta busca por uma estabilidade, conforme o autor, também faz com que exista aquilo que Pinto (1989) denomina de uma “pluridiscursividade do social” e pressupõe “a existência de uma constante luta entre discursos na busca de interpelarem novos sujeitos” (Id., 1989, p. 37), marcando e reafirmando suas diferentes identidades, as quais só passam a ser determinadas depois de um processo de produção das diferenças, que é sempre social e cultural. “A diferença, e, portanto, a identidade, não é um produto da natureza: ela é produzida no interior de práticas de significação, em que os significados são contestados,

31 Cada um na sua área de deficiência, seja ela física, mental, visual, auditiva ou múltipla.

negociados, transformados” (SILVA, 2001, p. 25).

Como em todo o processo de produção da identidade, a identidade da *pessoa com deficiência* passa a existir quando há, “fora dela”, outra identidade, a da pessoa não-deficiente. Esta é a identidade que a *pessoa com deficiência* não têm/não é e isso lhe dá condições de existência e a distingue por aquilo que ela passa a não ser. Assim, assumir ser uma *pessoa com deficiência* é também assumir não possuir a identidade da pessoa não-deficiente, ou seja, não ter sua estética, seu corpo, sua sexualidade. Nas palavras de Tuchermann (1999), “o corpo é também o limite que separa o sujeito ou o indivíduo do mundo e do outro, lugar de onde se pode determinar a alteridade” (p.106).

Dessa maneira, essas diferenças são nomeadas/classificadas, passando a circular através de determinadas representações que demarcam e instituem dadas identidades. “Determinar e excluir o outro é fundamental para que se possa delimitar o que é idêntico no sujeito em questão: o processo que estabelece identidade e o que demarca uma fronteira entre o que é idêntico (mesmo) e o que é diferente (outro)” (TUCHERMANN, 1999, p. 106). Essa diferença reafirmaria a não-similaridade existente entre as *pessoas com deficiência* e as pessoas não-deficientes. A pessoa não-deficiente exerceria uma determinada superioridade em relação às *pessoas com deficiência*, fazendo com que essas passassem a assumir uma posição de estranho, do outro. Tal operação exige, “portanto, a construção de um jogo de posições relativas. Para estabelecer a identidade, é necessário tomar-se um parâmetro que permita caracterizar a identidade e diferença” (Id., *ibidem.*). Assim, se ela é uma *pessoa com deficiência*, ela, inevitavelmente, não poderia assumir a identidade da pessoa não-deficiente, sendo que o contrário também é verdadeiro.

Entretanto, se todos são iguais perante as leis de nosso país, parece contraditório dividir a sociedade em *pessoas com deficiência* de um lado e pessoas não-deficiente de outro. Essa separação causa, muitas vezes, “confusão” para ambos os lados. Nas palavras de Woodward (2000), “a emergência dessas diferentes identidades é

histórica; ela está localizada em um ponto específico no tempo” (p. 11). Essas diferentes identidades, sejam elas de gênero, raça, etnia, etc., não podem ser concebidas como algo pronto/definitivo, pelo contrário, elas fazem parte, como afirma Woodward (2000), de um processo que passa por constantes transformações, subjetivando os sujeitos em determinados momentos históricos. Em outras palavras, assim como em todo o processo de produção de identidade, passa a existir uma identidade relacional entre as *peessoas com deficiência* e as pessoas não-deficientes, de modo que a deficiência (caso dos que não nasceram deficientes, mas que se tornaram ao longo da vida) seja exatamente essa busca pelo restabelecimento de “uma identidade perdida” em algum lugar do passado. Ao fazerem isso, elas também passam a se constituir com novas identidades. Podemos pensar que, mesmo para os que “nasceram” deficientes, a norma³² é buscar aproximá-las o máximo possível dos parâmetros definidos para a normalidade, na medida em que eles se constituíram como deficientes de um determinado tipo no domínio da linguagem.

OUTROS OLHARES PARA OS CORPOS E AS SEXUALIDADES

Nesta seção, procurarei apresentar como as práticas de bio-ascese, discutidas por Ortega (2002), juntamente com o avanço das biotecnologias, podem operar outras visibilidades para os corpos das *peessoas com deficiência* e, também, para o exercício de sua sexualidade. Essa seção poderia ser mais explorada, precisamente por se tratar de um tema polêmico, tanto entre as *peessoas com deficiência* quanto para as instâncias envolvidas direta ou indiretamente com as *peessoas com deficiência*. Apesar disso, nesse momento, em virtude do pouco tempo que teria para expandir a discussão sobre o assunto, limito-me

32 Nas palavras de Ewald (2000), a norma pode ser entendida como “um princípio de comparação, de comparabilidade, uma medida comum, que se institui na pura referência de um grupo a si próprio, a partir do momento em que só se relaciona consigo mesmo, sem exterioridade sem verticalidade” (p. 86).

a apresentar apenas algumas problematizações que acreditei serem importantes para a dissertação.

Podemos dizer que esse é um assunto recorrente nas entrevistas que selecionei, bem como das reportagens que se encontram na seção *Talento*. Um indicador disso é o fato da própria página *Sentidos* ter uma seção específica para tratar desses assuntos, intitulada de “Científico” (<http://www.sentidos.com.br/subhome/cientifico.asp>), na qual é destacado como essas novas tecnologias podem auxiliar as *pessoas com deficiência* (mas, não só elas) a terem uma melhor “visibilidade”. Ao me referir à “visibilidade”, quero dizer que agora — ao menos é o que podemos encontrar na página *Sentidos* — são as próprias *pessoas com deficiência* que começam a fazer uso de discursos que as representam corporal e sexualmente. Se antes esses corpos eram inventados/construídos de “fora para dentro”, hoje eles começam a ser (re)inventados/(re)construídos “de dentro para fora”. O que quero dizer é que, nos dias atuais, as *pessoas com deficiência* começam a imprimir novos sentidos aos discursos que, até então, falavam de seus corpos e de suas sexualidades deficientes — isso fica evidente nas entrevistas que analiso, já que as pessoas ali entrevistadas fazem questão de apresentar e falar sobre seus corpos e suas sexualidades. Elas dizem, para todos aqueles que queiram ler as reportagens, quais são as suas possibilidades e potencialidades. Essa possibilidade de falarem por si mesmas só aconteceu, entretanto, no momento em que elas começaram a imprimir novos sentidos aos discursos que até então as representavam. Esses novos discursos agora as representam como pessoas que passam a ser vistas a *partir da experiência* da deficiência, e não *apesar* dela.

Tal atitude só foi possível porque o corpo deixou de ser entendido, tanto nos discursos do conhecimento cotidiano quanto do científico, apenas como uma mera expressão do biológico, que gera “o que somos a partir de uma informação genética, aquilo que se traduz como uma identidade de parentesco, que dá uma certa semelhança de características, tais como cor do olho, cor do cabelo (...)” (SANTOS, 1997, p. 86). Hoje, compreendemos (no sentido prático, cotidiano

mesmo) que o corpo tanto é representado quanto representa sua cultura: “o corpo carrega uma história, tanto social quanto individual; marcas sociais tornam-se marcas subjetivas – aquilo que o ‘ruído’ da exterioridade, enquanto dobra em nós, faz corpo” (Id., *ibidem.*). Isso porque cada sociedade autoriza-se a falar desse corpo (como aconteceu com as *peessoas com deficiência*), que é atravessado por inúmeros discursos que vão constituindo-o, ao longo do tempo, como os discursos religiosos, médicos, psicológicos, da mídia, dentre tantos outros, que têm legitimidade e autoridade para falar dele.

Tentar compreender os discursos que circulam para representar ou como representação dos corpos e das sexualidades não é uma tarefa fácil. Torna-se ainda mais difícil quando se trata de compreender os discursos e representações em relação aos corpos e às sexualidades das *peessoas com deficiência* (em razão das representações frequentemente negativas que circulam a esse respeito). Nas entrevistas analisadas, mesmo que os entrevistados procurem dar outros sentidos às suas falas, as *peessoas com deficiência* ainda são vistas como pessoas à margem da sociedade. São representadas como despossuídas de beleza física e como incapazes de “ter/exercer” uma sexualidade (ou ambas, uma vez que beleza e sexualidade, parecem não existir para as *peessoas com deficiência*). Em outras situações, entretanto, elas são representadas como hipersexualizadas, constituindo-se, nesse caso, em um perigo (moral) para a sociedade, tal como apresentado no início desse capítulo.

Essa ação discursiva, ao mesmo tempo em que institui e produz representações dessas sexualidades, também institui, através de suas relações de poder, a nomeação dos corpos que terão “direito” de viver a sexualidade, os corpos que poderão, enfim, ser desejados, cobiçados, apreciados etc. Esses discursos, investidos de autoridade/legitimidade, passam a representar e a falar sobre os corpos e a sexualidade das *peessoas com deficiência*, também estão presentes nas entrevistas que analisei. Muitas vezes, eles não estão ditos explicitamente no texto, já em outros eles parecem ficar bem evidentes, fazendo “eco” em pequenas frases, tais como nas narrativas que apresento a seguir.

Em relação às fotos da modelo Mara Gabrielli³³, apresentadas na revista TRIP (nº 82, de set. de 2000), por exemplo, encontramos chamadas tais como esta: “É a primeira mulher com tetraplegia a fazer um ensaio sensual para uma revista”. Já em relação às fotos que a modelo Brenda Costa³⁴ tirou em abril de 2004 para a revista TRIP (nº 110), encontramos a seguinte chamada: “Não faça barulho ao espiar essa matéria. Essa é a condição especial para entrar no silencioso território da modelo Brenda Costa, carioca, 22 anos, 1,77 metros, 55 quilos, medidas 88-61-92 – e surda”.

A chamada da entrevista a seguir se refere à dificuldade de Rita de Cássia³⁵ em conseguir frequentar salas de bate-papo na Internet. Segundo ela, ao entrar nestes *chats* e revelar que era deficiente (que é uma pessoa com Síndrome de Down), ela sempre “ouvia” brincadeiras de mau gosto, sendo desprezada pelos internautas. Apesar disso, “foi enfrentando o preconceito, que não existe somente no mundo real, que ela encontrou o grande amor da sua vida”, disse ela no referido *site*.

Nos pequenos excertos acima mencionados, reiteramos a legitimidade de alguns discursos, como, por exemplo, o discurso médico, já que ele refere (e dá nome) à existência de uma deficiência “comprovada” (tetraplegia, surdez, Síndrome de Down etc.), que está legitimada e é conhecida pela ciência. Reitera-se, também, junto desse, o discurso do cotidiano, partilhado pela sociedade de um modo geral, a qual exclui aquele que ela julga ser o outro, o diferente. E penso que também poderíamos dizer que se encontra, articulado a esses dois, o discurso da psicologia, mostrando a importância de as *pessoas com deficiência* se superarem, já que, afinal, todos aqueles (ou mais exatamente todas aquelas mulheres ali apresentadas) conseguiram ultrapassar suas dificuldades, suas deficiências etc.

33 Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=15&codtipo=2&subcat=54&canal=talento>>. Acesso em: 2 dez. 2004.

34 Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=3846&codtipo=2&subcat=54canal=talento>>. Acesso em: 2 dez. 2004.

35 Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=4134&codtipo=2&subcat=54canal=talento>>. Acesso em: 2 dez. 2004.

Apesar disso, em cada um desses discursos, está explícito, também, o lugar que cada *peessoa com deficiência* “deve ocupar”. Assim, por exemplo, modelos “não podem” ser tetraplégicas ou surdas, salas de bate-papo “não podem” ser frequentadas por pessoas com Síndrome de Down. As *peessoas com deficiência* possuem, então, corpos e sexualidades que parecem ficar “aprisionados” dentro de determinadas representações e regras culturais que nos dão a impressão de negar aos indivíduos esses espaços, lugares que parecem “já ter dono” (aquelas pessoas consideradas “normais”).

Os discursos que circulam acerca do corpo, em especial essa centralidade na beleza, na saúde, na aptidão (*fitness*), produzem também os corpos das *peessoas com deficiência* (assim como daquelas pessoas consideradas normais, porém, fora dos padrões estabelecidos) como sendo corpos feios, doentes, inaptos, podendo até constranger. Desse modo, tais discursos parecem neutralizar toda e qualquer possibilidade de visibilidade (mais positiva) desses corpos. Isso possivelmente acontece porque há, hoje (não podemos nos esquecer), uma maior valorização e mesmo um culto ao corpo “ideal/perfeito” – parece que ter um corpo escultural e se manter jovem tornou-se uma “compulsão” de proporções quase incontroláveis. Como relata Sant’Anna (2000),

[...] se hoje o corpo tende a ser compreendido nas artes e na ciência, na mídia e no cotidiano de milhares de pessoas como sendo um espaço de infinitas potencialidades, atuais e virtuais, não resta dúvida de que descobri-lo adquire ares de uma grande e fascinante empresa. Mas se cada um é considerado o principal descobridor dessa riqueza supostamente inesgotável, fica para cada um, igualmente, não apenas a tarefa de superar os limites do próprio corpo, mas, também, aquela de inventá-los. E, como em qualquer redescoberta do corpo, quando se pretende superar limites, também é necessário fabricá-los (p. 57).

Desde o final do século XX, o avanço da medicina e as novas tecnologias para se obter um corpo “perfeito” fizeram com que esse corpo se transformasse praticamente em uma “máquina”. Segundo Louro (1999), “as possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina, a cada dia, desestabilizam antigas certezas” (p. 10), uma vez que “todas estas transformações afetam, sem dúvida, as formas de viver e de construir identidades de gênero e sexuais” (Id., *ibidem.*). Essas transformações criam determinadas representações com relação ao corpo e à sexualidade de uma maneira geral, por nos atravessarem e nos constituírem por meio dos vários discursos circulantes (e.g., médicos, religiosos, familiares etc.) na sociedade a respeito daquilo que devemos fazer com nosso corpo e nossa sexualidade. Em outras palavras, o “discurso determina sua capacidade de permanência em uma dada sociedade. Sua condição essencial é a de que nunca está completamente instaurado, sua permanência é sempre provisória” (PINTO, 1989, p. 38).

Podemos dizer que foi com a invenção da população³⁶, no século XVIII, que as técnicas de poder, antes exercidas insistentemente sobre o corpo individual, começaram, então, a se modificar. A partir daquele momento, elas passaram, também, a ser exercidas sobre a população, ou seja, sobre aquilo que passa a ser entendido como sendo um “corpo social”. Foucault (2003) esclarece que “os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde [...]” (p. 28). Essa política assentada na vida, na administração de suas variáveis (ou seja, uma biopolítica), passa a inter-relacionar a estrutura de poder-saber e os elementos ligados à vida dessa população. O corpo biológico começa, então, a fazer parte dos registros da política: a vida atravessa as fronteiras no que se refere ao espaço do controle de saber e das operações do poder. E nesse contexto o conceito de biopoder

36 Invenção essa, tal como se tem enfatizado para outros distintos processos, e.g.; Philippe Ariès, para a invenção da infância, Michel Foucault, para a história da loucura, entre outras.

começa a ser compreendido como uma oposição ao direito de morte. Em outras palavras a operação, agora, é no sentido de fazer viver mais.

Se este saber-poder sobre o “corpo social” fez com que tivéssemos uma preocupação com o que acontecia dentro de nosso corpo físico (preocupação individual, solitária, íntima), de tal forma que cada sujeito se preocupava com sua higiene, estética, entre outros, sem que ninguém precisasse saber disso, hoje, pelo contrário, essa preocupação se exterioriza. Parece necessário que cada um diga como está cuidando de seu corpo, o que se configura, tal como refere Ortega (2002), na valorização do corpo pelo corpo, naquilo que ele chama de bio-identidade.

Tal valorização é o que acontece com Mara Gabrilli³⁷. Ela diz que não foi somente ao ficar deficiente que ela passou a cuidar mais de seu corpo, pois já se preocupava com ele antes disso — como que precisando dar uma satisfação a todos aqueles que acessam a seção *Talento*, no sentido de dizer como que ela cuidou ou está cuidando de seu corpo — como ela mesma diz:

[...] eu nunca me larguei, eu trato meu corpo com tanto carinho, e principalmente depois do acidente, eu tenho uma atenção muito grande com meu corpo, e ele começou a precisar mais, tudo que acontece eu fico atenta, porque meu corpo mudou, minha sensibilidade mudou, tem muita coisa que eu tenho que reaprender, então eu vivo muito meu corpo, e não é uma coisa, corpo só. É corpo e mente mesmo!

Se antes éramos discretos com relação aos cuidados e performance de nossos corpos, isso parece não ser mais necessário (como parece acontecer com esse excerto); o importante é exibirmos a todos nossa saúde, nosso corpo malhado, nossa beleza etc. E esse corpo passa a ser ele mesmo (o que ele mostra, apresenta), a nossa

37 Vide nota 34.

identidade, ou seja, a identidade que temos/construímos/carregamos — enfim, os nossos eus. Para Ortega (2002), “trata-se da formação de um sujeito que se autocontrola, autovigia e autogoverna. Uma característica fundamental dessa atividade é a *autoperitagem*. O eu que se pericia tem no corpo e no ato de se periciar a fonte básica de sua identidade” (p. 155) — vide excerto anterior.

Cada sociedade, conforme sua cultura, imprime marcas ao corpo, isto é, prescreve/estipula formas de “produzi-lo, modelá-lo”, inscrevê-lo. E é por meio dessas marcas deixadas sobre esse corpo (substrato biológico), que não deixa de ser a “base” sobre a qual a cultura age, se inscreve e se afirma. Tal como argumenta Tucheran (1999), “o corpo sustenta como matéria a produção dos processos de identificação a partir das suas evidentes marcas visuais que expõe a identidade do sujeito consigo próprio, com a sociedade e com o grupo do qual participa e pelo qual quer ser acolhido e recolhido” (p. 106).

Em outros momentos, tal como argumenta Foucault (2003), os discursos que circularam sobre a sexualidade passaram a ser uma das formas mais poderosas de regulação social, servindo, inclusive, de suporte para as práticas disciplinares, por enfatizarem que o corpo é um “dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual” (WOODWARD, 2000, p. 15).

Na atualidade, conforme salienta Ortega (2002), essa sexualidade de que nos fala Foucault não ocuparia mais a mesma centralidade, se levarmos em conta as práticas ascéticas³⁸ contemporâneas. Isso aconteceria em razão daquilo que poderíamos chamar de biossociabilidade, que, de uma forma ampla, “visa descrever e analisar as novas formas de sociabilidade surgidas da interação do capital com as biotecnologias e a medicina” (ORTEGA, 2002, p. 153).

38 Nas práticas ascéticas greco-romanas e cristãs “o corpo era submetido, a uma dietética que tinha por objetivo a sua superação e sua transcendência como prova de habilitação para a vida pública, de intimidade com a divindade ou da derrota da nossa condição mortal” (ORTEGA, 2002, p. 167).

Nas práticas de ascese inseridas na biossociabilidade, o corpo e a comida passam a assumir o lugar de destaque antes atribuído somente à sexualidade, como as novas fontes de ansiedades e patologias.

A biossociabilidade se configuraria como uma maneira de sociabilidade não-política organizada por corporações de “interesses privados, não mais reunidos segundo critérios de agrupamento tradicional como raça, classe [...], como acontecia na biopolítica clássica, mas segundo critérios de saúde, performances corporais, doenças específicas, longevidade etc” (Id., 2000, p. 153-154). Isso, para Sibila (2002), representaria “uma possibilidade inusitada: o corpo humano, em sua antiga configuração biológica, estaria se tornando ‘obsoleto’. Intimidados pelas pressões de um meio ambiente amalgamado com o artifício, os corpos contemporâneos não conseguem fugir às tiranias (e das delícias) do *upgrade*” (p. 13).

O que a autora nos coloca é comum na seção “Científico”. Esse é o caso de um excerto de uma reportagem ali apresentada, em que um especialista britânico em robótica diz: “os seres humanos vão recorrer, cada vez mais, a implantes tecnológicos no corpo [...] e complementa mais adiante dizendo que “como morcegos, os cegos serão capazes de sentir objetos à sua volta, usar sensores ultra-sônicos, e pessoas com lesões na coluna ou esclerose múltipla poderão se deslocar com a ajuda de implantes. As cadeiras de rodas poderão ser conduzidas por sinais cerebrais³⁹”.

Esse cientista (Kevin Warwick, 49 anos), segundo a mesma reportagem, foi “o primeiro homem a implantar no corpo um microchip para assinalar sua localização e se comunicar com computadores remotos [...]”⁴⁰. O que parece que a página “*Sentidos*” quer com essa seção, e em especial com as matérias nela apresentadas, é dizer que as novas tecnologias que estão sendo desenvolvidas têm o intuito de proporcionar uma melhor qualidade de vida para todas

39 Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=4764&codtip=2&subcat=34&canal=cientifico>> Acesso em: 29 abr. 2006.

40 Vide nota 40.

as pessoas e que, em virtude disso, caberia, talvez, às *pessoas com deficiência*, assumirem a responsabilidade pelo cuidado de seus corpos.

Nas concepções contemporâneas, os discursos que circulam, relacionados ao risco (de doenças, mortes, acidentes), seriam os elementos basilares da biossociabilidade. Ortega (2000) refere que, “o indivíduo se constitui como autônomo e responsável através da interiorização do discurso do risco. O corpo e o *self* são modelados pelo olhar censurante do outro, que leva à introjeção da retórica do risco” (p. 156). Tal interiorização induziria os sujeitos a se preocuparem mais com seus hábitos diários em relação aos cuidados com o corpo, sendo a alimentação e os exercícios físicos elementos preponderantes desse cuidado com o risco. Isso pode ser observado nas palavras da entrevistadora de Mara Gabrilli:

Com uma rotina de quase atleta, Mara dedica de três a quatro horas por dia à reabilitação física. Faz exercícios para cada músculo do corpo, alongamento, fisioterapia e uma alimentação balanceada. O resultado da disciplina é visível: um corpo bem torneado e firme, com pernas tão fortes que poderiam ser as de uma corredora – uma vitalidade que em nada lembra a fragilidade de alguém que não consegue se manter em pé sozinha⁴¹.

Talvez seja esse cuidado com o risco que faça com que as *pessoas com deficiência* tenham uma preocupação maior com o seu corpo, por elas “inevitavelmente” já se encontrarem inscritas em algum grupo de risco, dependendo de qual foi a origem de sua deficiência. Tais cuidados começam a ser mais controlados por todas as pessoas, para que seus níveis de colesterol ou glicose não ultrapassem os padrões recomendados, evitando, assim, doenças

41 Disponível em :< http://www.2020brasil.com.br/publisher/preview.php?edicao=0404&id_mat=742> Acesso em: 8 de abr. 2004.

cardíacas, pressão alta, derrames, entre outros.

Essas são práticas, muitas vezes, associadas a exercícios físicos mais frequentes para que o corpo se mantenha sempre em forma e com uma aparência saudável. E, se tudo isso não surtir o efeito desejado, existe a possibilidade de recorrermos às mais novas e avançadas técnicas médicas (caso da biomedicina, biotecnologias, entre outros) com o propósito de se atingir tal “façanha”. Cabe, aqui, trazer as colocações de Ortega (2002), apoiadas em David Morris, quando diz que:

[...] a ideologia da saúde e do corpo perfeito nos levam a contemplar as doenças que retorcem a figura humana como sinônimo de fracasso pessoal. ‘É uma religião secular’, diz David Morris, ‘da qual os deficientes e os desfigurados estão, evidentemente, rigorosamente excluídos a não ser que estejam dispostos a representar o papel ossificado designado para eles nos dramas baseados na realidade como modelos corajosos de ‘ajustamento pessoal, esforço e realização’ (p. 158).

Se, como coloca Morris, os grupos marginalizados/excluídos — e entre eles estão as *pessoas com deficiência*, que precisam, nessa nova ordem social, ser saudáveis, joviais, produtivas, autoconfiantes para serem aceitos — fica fácil, então, “compreender o surgimento, nos últimos anos, de grupos de idosos, portadores de deficiências, grupos de *self care* e movimentos de auto-ajuda, vistos como desafios e resistência à medicalização [...]” (ORTEGA, 2002, p. 160). Na ótica desses grupos, não existiria mais um conceito de doença a ser tratada, mas sim, uma deficiência no sentido de um déficit que deveria ser compensado socialmente. Sendo assim, para Ortega (2002),

[...] os grupos e bio-identidades sociais construídos na biossociabilidade por meio de práticas de bio-

ascese se distinguem precisamente por deficiências a serem compensadas (deficiência da mulher frente ao homem, do negro frente ao branco, do gay frente ao heterossexual, do deficiente físico frente ao indivíduo fisicamente normal, dos velhos frente aos jovens, etc.) (p. 160).

Foram, em alguma medida, esses processos sucessivos que se operaram na sociedade contemporânea que possibilitaram a maioria das *peessoas com deficiência* uma maior visibilidade, saindo, inclusive, do “mundo das sombras”, no qual se encontravam até bem pouco tempo atrás. Elas tornaram-se mais visíveis, hoje, tornando possível vislumbrar as mais variadas formas de apresentação de seus corpos (não como um exibicionismo barato, como acontecia com os bobos da corte). Em outras palavras, quero referir que os corpos das *peessoas com deficiência*, antes excluídos ou repudiados, começam, mesmo que lentamente, a modificar a sua visibilidade, começando a fazer parte de sonhos, desejos, fantasias, tal como é o caso das modelos que fazem parte das reportagens que analiso.

Hoje, essa maior visibilidade, certamente, está associada às novas possibilidades que a biomedicina, a biotecnologia, a microeletrônica, a engenharia genética, entre outros, operaram em benefício da saúde da população em geral, mas que favoreceram (e muito) as *peessoas com deficiência*. Para Tuchermann (1999), “no século XX, a anunciada hibridização natureza-tecnologia surge como uma conquista e não mais como o pecado cultural da aproximação e mistura daquilo que tem diferente natureza” (p. 154). Se antes ficávamos constrangidos ou horrorizados com essa possibilidade, no século XX, “vimos a sedução nos novos corpos que surgiam como realização da promessa tecnológica. Cada vez mais a ciência promoveu a interação das máquinas à natureza ou, se quisermos, do metal (ou do silício) à carne” (Id., ibidem.).

Como podemos constatar na página *Sentidos*, em sua seção “Científico”, nos dias atuais, as *peessoas com deficiência* têm a seu

dispor próteses de braços e mãos com *chips* que lhes permitem uma maior mobilidade; pernas de titânio que são mais resistentes e leves, fazendo com que elas consigam uma melhor adaptação à prótese (muito utilizada pelos atletas paraolímpicos); cadeiras de rodas adaptadas às necessidades das *peessoas com deficiência* (e.g., para o uso diário, participar de competições — como jogar basquete — participar de corridas, dançar etc.); aparelhos auditivos tão pequenos que são quase imperceptíveis; implantes cocleares; transplantes de córneas; tratamentos com células-tronco, entre tantas outras possibilidades que facilitaram (e muito) a vida daqueles que têm condições financeiras e querem se utilizar desses artificios tecnológicos a seu favor⁴². Trago, mais uma vez, o exemplo de Mara Gabrilli⁴³, para exemplificar o que digo, porque em uma de suas reportagens ela diz que está se submetendo a um experimento, realizado no Hospital das Clínicas de São Paulo, com mais vinte e nove (29) voluntários, em que se submete “a um estudo experimental com células-tronco (células que têm a capacidade de se transformar em qualquer tipo de célula) inseridas em pacientes com traumatismo raquimedular”.

Não pretendo, aqui, fazer nenhuma apologia ao uso de qualquer “coisa” que seja, mas apenas atentar para o fato de que o avanço alcançado pelas várias áreas envolvidas, direta ou indiretamente, com o corpo — querendo ou não — promoveram uma melhor inserção social das *peessoas com deficiência* — ao menos, tal como referi, para aqueles que têm recursos para tanto, sejam eles em termos de informação ou recursos econômicos. A partir dessas considerações, é possível perceber o quanto essas práticas ascéticas contemporâneas fizeram com que as *peessoas com deficiências* se submetessem a esse disciplinamento corporal, principalmente se levarmos em conta que a “ascese implica em um processo de subjetivação. Ela constitui um deslocamento de um tipo de subjetividade para outro

42 Devemos reconhecer que todos esses avanços estão à disposição de apenas uma pequena parcela da sociedade brasileira, em virtude dos valores elevados de tais dispositivos tecnológicos.

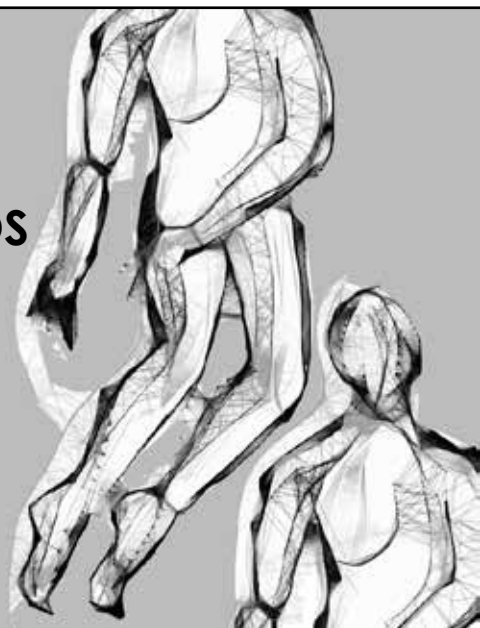
43 Vide nota 42.

tipo, a ser atingido mediante a prática ascética. O asceta oscila entre uma identidade a ser recusada e outra a ser alcançada” (ORTEGA, 2002, p. 141).

Com tantos recursos disponíveis, e crescentemente acessíveis, é possível pensar que as *peessoas com deficiência* queiram ter um corpo saudável, bonito, esteticamente atraente, tal como as novas tecnologias têm prometido. Isso, para que todos vejam que agora *elas têm um corpo* que pode ser visto/apreciado, assim como a sua sexualidade, pois têm a opção de escolher exercer ou não essa sexualidade, exibir ou não esses corpos e não mais (apenas) a marca de uma deficiência incapacitante.

Se antes, tal como nos coloca Tuchermann (1999), elas eram os monstros, os *freaks* que causavam medo, horror, hoje, elas se submetem às mais variadas práticas proporcionadas pelas técnicas biomédicas e, assim, tanto podem se submeter quanto “desafiar sua cultura, integrar-se nela, transcendê-la” (Id., 1999, p. 140) na busca de “seu corpo” ideal/desejado. É isso que parecem fazer as pessoas que aparecem na seção *Talento*. Elas não querem mostrar “o corpo” explorado pelos meios de comunicação de massa (que mesmo para os ditos “normais” é algo praticamente impossível de conseguir), mas sim, o corpo que deixa de ser marcado como limitado/inerte para ser um corpo com outras possibilidades/potencialidades.

**CAPÍTULO IV:
A PÁGINA SENTIDOS
COMO UMA
INSTÂNCIA
PEDAGÓGICA**



SUPERAÇÃO E MATERNIDADE

A deficiência aparece com frequência nas entrevistas e na página *Sentidos*, como algo que precisa estar em evidência, ser marcada/enfatizada. Isso talvez faça parte de um certo processo que visa marcar a superação, e que, reiteradas vezes, aparece, ensinando aos/às leitores/as esse caminho, pelo qual, “inevitavelmente”, precisam passar as *pessoas com deficiência* ou os seus familiares. São discursos e representações presentes no momento em que é apresentada, por exemplo, a pessoa que adquiriu alguma deficiência (seja na adolescência ou vida adulta), enfatizando qual foi o caminho percorrido por ele/a para superar os momentos difíceis pelos quais passou, já que “perdeu algo” que lhe era “muito precioso” (a normalidade antes do evento que o levou à deficiência). Agora, entretanto, precisa conviver com essa “nova pessoa” na qual “se transformou” ou está “se transformando”, alguém que precisa aprender a viver a partir da experiência da deficiência e não apesar dela.

Neste caso em particular (da pessoa que ficou deficiente),

passa a ser muito importante que aquilo que a própria *pessoa com deficiência* diz se materialize, relatando a sua experiência vivida durante esse processo de superação/aceitação da “deficiência”. Isso poderia ser uma das condições para outras *pessoas com deficiência* passarem a se “inspirar” em sua *força de vontade* e continuarem lutando, no sentido de superar as suas impossibilidades físicas, sexuais, profissionais etc. O sujeito passaria, então, a servir de exemplo para outras *pessoas com deficiência* que, por ventura, passarem a se identificar com a sua história/sua causa.

Diferentemente das pessoas que adquiriram a deficiência, quando a própria *pessoa com deficiência* passa a ser o exemplo, expressando as suas superações, a pessoa que nasceu ou adquiriu a deficiência na infância, esse exemplo passa a ser também, de sua família, uma vez que, se a pessoa nasceu com a deficiência ou adquiriu-a ainda muito pequena, é a família quem tenta, junto com a *criança com deficiência*, nos primeiros anos de sua vida, superar esses momentos tidos como mais difíceis. Esse é o caso em que eles (os pais) têm que escolher quais serão os profissionais ou os tratamentos que essa criança deve fazer ou frequentar. Isso faz com que os familiares (na maioria das vezes, é a mãe quem assume esse papel) passem a assumir toda e qualquer responsabilidade nesse processo de superação em nome da *pessoa com deficiência*, até que ela possa ter uma vida independente e possa, ela mesma, manifestar-se⁴⁴.

Tal processo elege, assim, como no caso das entrevistas, uma representação acerca de qual deve ser o papel da família e, em especial, o da mãe da *pessoa com deficiência*. A mãe, nessas reportagens, pode ser representada como aquela que ajuda a filha na escola, ao fazer a adaptação do material didático quando esses são só visuais, como é o caso de Emmanuella⁴⁵, a qual relata ter sempre

44 Mesmo reconhecendo a existência de alguns casos bem específicos, em que a *pessoa com deficiência* praticamente depende continuamente de seus familiares/mães, como é o caso de algumas pessoas que possuem deficiência múltipla.

45 Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=3424&codtip=2&subcat=54canal=talento>>. Acesso em: 2 dez. 2004.

freqüentado escolas regulares e que era sua mãe quem via as figuras das cartilhas que ela utilizava e as adaptava, colocando, por exemplo, cascas e folhas de árvores, miniaturas de carros, bonecos etc., de forma que ela pudesse senti-los através do tato. Outra representação é aquela da mãe que acredita sempre nas possibilidades de seu filho, como é o caso da mãe de André⁴⁶, que, na medida do possível, sempre fez a vontade dele, pois a intenção era incentivá-lo a agir como uma criança dita “normal”. Existe, também, a representação da mãe, amiga, companheira, sempre perto ajudando a superar momentos difíceis, como é o caso da mãe de Rita de Cássia⁴⁷, que pedia para ela não desistir de frequentar as salas de bate-papo na Internet (isso porque, ao entrar nesses *chats* e revelar que era deficiente, Rita sempre ouvia brincadeiras de mau gosto e era desprezada pelos internautas). Sua mãe pedia que ela enfrentasse a situação, incentivando-a a continuar com a conversa. Essas representações de mãe abnegada, dedicada, super-protetora, amiga, em alguma medida, podem também ser muito problemáticas. Para exemplificar esse aspecto, trago um excerto de uma das entrevistas analisadas por mim, quando um entrevistado, ao explicar, em um determinado momento de sua entrevista, que acredita ser muito difícil a relação entre pais e crianças com deficiência visual, diz que,

[...] se existe uma criança com qualquer tipo de deficiência na família, a mãe e o pai, mas geralmente a mãe, que é mais próxima da criança, começam a ser encarados pelas pessoas como verdadeiros heróis. Cria-se aquela ideia terrível, ‘oh, que mãe mais devotada, cuida daquela criança tão defeituosa!’ [...].

Reconheço que o exposto não acontece somente com as mães que têm filhos com deficiência visual, já que em outras entrevistas

46 Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=3495&codtipo=2&subcat=54&canal=talento>>. Acesso em: 2 dez. 2004

47 Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=4134&codtipo=2&subcat=54&canal=talento>>. Acesso em: 2 dez. 2004.

aparece esse papel da mãe como a responsável pela educação e cuidado do/a filho/a com deficiência (como vimos anteriormente), passando a construir representações que acabam por posicionar e regular as formas de ser mãe no interior das várias culturas. Mas, ao mesmo tempo em que esses discursos “cobram” essas representações “naturalizadas” de mães abnegadas, cuidadosas, também trazem para elas um complicador, tal como nos salienta o entrevistado anterior, complementando o seu relato, ao dizer que

essa reação, muito comum, das pessoas diante da mãe, acaba fazendo com que ela se torne o centro das atenções nos lugares onde ela vai e da sociedade que a cerca. E o que é que acontece por causa disso? Cria-se um bloqueio. Inconscientemente, a mãe não quer que a criança voe porque se a criança voar, ela vai perder esse status de supermãe.

Como já coloquei anteriormente, esse *status de supermãe* não aparece por acaso nesse excerto e nas entrevistas, porque elas estão intimamente ligadas às representações que se encontram ossificadas nas sociedades de uma maneira geral (por meio das mídias, da ciência, entre outros) sobre a representação do que é ser mãe. Isso se deve ao fato desses discursos passarem a “posicionar a mulher (categoria então essencializada e universalizada) como sendo, por natureza, uma criatura generosa, abnegada e instintivamente mãe, disposta a qualquer sacrifício por sua cria [...]” (MEYER, 2000, p. 124). Esse sacrifício de que nos fala a autora e esse *status de supermãe* de que nos fala o entrevistado, demonstram os contra-sensos existentes entre o “desejo naturalizado” da mulher querer assumir o papel materno — por cuidar, proteger e zelar por seu/sua filho/a — e sua reprovação no momento em que essa maternidade torna-se alvo de seu próprio desejo, por não querer deixar que seu/sua filho/a tenha o governo de sua vida.

Ao trazer o conceito de representação cultural para problematizar as representações circulantes de maternidade, Meyer

(2000) diz que, “as representações que significam e inscrevem a maternidade no corpo (e na ‘alma’!) da mulher, em diferentes espaços e tempos, são, ao mesmo tempo, incapazes de fixar nele, de uma vez para sempre, um conjunto verdadeiro, definido e homogêneo de marcas e sentidos” (p. 120). Ainda, segundo ela,

para além disso, todas as representações de mulher, maternidade [...] produzem sentidos que funcionam competindo entre si, deslocando, acentuando ou suprimindo convergências, conflitos e divergências entre diferentes discursos e identidades; mas são algumas delas que, dentro de determinadas configurações de poder, acabam se revestindo de autoridade científica ou se transformando em senso comum, a tal ponto que deixamos de reconhecê-las como representações. É assim que uma delas passa a funcionar, num determinado contexto sócio-histórico e cultural, como sendo a melhor ou verdadeira maternidade, aquela que se transforma em referência das ações assistenciais e educativas [...] e a partir da qual outras maternidades são classificadas e valoradas (p. 120-121).

Essa representação da “verdadeira maternidade” de que nos fala a autora, e que parece ser seguida pelas mães das *pessoas com deficiência*, fica exemplificada nas reportagens e entrevistas como relatado anteriormente, mas também é reforçado quando essas mães aparecem ao lado de seus/suas filhos/as em pequenas fotografias. Esse conjunto articulado de foto e texto escrito, formando um único texto, ensina, assim, que a “verdadeira mãe” é aquela que está sempre ao lado de seus filhos/as, independentemente deles/as terem ou não uma deficiência. Contudo, ao mesmo tempo em que essas imagens/representações visuais aparecem, sugerindo-nos que a mãe é alguém que precisa ser zelosa, cuidadosa, os textos escritos acrescentam que a “verdadeira mãe” também precisa deixar seu/sua filho/a “voar”, pois

só assim ela estará cumprindo o seu papel, que é o de criar, educar e “encaminhar” para que possam seguir sozinhos suas próprias vidas (embora existam exceções). Isso significa dizer que a “verdadeira mãe” é aquela que não se excede em seus cuidados, aprende a ser comedida e prudente com a educação dos filhos.

Devo salientar que, não são somente as mães de filhos com deficiência que aparecem na página *Sentidos*. Nelas também são apresentadas mulheres com deficiência que foram ou querem ser mães, as quais também passam a servir de exemplo para as outras mulheres, com ou sem deficiência, que acessam essas entrevistas. Isso porque nelas são apresentadas as dificuldades (ou não) que precisaram ser enfrentadas por aquelas mulheres ali representadas e que querem realizar ou realizaram o sonho de ser mãe. Um exemplo disso está presente no trecho que reproduzo a seguir, no qual Andréa Navarro⁴⁸ expõe o constrangimento sofrido pelo fato dela querer ser mãe: “[...] as pessoas me olhavam surpresas na rua como se pensassem: como ela tem coragem de engravidar? Como ela vai cuidar de um bebê? Isto magoa muito, mas eu sei o que posso fazer”. Andréa refere que “o desejo de ser mãe era algo acalentado desde o tempo de namoro com Sérgio (seu marido)”.

Andréa parece ter se tornado culpada pela própria deficiência, tal como observa o/a entrevistador/a ao referir que: “[...] alguns duvidavam de sua capacidade de cuidar sozinha da casa e, com a gravidez, de poder cuidar do bebê, devido à sua deficiência física [...]”. Isso porque ela ousou transgredir as fronteiras dos saberes instituídos pelos especialistas de diferentes áreas (como, por exemplo, médicos, psiquiatras, psicólogos) ao querer ser mãe. Cabe aqui trazer as palavras de Meyer (2000), quando ela diz que “as práticas de significação e os processos simbólicos, através dos quais os sentidos de maternidade são construídos envolvem, portanto, relações de poder: o poder de nomear, descrever, classificar, identificar, por exemplo, jeitos de ser mulher e

48 Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=3899&codtip=2&subcat=54canal=talento>>. Acesso em: 2 dez. 2004.

mãe” (p. 121).

Os profissionais citados anteriormente, bem como a sociedade, se valem de seus saberes para justificar o motivo pelo qual Andréa e outras mulheres com deficiência não deveriam ser mães. Isso porque, “identificada [por eles] como função social, a maternidade, é, simultaneamente, um destino, porque observada como um acontecimento natural, e um desafio, porque prescinde de preparação física e emocional” (GOELLNER, 2000, p. 85). A ausência de um desses pré-requisitos faria com que Andréa fosse reprovada em um desses itens; preparo emocional ela até poderia ter, mas, para os especialistas e a sociedade, ela não estaria apta para ser mãe, mesmo tendo condições físicas para isso. Isso se deve ao fato de “ao ser mitificada como um modelo de mulher a ser aprovado e imitado, a representação da mulher-mãe, [...], vai hegemonizando condutas e comportamentos, a partir do qual são consideradas anormais as identidades desviantes” (Id., 2000, p. 87). Esse seria o caso de algumas mulheres com deficiência que, por não se encaixarem nessa representação de mulher-mãe ideal, devido à sua constituição física ou mental, não corresponderiam ao preconizado pela sociedade como um corpo ideal de mulher. Como temos observado, atualmente, “ser feminina é ser, também, saudável e bela, para cumprir os desígnios de seu sexo: casamento e procriação” (Id., 2000, p. 89).

É possível observar, na entrevista de Andréa (quando ela fala dos olhares censurantes das pessoas com relação à sua gravidez), as marcas de um olhar exterior, que fala e representa o outro marcado e discriminado pela “norma” de uma cultura que privilegia aquele que é percebido como o “normal” e exclui aquele considerado “anormal” (como é o caso das mulheres com deficiência que querem ser mães). Assim, acredito que um dos caminhos a considerarmos numa análise que procura tensionar tais olhares deve, precisamente, discutir as políticas de representação (tal como estou procurando fazer), isto é, como os corpos e as sexualidades das *pessoas com deficiência* são construídos a partir de uma dita “normalidade”. Essa normalidade tem constituído um conjunto de comportamentos na sociedade, os quais dão status de

realidade a determinadas “verdades” acerca de como devem ser as condutas dos indivíduos (tal como no caso das mulheres que querem ser mães que, independentemente de serem ou não deficientes, precisam seguir um modelo de “maternidade padrão” que vigora socialmente).

Para Silva (2004), as diferentes representações que o discurso coloca em circulação definem “não apenas a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser” (p. 134). Isso acontece de tal modo que, ao nos referirmos a algo ou alguém, estamos imprimindo nele/a um significado, ou seja, significando-o, e, com isso, constituímos e construímos sobre ele/a determinadas representações que passam a definir quais serão os espaços e os lugares que esses/as deverão ocupar nessa sociedade. Tal operação estabelece, inclusive, como no caso de Andréia, se ela tem legitimidade/direito, com sua constituição física, de ter filhos ou não, e mesmo se tem condições de criá-los e educá-los.

Ao mesmo tempo, a atitude de Andréia ao engravidar pode, talvez, ser vista como uma tentativa de romper com esses códigos tradicionais ou normas estabelecidas sobre a mulher e “mãe com deficiência”. Isso se deve ao fato de tal atitude, assumida por ela, poder, por exemplo, tensionar as representações existentes de que elas são mulheres desprovidas de autonomia para cuidar de si, estando, portanto, também limitadas ou impossibilitadas de ter ou cuidar dos filhos.

UM CORPO QUE NÃO PODE FICAR PARADO

Embora reconheçamos que algumas características são geneticamente determinadas, parece haver, junto ou para além disso um conjunto de traços, marcas, características, que são atribuídos a ele por nossos familiares (ao imaginarem como será a cor de nossos olhos, cabelos, pele, nossos modos de ser e agir futuros etc). Desde que nascemos, passamos por uma série de exames em que somos medidos, avaliados, pesados, para que, ao final, possamos ser considerados “aptos” ao convívio social, ou seja, considerados “perfeitos”. Nascemos sem nenhuma veste, mas, aos poucos, além de roupas, somos (con)formados

por nossa cultura, seus valores, normas, regras, tabus etc. São enfim, os códigos e convenções sociais que nos ditam como devemos “cuidar deste corpo”. Nesse sentido, é possível citar Fraga (2000), quando ele diz que, “o corpo é resultado provisório de diversas pedagogias que o conformam em determinadas épocas” (p. 98).

Perceber essa multiplicidade de discursos que nos acessam diariamente — e entre eles se encontram os midiáticos que, em suas narrativas, muitas vezes, nos dizem como deve ser nosso corpo, dentre tantos outros — é também entender como esse conjunto de discursos se utiliza de várias articulações para representar/produzir diferentes posições de sujeitos. Uma dessas articulações é precisamente como a mídia, na contemporaneidade, tem funcionado como uma instância pedagógica. É isso que podemos depreender da seguinte citação de Fischer (1997) ao dizer que,

[...] as diversas modalidades enunciativas (tipos de gêneros específicos de enunciação audiovisual) dos diferentes meios e produtos de comunicação e informação – televisão, jornal, revistas, peças publicitárias – parecem afirmar em nosso tempo o estatuto da mídia não só como veiculadora, mas também como produtora de saberes e formas especializadas de comunicar e de produzir sujeitos, assumindo nesse sentido uma função nitidamente pedagógica (p. 61).

A mídia parece ser, hoje, um dos artefatos da cultura que colabora intensamente na constituição do sujeito contemporâneo. Os diferentes programas frequentemente apresentados na mídia parecem supor que precisamos, constantemente, aprender ou saber “o que fazer com cada parte de nosso corpo, [...]” (FISCHER, 2001, p. 49). Podemos dizer que, além da mídia, os corpos também são construídos pela religião, sociedade, medicina, e que, nessas instâncias, eles são “idealizados” por discursos que enfatizam a norma.

Tal norma inviabiliza os corpos que não atendem um dado

padrão, ou talvez, mais corretamente, nega ou silencia tais corpos, de modo que a beleza, por exemplo, parece não poder constituí-los. Isso começou a ser modificado no final do século XX, com o avanço da medicina e das novas tecnologias para a obtenção de um corpo “perfeito”, bem como com a procura por “fórmulas milagrosas” (cirurgias plásticas, lipoaspiração etc.), com a premissa de “que atinjamos (ou que pelo menos desejemos muito) um modo determinado de sermos belos e belas, magros, atletas, saudáveis, eternos” (ibid). Alguns autores têm destacado que os corpos têm sido “desmembrados”, para que fique mais fácil falar deles, de tal modo que eles parecem ser mais um objeto do que um “todo” (este “todo”, entendido, sempre, como uma representação; o “todo” é sempre uma invenção) que forma/constitui os seres humanos. Isso tanto acontece com os corpos ditos “normais” quanto com aqueles ditos “fora da norma”.

Nos dias atuais, mesmo aqueles/as que não possuem esse corpo tão “ideal/perfeito” explorado pelos meios de comunicação, começaram a ter uma maior visibilidade. Isso se deve ao fato de que agora eles também podem/querem exibir os seus corpos, mostrando que, mesmo não possuindo os corpos esculpido pelos padrões de beleza impostos, eles podem ser atraentes, desejados ou cobiçados. Esse é o caso das *pessoas com deficiência* que se encontram nas reportagens que analiso da seção *Talento*. É possível observar que algo parece começar a ser modificado em relação aos corpos das *pessoas com deficiência*. Esses “corpos diferentes” começam a aparecer mais repetidamente em lugares de nosso convívio diário, nos meios de comunicação de massa (revistas, jornais, Internet, programas de televisão etc.) e, mais do que isso, as próprias *pessoas com deficiência* passaram a buscar e a reivindicar seus “direitos” em relação a esses corpos e a essas sexualidades.

Acredito, como já referi, que isso se deve ao processo de inclusão social que ganhou grande visibilidade nas últimas décadas e que, em pleno século XXI, parece ter se transformado quase que em um “modismo”. Mas não é só isso, também acredito que tal visibilidade tem a ver com os avanços da biomedicina, da biotecnologia, da

microeletrônica, da engenharia genética, entre outros. Apesar disso, devo reconhecer que tal visibilidade ainda é bastante desproporcional, se comparada às aparições e à circulação dos corpos ditos ideais/perfeitos/desejados. Isso porque, se as representações dos não-deficientes já os posicionam, frequentemente, de modo negativo (se não corresponderem ao padrão de beleza vigente), o que dizer, então, daqueles que apresentam alguma deficiência (seja ela qual for), quando comparados ao padrão de normalidade e beleza presentes em nossa sociedade? Essas são marcas que, mesmo sendo “visíveis ou invisíveis”, passam a fazer parte desses corpos e sexualidades das *pessoas com deficiência*, as quais, “mesmo não se mostrando como cicatrizes visíveis na pele, podem constranger, maravilhar, capturar ou condoer ao/a que olha” (SANTOS, 1997, p. 86). Sendo assim, podemos dizer, trazendo as contribuições de Louro (1999) também para o campo de discussão das *pessoas com deficiência*, que os seus corpos “são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados” (p. 14).

Mesmo que lentamente, as *pessoas com deficiência* começam a reivindicar espaços e a possibilidade de participar de atividades em que seus corpos começam a ser exibidos, olhados e observados (como os corpos das modelos a que me referi nessa dissertação), não mais apenas como corpos de pessoas frágeis, inertes ou incapacitadas, mas, também, como pessoas ativas, saudáveis e com energia suficiente para desempenhar qualquer atividade, dentro de suas possibilidades/potencialidades, tal como qualquer outra. Isso se expressa com tal força com relação às *pessoas com deficiência* que essa nova “energia/atitude” que começa a “emanar” dessas disposições parece querer “solicitar” uma nova representação corporal desses corpos.

A seção *Talento* procura apresentar e ensinar a todos/as aqueles/as que a acessem (por meio de suas entrevistas) as várias maneiras pelas quais as pessoas ali entrevistadas superaram/superam a si mesmas (mostrando exemplos de pessoas que não se deixaram abater pelo fato de terem uma deficiência, mesmo que isso tenha ocorrido em um primeiro momento). As entrevistas buscam apresentar as *pessoas*

com deficiência como pessoas que descobriram quais são as suas possibilidades e potencialidades.

Esse é o caso do excerto a seguir, em que Emanuella⁴⁹ diz o seguinte: “eu pratico coisas do tipo Rapel, Escalada e, quando vejo que não vou dar conta de alguma coisa, eu falo, sem problemas. O deficiente não precisa achar que tem que fazer tudo, isto é errado. Todos têm limitações e é preciso conhecer seus próprios limites”. E ela continua o seu relato, lembrando aspectos de sua infância, dizendo que: “eu queria andar de bicicleta e meus pais sabiam que eu ia cair, mas não me impediam, pois achavam que eu precisava aprender sozinha a reconhecer o que poderia ou não fazer”. Foi assim que Emmanuella diz ter aprendido a reconhecer seus limites.

Acredito que é importante reafirmar que, no relato de Emmanuella, não é só o limite que ela diz ter aprendido a reconhecer que é importante, mas, sim, o fato dela ter descoberto quais eram as suas possibilidades e potencialidades, pois foi ao tentar fazer algumas coisas (em um primeiro momento consideradas impossíveis para uma *pessoa com deficiência* visual) que ela percebeu o que poderia ou não fazer (como ela mesma salientou em seu relato).

Assim como aconteceu com Emmanuella, talvez tenha sido essa descoberta de possibilidades e potencialidades que fez com que Luiz Alberto⁵⁰, praticasse um esporte considerado por muitos como incompatível com alguém que apresente deficiência visual. Na entrevista realizada com ele, por exemplo, encontramos a seguinte apresentação do entrevistador:

Luiz Alberto pratica um esporte não muito conhecido para quem vive nas cidades: o enduro equestre. Trata-se de uma modalidade de equitação que mescla resistência e estratégia - cavalo e

49 Vide nota 46.

50 Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=1919&codti po=2&subcat=54& canal=talento>>: Acesso em: 2 dez. 2004.

cavaleiro devem percorrer trajetos de distância e, em alguns casos, tempo determinados; provas que exigem raciocínio, além de velocidade - e que requer, acima de tudo, um profundo conhecimento do animal.

Um dos pontos preponderantes a se considerar nas entrevistas e, principalmente, na página *Sentidos*, parece ser o destaque atribuído à prática de algum tipo de esporte ou exercício físico pelas *pessoas com deficiência* (assim como foi apresentado nos relatos de Emmanuela e Luiz Alberto). Isso também aparece na entrevista de Fabiano⁵¹ que, mesmo sentindo muitas dificuldades para circular com sua cadeira de rodas, continuava praticando vários exercícios. Como ele mesmo diz, “minha cadeira de rodas parecia pesar 500 quilos, por mais exercícios que eu fizesse, alongamentos, natação, caminhadas na barra paralela, exercícios com peso, nada resolvia o problema que tinha para tocar minha cadeira”.

Ele parece dizer aos leitores/as da seção que nem mesmo o fato de sentir dificuldades ou dores é motivo para que eles deixem de se exercitar. Ele enfatiza, nesses casos, o seu exemplo, destacando que é preciso “achar uma solução”. Para ele, a solução veio quando ele participou de um Congresso de Reabilitação na Europa e conheceu as primeiras bicicletas adaptadas para as pessoas que usam cadeiras de rodas, ou seja, a *handbicke*. Como ele mesmo coloca, a prática da *handbicke* é considerada,

um esporte, mas é principalmente uma forma de solucionar vários problemas que estar em uma cadeira de rodas ocasionam. Você está sempre se exercitando, o corpo fica bonito, sarado, melhora a condição respiratória, facilita o funcionamento intestinal. Como aumenta o metabolismo, favorece o bom equilíbrio do corpo como um todo. Para

51 Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=1057&codipo=2&subcat=54&canal=talento>>. Acesso em: 2 dez. 2004.

mim e para muitos técnicos é um tipo de esporte que dá ganhos fisioterápicos e psicológicos⁵².

Como vimos nesses relatos apresentados, parece importante que as *peessoas com deficiência* sejam representadas/apresentadas como pessoas que não se intimidam diante de qualquer obstáculo que possa aparecer. Uma das estratégias empregadas pela *Página* é apresentar por meio de seus exemplos - como também acontece para as pessoas não deficientes - que as *peessoas com deficiência* também se preocupam em ter um corpo o mais próximo possível do que é considerado saudável e belo.

São representações que, em sua maioria, são apresentadas a todos nós ditos não deficientes e que, possivelmente, também interpelam as *peessoas com deficiência*. Isso é feito através das várias matérias e programas veiculados, principalmente pela mídia televisiva, com especial intensidade pela Internet (porque há a possibilidade de encontrarmos na Internet praticamente as mesmas coisas que são apresentadas nos canais de televisão), os quais apresentam desfiles de moda (e.g., com alguns modelos deficientes), desfiles de carnaval (e.g., com alas para cadeirantes), Olimpíadas (e.g., Paraolimpíadas), entre outros, em que os corpos das *peessoas com deficiência* também passam a ser “vendidos”/apresentados a nós e às outras *peessoas com deficiência* como o modelo de corpo, que as *peessoas com deficiência* devem querer ter ou pelo menos, tentar, ao máximo, se aproximar dele (um corpo que precisa ter expressividade). Nesse sentido, Kellner (2001) salienta que

o rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles” (p. 9).

52 Vide nota 51.

Não quero aqui fazer nenhum juízo de valor (no sentido de dizer se isso é bom ou ruim), mas atentar para o fato de que hoje, com essa visibilidade que as *peessoas com deficiência* estão adquirindo, elas também passam a ser – e talvez sempre tenham sido –interpeladas por certos padrões de beleza, tanto quanto as pessoas ditas não deficientes que estão (ou são consideradas como) fora dos padrões estabelecidos.

Esse processo não deixaria de ser a maneira como vamos incorporando representações que passam a regular nossos corpos e o dos outros — as *peessoas com deficiência* — que se traduzem em hábitos, gestos, condutas sexuais etc. Representações que vão formando uma dita realidade/verdade daquilo que é aceito ou proibido na sociedade. Como diz Santos (1997), ao se referir a Dyer, “tratamos os outros a partir daquilo que ‘vemos’ e tais visões são instituídas pela representação” (p. 92). Em alguma medida, isso não deixa de ser o que acontece com as *peessoas com deficiência* na atualidade, porque elas estão procurando ser vistas a partir de outras representações, diferentes daquelas que, até bem pouco tempo atrás, as representavam.

Em outros momentos históricos (mesmo que ainda hoje isso possa acontecer), as *peessoas com deficiência* estavam “enclausuradas” nos hospitais psiquiátricos, nos asilos, nos manicômios, sendo-lhes negada a possibilidade de exibirem seus corpos e expressarem as suas sexualidades aos olhos da sociedade. Hoje, podemos dizer que não são apenas os médicos, os psiquiatras, os psicólogos que lançam olhares perspicazes sobre as *peessoas com deficiência*. A partir das perspectivas inclusivas — e, conseqüentemente, a maior visibilidade das *peessoas com deficiência* — faz com que toda a sociedade passe a olhar, ler e interpretar as *peessoas com deficiência*, tomando-as como parâmetros de seus gestos, falas, atitudes.

Em outras palavras, o corpo da *pessoa com deficiência* passa a falar, a ser visto, a ter, enfim, expressividade. Esses modos de olhar passam a instituir uma série de significados, de modo a dar sentido àquilo que as *peessoas com deficiência* querem mostrar/apresentar (praticam esportes, trabalham, estudam, namoram etc.). Um dos entrevistados

da seção *Talento*, Gilberto Staniesk⁵³ (autor de um livro que fala sobre a sexualidade das *pessoas com deficiência*), fala como gostaria que as pessoas que lessem seu livro o vissem: “[...] quero mais é que as pessoas leiam e me vejam como uma pessoa normal, com seus medos, inseguranças, desejos, fantasias [...]”.

Talvez essa visibilidade, juntamente com os processos inclusivos, seja resultado de uma estratégia que faz parte de uma *vontade de saber* da sociedade contemporânea, no sentido de fazer a *pessoa com deficiência* falar de si, assim como acontece com outros relatos que apresento nesta dissertação, em que elas dizem o que supostamente a sociedade teria curiosidade de saber sobre elas. Tal estratégia as incitaria a nos contar, mostrar e falar mais coisas de/sobre si. Embora existisse a curiosidade, essas eram coisas acerca das quais não poderíamos perguntar e, tampouco elas (as *pessoas com deficiência*) poderiam nos contar/falar.

A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ALGO A SE PENSAR

Ao iniciar esta seção, adoto o relato de Fabiano Puhlmann⁵⁴, quando fala sobre sua vida e sua sexualidade e como tais questões o levaram a se especializar na temática sexualidade das *pessoas com deficiência* (ele é psicólogo e educador sexual, especialista em reabilitação de *pessoas com deficiência*). Nas suas palavras, “a verdade nua e crua é que, como todo mundo, eu fui criado com preconceitos sobre a sexualidade. Nasci em uma família onde o sexo sempre foi visto com dificuldade — a família é sempre tão sagrada que é difícil romper com seus valores [...]”.

Assim como aconteceu com Fabiano, para uma parcela bem significativa dos pais, falar sobre a sexualidade de/com seus filhos

53 Disponível em <<http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=4422&codtipos=2&subcat=54&canal=talento>> Acesso em: 2 dez. 2004.

54 Vide nota nº 52.

ditos “normais” não parece algo tão confortável – e parece ser ainda mais difícil quando se refere a pais que têm filhos/as com deficiência. Segundo os entendimentos de algumas vertentes da Biologia e, principalmente, da Psicologia, podemos dizer que, mesmo esse período sendo muito importante para os filhos e seus pais (já que é o momento de rever e repensar velhos e novos tabus, crenças e mitos referentes ao corpo e à sexualidade), parece difícil para ambos vivenciarem esse momento, de muitas dúvidas. Além disso, o corpo do adolescente muda muito depressa e a condição emocional também. O “corpo físico” começa a “acordar para a vida adulta” e o adolescente, vivendo esse momento, tenta colocar-se de forma “equilibrada/normalizada” nesse novo ciclo de vida, sendo esse um momento de descobertas desse “novo corpo sexual” que começa a se constituir.

Isso poderia ser exemplificado pelo relato de Rita de Cássia⁵⁵ (mesmo sendo uma *pessoa com deficiência*, não deixou de ter os mesmos sonhos e desejos de qualquer outro jovem de sua idade — tal como preconiza a Psicologia) que, embora tendo dificuldades em frequentar as salas de bate-papo na Internet, não desistiu de “encontrar alguém especial que tocasse seu coração para juntos construir[em] um relacionamento, envolvendo um sentimento mais forte, como o amor”. A própria Rita expressa, nesse mesmo texto, sua felicidade e ansiedade com a proximidade do casamento, dizendo que espera que “a vida a dois seja ‘repleta de harmonia e amor em uma família unida e feliz’”.

Como vimos, para a Psicologia, esses processos pelos quais todos nós deveríamos passar na adolescência seriam processos biológicos, portanto, “naturais”, datados, marcados, ou seja, inscritos nos próprios corpos, de tal maneira que não teríamos muitas opções a não ser aceitar essas mudanças da melhor maneira possível. Mas, se adotarmos uma análise pós-crítica, tal como esta na qual estou inserida, poderemos dizer que, assim como o corpo, a sexualidade também deixa de ser concebida pela natureza, algo que “possuímos

55 Os excertos que se encontram nesse parágrafo foram retirados da entrevista da nota nº 48.

naturalmente”, tornando-se também construída histórica e socialmente. Isto é, ela não é mais apenas algo “inerente ao ser humano e ancorado no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma” (LOURO, 1999, p. 11).

Isso poderia corroborar com o relato de Fabiano, uma vez que cada cultura e família passaria, então, a “imprimir e fabricar” determinadas representações sobre esses corpos e, conseqüentemente, sobre a sexualidade das *pessoas com deficiência* (mas, não só deles), atuando, assim, na manutenção de muitos dispositivos⁵⁶ que atuam na ordenação e controle da vida social e individual dos sujeitos. Tal processo faria com que o reconhecimento do corpo e o exercício da sexualidade das *pessoas com deficiência* passassem ou não a ser aceitos por eles, por suas famílias e sociedade de uma maneira geral. “É nesse dispositivo que os sujeitos são fabricados (e se fabricam) como homem e mulher. Nele aprendem a reconhecer as ‘verdadeiras’ condutas, prazeres e desejos em meio a diferentes possibilidades de exercer sua sexualidade” (FRAGA, 2000, p. 133).

Esses dispositivos são criados (como os discursos médicos, da religião, das próprias famílias das *pessoas com deficiência*, como aparece no relato de Fabiano etc.) e persistem permeados por representações, pela não aceitação de que possam existir nas *pessoas com deficiência*, desejos e busca do prazer, assim como em qualquer outro indivíduo. Prazer este em que se articulariam os elementos ligados à sensibilidade e à sensualidade das *pessoas com deficiência*, que não deve mais ser visto como um “instinto naturalizado” (seres ora assexuados, ora hipersexuados), tal como frequentemente são representados esses corpos. Antes, a sexualidade e o prazer, vistos como construções sociais, estão permitindo que novas ações discursivas passem a circular e provoquem outros “efeitos” entre as *pessoas com*

56 O termo dispositivo, na concepção de Foucault (2004), deve ser entendido como um modo de “demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, [...] enunciados científicos [...]. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (p. 244).

deficiência, uma vez que, ao que parece, elas estariam/estão começando a modificar as relações que elas mesmas têm com o seu corpo e a sua sexualidade.

Como sugere Louro (2004), se antigamente somente a medicina, a religião e o Estado exerciam a autoridade e tinham legitimidade para falar da sexualidade da população, nos dias de hoje, outras instâncias e outros grupos organizados reivindicam esse direito. Como exemplo disso, a autora destaca que “hoje as chamadas ‘minorias’ sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores” (Id., 2004, p. 27-28), na busca de espaços/lugares para que possam se expressar.

Um desses espaços, no qual as próprias *pessoas com deficiência* conseguiriam se expressar, poderia ser a própria página *Sentidos* e, em especial, a seção *Talento*, já que ali elas poderiam falar sobre a sua sexualidade “livremente”. Isso se refletiu, por exemplo, na realização do “1º Fórum sobre sexualidade no SENTIDOS”, que teve como apresentador/moderador um dos entrevistados das reportagens que analiso — Fabiano Puhmann. Esse Fórum (sobre sexualidade), que apresentou um título muito sugestivo, qual seja, “Nós também gostamos...” e que foi realizado virtualmente (na Internet) em uma sala de bate-papo, fez com que esse momento (a realização do Fórum), como a própria reportagem destaca, se transformasse em “um novo canal de informação e discussão entre a comunidade e os PPDs” (sigla utilizada pela página que significa Pessoas Portadoras de Deficiências)⁵⁷.

É possível dizer que essa expressividade e essa liberdade que buscam as *pessoas com deficiência* nesse espaço da Internet (página *Sentidos*), é atravessada por algumas questões que acredito serem importantes destacar. Entre elas está o fato de o apresentador/moderador do Fórum ser um Psicólogo, que é também uma *pessoa com*

57 Disponível em < <http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=1096&codtip=2&subcat=50&canal=saudavel>> Acesso em: 8 dez. 2004.

deficiência. Além da legitimidade já impressa pela formação acadêmica – afinal ele é um psicólogo – é preciso destacar que ele “conhece” a temática, por ser uma *pessoa com deficiência*. Em outras palavras, ele é alguém que está autorizado a falar sobre e para as demais *pessoas com deficiência*.

Tal legitimidade fez com que as pessoas participantes do referido Fórum e que, por ventura, tivessem alguma deficiência ou que, de alguma maneira, estivessem envolvidas com as questões ali apresentadas (caso de esposas, maridos, mães, irmãos/as etc.) sentissem segurança. Essa legitimidade ainda poderia ser entendida como uma maneira que a *Página* encontrou para se legitimar, pois poderíamos pensar que seria por meio desse Fórum que ela (a *Página*) ensinaria às *pessoas com deficiência* e à comunidade (como colocado no excerto) como elas poderiam esclarecer as suas dúvidas e questionamentos referentes à sexualidade das *pessoas com deficiência*. O reforço de tal posição pode ser encontrado na fala de Fabiano, quando ele diz que, “é de fundamental importância que questões como essa sejam levadas à tona de forma ética e profissional, e esclarecidas sem censuras, tabus, medos, inseguranças, falso moralismo, assistencialismo, ou pieguismo”.

Outra questão a destacar é que a *Página* é um espaço de legitimação da *pessoa com deficiência*, dando-lhe espaço, voz e visibilidade. Mesmo sendo virtual, as *pessoas com deficiência* podem dizer “Nós também gostamos...” de fazer sexo, de namorar, de praticar esportes, de nos fazer bonitos, de dizer o que sentimos etc. Em termos de sexualidade, o que parece acontecer na seção *Talento*, e em especial com as próprias *pessoas com deficiência* ali apresentadas, é que elas parecem dizer o quanto a sua sexualidade começa a deixar de ser algo proibido, que não podia ser visto, falado, desejado. Em outras palavras, parece que a *Página* e mesmo a Internet, num sentido mais amplo, permitiram que as *pessoas com deficiência* se expressassem de um outro modo, falando mais delas mesmas do que sendo faladas, ou mesmo podendo contestar, através da mesma instância, aquilo que se diz sobre elas.

Como veículo de comunicação, a Internet permitiu que as *peessoas com deficiência* “encontrassem” mais facilmente, mesmo sem sair do lugar, inúmeras outras pessoas com diferentes tipos de deficiências. Nesse sentido, penso que é possível dizer que este momento (em que as possibilidades técnicas oferecidas por esse meio de comunicação – a Internet), junto às discussões que aconteceram nas últimas décadas relativamente à inclusão, é que possibilita que as *peessoas com deficiência* (tal como aquelas apresentadas na seção *Talento*) possam falar de seus corpos e de suas sexualidades como novidades, como algo que só agora começa a acontecer. Penso que isso permitiu que eles falassem “por si” e, ao fazerem isso, começaram, quiçá, a mudar também o modo como os vemos, falamos e pensamos.

A seção *Talento* e a página *Sentidos*, de modo geral, mostram que as *peessoas com deficiência* podem falar por si mesmas e têm muito a dizer sobre deficiência e sobre os temas a ela associados. Em termos de sexualidade é possível dizer que elas passaram a requerer lugares e espaços que antes não eram ocupados ou não podiam ser (talvez) ocupados por elas com a mesma “facilidade/aceitação” que hoje acontece.

Apesar de todos esses indícios de que as *peessoas com deficiência* estão (mesmo que lentamente) começando a modificar alguns dos discursos e representações que até bem pouco tempo atrás existiam com relação à sua sexualidade, não posso deixar de destacar que muitos desses discursos e representações, que enfatizam a “anormalidade” da sexualidade das *peessoas com deficiência* ainda estão presentes em várias das entrevistas analisadas e mesmo nas falas de alguns dos convidados do Fórum (“Nós também gostamos...”) realizado pela página *Sentidos*. Isso acontece porque tais discursos e representações, mesmo que contestados, ainda constituem, por assim dizer, nossos modos de ver e pensar a deficiência. Assim, não devemos estranhar que eles ainda estejam presentes, tanto como base para se falar sobre as *peessoas com deficiência* quanto como base de contestação. Um exemplo de como os discursos e as representações das próprias *peessoas*

com deficiência também não são coerentes, únicos e unidirecionais pode ser encontrado na entrevista concedida por Gilberto Staniesk⁵⁸, um militante pelos direitos da *pessoa com deficiência* e um dos fundadores da Associação dos Deficientes Físicos de Pelotas (Asdefipel). Ele escreveu um livro que “busca esclarecer para o leitor curiosidades em relação à sexualidade da *pessoa com deficiência*” (como ressalta a sua entrevistadora). Devo destacar que não esperava que Gilberto tivesse, como disse anteriormente, um discurso coerente em relação à deficiência e à sexualidade, mas destaco esse exemplo precisamente para marcar como estamos – todos nós – inscritos em determinados regimes que nos constrangem/impingem a falar da sexualidade de determinados modos.

Essa curiosidade que, supostamente, o leitor teria quanto à sexualidade da *pessoa com deficiência*, tal como destacado por Gilberto, poderia estar intimamente relacionada às representações criadas com relação à sexualidade das *pessoas com deficiência* e sobre elas mesmas; e isso pelo fato dessas representações estarem intimamente ligadas a valores morais, éticos e religiosos que vigoraram (e vigoram) em diferentes momentos históricos e nas sociedades contemporâneas, as quais, recorrentemente, situaram aquelas pessoas, hoje designadas *pessoas com deficiência*, como monstruosidades, seres aberrantes, obras do demônio etc.

Um outro ponto a destacar (não muito explorado neste trabalho), é precisamente como a sexualidade das *pessoas com deficiência* entra, também, nos regimes de incitação e controle da sexualidade tal como sugeridos por Michel Foucault em *A história da sexualidade*. Não se trata, entretanto, nesse momento, de recorrer a esse autor e a essa obra, mas de apontar que as *pessoas com deficiência* também são incitadas a se expor, contar detalhes de sua vida íntima, dizer o que nelas é diferente em termos de sexo e de sexualidade e isso se dá, como procurei mostrar, através da publicação de livros, participação em entrevistas e salas de bate-papo, entre outras.

58 Vide nota 54.

A exposição dos corpos e das sexualidades das *pessoas com deficiência* não acontece apenas para servir de exemplo a outras *na mesma situação* (mesmo que isso aconteça, como vimos), ou para que possam reivindicar seus direitos à sexualidade (também é isso), mas talvez para “mostrar” às pessoas ditas “normais”, ou seja, para a sociedade, de uma maneira geral, que elas também conseguem manter relações sexuais.

Assim, a partir da análise das entrevistas aqui analisadas, bem como dos outros textos a que recorri nesta dissertação, penso que é possível dizer que para a dita sociedade parece não importar muito a opção sexual da *pessoa com deficiência* (se é ou não heterossexual – neste caso, não é essa a primeira pergunta que se coloca), mas, sim: a) se for homem, se consegue ter (e manter a) ereção ou ejaculação; b) e se for mulher, se ela consegue ter orgasmo.

Outros temas, tal como mostrei anteriormente, associados à paternidade, maternidade, prazer sexual, beleza, entre outros, são considerados secundários em relação a este interesse principal de falar acerca da sexualidade (e também mostrá-la de alguma maneira), mesmo com suas diferenças. São, assim, as minúcias (as particularidades) do corpo da *pessoa com deficiência* que passam a ser consideradas importantes.

Tudo isso parece acontecer no sentido de instituir e reafirmar a normalidade da sexualidade das pessoas ditas “normais”. Mesmo que essas sexualidades já tenham sido construídas e reconstruídas através de diferentes práticas discursivas e representacionais, elas ainda “insistem” em ter prioridade e predominância sobre os objetos de que falam (no caso, corpos e sexualidades “ideais/normais”), determinando, desse modo, o que eles podem ser. Enfim, quando algo é considerado normal, tudo aquilo que foge a tal padrão será, conseqüentemente, o anormal, pois infringe a norma. Isso pode ser observado quando o assunto é a sexualidade das *pessoas com deficiência*, as quais parecem, sempre, precisar provar as suas “performances” sexuais. Caso contrário, quem sabe, elas deveriam ser ignoradas/silenciadas (como assim desejaram e

desejam aqueles que as vêem como “anormais”).

Esses discursos e representações que marcam os corpos e as sexualidades das *pessoas com deficiência* (como algo que precisa ser “aprovado”), bem como os daquelas ditas normais, ainda necessitam ser revistos a partir de perspectivas que tensionem a sua construção. Isso precisa ser feito mesmo que tais tensionamentos possam, ainda, assustar àqueles/as que, até então, viam/vêem a *pessoa com deficiência* (seja ela qual for) como possuidora de um corpo sem atrativos, assexuado, sem o direito de escolher como ele/a quer ou não exercer sua sexualidade — embora, essa escolha seja, sempre, tal como é para os ditos “normais”, pautada por discursos que instituem e posicionam o sujeito em relação àquilo que deve ser escolhido. Enfim, as *pessoas com deficiência*, não são, como procurei mostrar, nem anjos, nem demônios, nem assexuadas, nem hipersexualizadas, mas pessoas, com alguma ou outra diferença — tal como todos nós — que têm desejos, dúvidas, medos, emoções e que querem também viver os seus corpos e sexualidades.

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da Pós-modernidade*. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

_____. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial.

Brasília : MEC/SEESP, 1994.

CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS.
Decreto 3956 promulga a Convenção Interamericana para Eliminação
de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de
Deficiência. 08/10/2001.

COSTA, Marisa C. Vorraber. Mídia, magistério e política cultural.
In: _____. (Org): *Estudos culturais em educação*. Porto Alegre: Ed.
Universidade/UFRGS, 2000. p.73-91.

_____. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da
identidade. _____. (Org) In: *Caminhos investigativos II: outros modos
de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DUSCHATZKY, Silvia & SKLIAR, Carlos. O nome dos outros.
Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge
& SKLIAR, Carlos (Org.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da
diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.119-138.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modo de endereçamento: uma coisa de
cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu
da. (Org.). *Nunca fomos humanos: metamorfoses da subjetividade
contemporânea*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

EWALD, François. Foucault. *A norma e o direito*. 2ed. Portugal, Lisboa:
Veja, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso & mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: PRETI, Dino (Org.). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 1998. p. 153-178.

_____. A entrevista na fala e na escrita. In: PRETI, Dino (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2000. p. 79-97.

FERRE, Nuria Pérez de Lara. Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.195-214.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.22, n.2, jul.-dez. 1997.

_____. *Televisão & Educação: fruir e pensar a TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 15ªed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 7ªed. Tradução de Luiz Felipe Baeta

Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *A ordem do discurso*. 10ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2004a

FRAGA, Alex Branco. *Do corpo que se distingue: a constituição do bom-moço e da boa-moça nas práticas escolares*. PPGEdU/UFRGS. 1997.

_____. *Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *Exercício da Informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa*. 2005. 175f. Tese (Doutorado em Educação). PPGEdU/UFRGS, Porto Alegre. 2005.

FREIRE, Fernanda M. P. Formas de materialidade lingüística, Gêneros de discurso e interfaces. In.: SILVA, Ezequiel Theodoro da (Coord.). *A leitura nos oceanos da Internet*. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p.65-88.

GARCIA, Ramón. A propósito do outro a loucura. In: LARROSA, Jorge. LARA, Nuria Pérez (Org). *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GIROUX, Henry; MACLAREN, Peter L. Por uma pedagogia crítica da representação. In: Silva, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (org). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e*

culturais. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 144-158.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (organizadoras). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 28-40.

HALL, Stuart. The Work of Representation. In: HALL, Stuart (Org.). *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*. Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Delhi, 1997. p.2-73.

_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade. Cultura, Mídia e Educação*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.22, n.2, jul/dez 1997a.

_____. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. 8ªed. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LACERDA, Patrícia. Ser diferente é normal? In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). *Cultura(s) e educação. Entre o crítico e o pós-crítico*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LARROSA, Jorge & DE LARA, Núria Pérez (Org). *Imagens do Outro*. Tradução de Celso Márcio Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petropolis: Vozes, 1997.

_____. (Org.); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. “Corpo, escola e identidade”. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, p. 59-76, jul./dez. 2000.

_____; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidades e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *Corpos que escapam*. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/guacira1.htm>>: Acesso em 05 dez 2004a.

MEC/SEESP, 1994, p. 22-23

MEYER, Dagmar Estemann. *Reproduzindo relações de poder de classe e de gênero no ensino de Enfermagem*. 1991. 165f. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. PPGEduc/UFRGS.1991.

_____. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileira-*

evangélica no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre. PPGEdU/UFRGS, 1999.

_____. As mamas como constituintes da maternidade: uma história do passado?. *Educação Realidade*, v. 25 n.2, jul/dez. 2000. p. 117-133.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 9-27.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. Cortez Editora, São Paulo, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel. *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

NELSON, Cary.; TREICHLER, Paula. A.; GROSSBERG, Lawrence. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 7-38.

ORTEGA, Francisco. Da ascese a bio-ascese: ou do corpo submetido à submissão do corpo. In: REGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 139-173.

PINEL, Arletty Cecília. A restauração da Vênus de Milo: dos mitos à realidade sexual da pessoa deficiente. In.: RIBEIRO, Marcos (Org.). *Educação sexual: novas idéias, novas conquistas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p. 307-325.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney: o discurso do plano cruzado*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *Descobrir o corpo: uma história sem fim*. *Educação & Realidade*. v.25, n.2. Porto Alegre, FAGED/UFRGS, jul.-dez. 2000.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi. “Um preto mais clarinho...” ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos. *Educação e Realidade. Cultura, Mídia e Educação*. v.22, n.2. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, jul.-dez. 1997.

SASSAKI, Romeu K. *Entrevista realizada pela Secretaria de Educação Especial, do MEC*. Integração. Brasília, nº 20, ano 8, pp. 8-10, 1998. Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br/entrevista_romeu_sassaki.html?f_id_artigo=70>. Acesso em: 02 nov. 2004.

_____. *Como chamar as pessoas que têm deficiência?*. Disponível em: <www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/Como%20chamar%20as%20pessoas%20que%20têm%20deficiência.doc> Acesso em 18 jul. 2005.

SEÇÃO TALENTO. Disponível em: <http://www.sentidos.com.br/canais/mais_materias.asp?subcat=54&canal=talento> Acesso em: 2 dez 2004.

SENTIDOS. Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/canais/>> Acesso em: 2 dez. 2004.

SIBILA, Paula. *O homem pós-moderno: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *O Currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ª e.d. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVEIRA, Rosa Maria Hassel. A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados. In: *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 119-141.

STEINBERG, Shirley, KINCHELOE, Joe, (Orgs.). *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

THOMA, Adriana da Silva. *O jogo da flutuação das representações e dos discursos dos textos cinematográficos e dos textos surdos*: “que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva...”. 2005. 274f. Tese (Doutorado em Educação). PPGEduc/UFRGS, Porto Alegre. 2000.

TUCHERMANN, Ieda. *Breve história do corpo e de monstros*. Lisboa: Vega, 1999.

UNESCO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ESPANHA. Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais: Acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos (Eds.). *Habitantes de Babel*: políticas e poéticas da diferença. Barcelona: Laertes, 2001. p. 105-118.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. *O corpo educado*: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.35-82.

WOODWARD, Jeffrey. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000. p. 07-72.

Editora:



www.indepin-edu.com.br

Impressão sob demanda

Formato: A5 (14,8 x 21 cm); Acabamento Brochura com orelhas; Miolo em preto e branco; Papel Offset 90g; Capa Colorida; N° de páginas 152.

ISBN 978-85-66402-00-1



9 788566 402001